

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL-CEI ÉRICO VERÍSSIMO-ENSINO FUNDAMENTAL



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

CURITIBA

2006

APRESENTAÇÃO

Este Projeto Político Pedagógico, é um documento resultante de uma reflexão crítica de todo o coletivo da Escola Municipal CEI Érico Veríssimo, comunidade ,alunos, professores e funcionários. Nele está registrado nossas expectativas e ações que pretendemos realizar. Sabemos que não existem receitas prontas para a solução de problemas e nem se consegue a perfeição de imediato. Porém a construção desse PROJETO foi o resultado de uma dinâmica ação-reflexão-ação. Ação para promover o progresso do saber; pois a reflexão sem ação produz um saber inútil.

Ao elaborar este documento, refletimos nossa prática pedagógica, assumindo a responsabilidade e o comprometimento na construção de uma sociedade mais justa e mais humana. A viabilização de formas concretas de ação para que a Escola Municipal CEI ÉRICO VERÍSSIMO, cumpra sua função social, constitui-se no nosso grande desafio do qual não podemos nos furtar, pois o nosso compromisso se expressa tanto na ação pedagógica competente e responsável, quanto na capacidade de estarmos atentos, informados e atuantes em defesa da garantia do direito a escolaridade básica, no mínimo pelo tempo já assegurado na atual LEI de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, e, sobretudo com qualidade que NOSSA CONDIÇÃO HISTÓRICA EXIGE. Temos a certeza de que a aprendizagem ocupa o núcleo da prática docente, pois aprender é de suma importância numa sociedade cada vez mais letrada, urbana, industrial e globalizada. As sociedades compreendem que a escolarização da população é necessária para o enfrentamento dos desafios da vida cotidiana, para acesso ao mundo do trabalho e para participação na constituição das sociedades democráticas e no exercício da cidadania.

Enfim queremos uma aprendizagem efetiva, significativa, que interage e produz mudança nos sujeitos e no próprio conhecimento.

1.IDENTIFICAÇÃO:

1.1. Escola Municipal -CEI Érico Veríssimo – Ensino Fundamental .

1.2.Rua: Campina da Lagoa, 36.

Bairro Alto Boqueirão

Curitiba – Paraná

Cep: 81.330-440

1.3. Telefone: (41)33782266

(41)33783859

1.4. E-mail : em-everissimo@curitiba.org.br

2.OFERTA DE ENSINO DA ESCOLA:

As modalidades de ensino ofertadas nesta unidade escolar são:

- Educação Infantil;
- Ensino Fundamental;
- Educação de Jovens e Adultos;
- Educação Especial;

3. DIAGNÓSTICO:

3.1. CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR:

Nossa escola atende crianças nas modalidades de Educação Infantil a partir de 5 anos, Ensino Fundamental a partir de 6 anos e Educação Especial em Classe Especial.

Também atendemos Educação de Jovens e Adultos a partir de 14 anos.

3.2. CONDIÇÕES SÓCIO - CULTURAIS:

A escola deve definir e assumir claramente o seu papel como instituição responsável pela execução do projeto social de qualificar o aluno para que atue no contexto social e o transforme como sujeito de sua história.

Para tanto fizemos uma pesquisa que diagnostica a realidade onde atuamos. Expressa em índices absolutos, o nível de escolaridade dos pais numa sociedade letrada e que convive num regime que exige o cidadão no mínimo alfabetizado.

Em nossa escola encontramos pais com:

1ª a 4ª série completa – 46 pais;

1ª a 4ª série incompleta – 09 pais;

Ensino médio completo – 41 pais;

Ensino médio incompleto – 22 pais;

Nível superior completo – 1;

Nível superior incompleto – 5 pais,

Pós-graduação completa ou incompleta não encontramos nenhum dos pais na pesquisa realizada.

Podemos refletir que a clientela é constituída de muitas famílias carentes do saber eu que procuram engajar seus filhos na educação para vê-los participantes, atuantes de uma sociedade, e muitas vezes os pais, vêem-se excluídos, ficando para a escola uma responsabilidade maior ainda do que a educação sistematizada de seus alunos.

Quanto à caracterização sócio-profissional dos pais ou responsáveis:

-Uma grande maioria possui trabalho fixo como: vendedor, costureira, operador, educadora social, porteiro, técnico de segurança, funcionário público, técnico de informática, professora, auxiliar de manutenção, açougueiro, ajudante de cozinha, cobrador, auxiliar administrativo, bancário, manicuro, gráfico, laboratório fotográfico, mecânico, copeira, carteiro, zeladora, cozinheira, soldador, artesã, garçonne, técnico de qualidade, técnico de segurança no trabalho, catador de papel, militar, projetista em alumínio, caixa, padeiro, encarregado de obras, pintor automotivo, empresário, lavador de carro, office-boy, gerente de lavanderia, serviços gerais, telemarketing, motoqueiro, auxiliar de enfermagem, auxiliar de carga e descarga, guindasteiro, agente penitenciário, auxiliar de prótese dentária, auxiliar de manutenção, inspetora, massoterapia, agente de saúde, cabeleireiro.

-Trabalho temporário: pintor, pedreiro, manicuro, técnico em informática, mestre de obra, catador de papel.

-Autônomos: temos alguns pais que trabalham como autônomos e na sua minoria estão os desempregados.

Junto a isso, faz-se necessário um plano de ação da escola que clarifique o caminho por onde atuar e garanta ao aluno conhecimento científico, historicamente produzido, que qualifique para atuar no mundo do trabalho com alfabetização na formação do cidadão crítico, criativo e participativo.

O cidadão que lê, escreve e fala bem já tem o processo inicial para ser um bom profissional. A qualidade de ensino reside na pessoa compreender o significado da educação trabalhar e entender a linguagem como uma expressão do seu meio; vivenciar e perceber os diferentes valores sociais e sua participação nessa ética social; criar e rever possibilidades de um saber fazer a educação adequada ao seu tempo e sua história.

Temos em sua maioria alunos que:

- Reside e estuda no mesmo bairro, levando no máximo quinze minutos para fazer o percurso casa/escola;
- É uma minoria que leva de trinta a uma hora para poder fazer o percurso casa/escola.

Ainda através do questionário em anexo, constatamos que a maioria vem a pé sozinha ou acompanhada por um responsável e outra parte vêm de condução escolar ou de carro com seus responsáveis. A minoria vem de ônibus.

Quanto à renda familiar encontramos:

- Na sua grande maioria numa faixa de até quatro salários mínimos;
- Na sua minoria encontramos algumas famílias recebendo até um salário mínimo e mais de 4 salários.

Estes dados são apresentados com o intuito de conhecermos a realidade sócio-econômica de nossa comunidade já que somos uma escola integral, que nos atribui uma responsabilidade que transcendem a transmissão do saber elaborado. A expansão demográfica e a situação econômica das famílias fazem com que a clientela atual seja fluante, registrando-se muitas matrículas e transferências ao longo do ano letivo.

A maioria em sua estrutura familiar é casada, residindo todos na mesma casa, com pais e irmãos, e a visão que eles têm da escola para seus filhos em primeiro acreditam que é fundamental para aprender e ter um futuro melhor, outros acreditam que a escola pode ajudá-los (seus filhos) a crescer como pessoa e ter uma profissão, ser cidadão. Outros ainda acreditam na escola assistencialista sendo o segundo lar e um lugar seguro para deixar seus filhos enquanto trabalham.

A escola em sua grande maioria está correspondendo com as expectativas dos pais e de seus filhos, pois relataram no questionário que gostam muito do ambiente escolar, mesmo sendo uma escola integral onde a dinâmica diverge de um pequeno porte, tendo alguns problemas disciplinares, mesmo assim os pais acreditam que a educação deve vir de casa, não deixando a responsabilidade apenas para a escola.

Perguntamos ainda neste questionário sobre o credo religioso, sendo na sua maioria Católico e em segundo lugar Evangélico, sendo quase todos praticantes.

Eles obtêm, informação, instrução e cultura através dos meios de comunicação, tendo programa favorito novelas; lazer passear em shopping e visitar parente e amigos.

Também foi visto nesta pesquisa a questão do uso de computador e observamos que 163 famílias usam este equipamento e 97 possuem computador em casa.

A qualidade social implica em providenciar educação escolar com padrões de excelência e adequação aos interesses na maioria da população. Isso tudo exige um grande esforço do colegiado e de cada um, considerando as dificuldades impostas pela atual conjuntura.

“A forma como pensamos a realidade pode determinar a forma de encaminharmos as nossas ações, independente de termos consciência dessa realidade”.

3.3.PROFISSIONAIS DA INSTITUIÇÃO:

O CEI Érico Veríssimo possui os seguintes funcionários:

Mat:	Nome:	Formação	Tempo na escola/ tempo SME
101240	Adão L. de Lima	Ensino Médio	10 meses/ 1 ano e 7 meses
53048	Ana Cristina Ferrer	Superior	4 anos e 7 meses/4 anos sete meses
79213	Ana Lucia Borges de Lima	Pós-graduada	10 anos e 1 mês/03 anos e 7 meses
53018	Andrea P. Lima	Pedagogia	3 anos/ 6anos/2 anos e 8 meses
34024	Anelora Tambosi	Pós-graduada	26 anos/29anos e 8 meses
43335	Avenina de Lima	Ensino médio	3 anos 9 meses/13 anos e 3 meses
31802	Beatriz Butenas	Pós-graduada	2 anos e 7 meses/2 anos e 7 meses
31842	Beatris Rudolf	Pós-graduada	2 anos e 7 meses/ 2 anos e 7 meses
36131	Berenice Sonda	Superior	20 anos e 5 meses/20 anos e 2

			meses
57387	Camile Vieira Lourenço	Superior	3 anos e 2 meses/3 anos e 2 meses
117079	Camile Vieira Lourenço	Superior	9 meses/9meses
37747	Celia Menezes Miranda	Pós-graduada	17 anos/17anos
01872	Ceveli Helena Muller	Magistério	26 anos e 2 meses/17 e 7 meses
78803	Clarice Martins Vieira	CNS em curso	10 anos e 5 meses/10 anos e 5 meses
79390	Cristina Barizon	Superior	9 anos e 7 meses/10 anos e 1 mês
76042	Darci Resende Siqueira	Superior	9 meses / 1 ano e 9 meses
73396	Eleonor Seitz Stockler	Superior	13 anos e 1 mês/8 anos e 7 meses
75822	Eleonor Seitz Stockler	Superior	9 meses/
74616	Eliane C. Anjos De Almeida	CNS em curso	12 anos / 12 anos e 8 meses
57315	Eliana M ^a Vieira Santos	Pós -graduada	9 meses/3 anos
93664	Elza da Silva Souza	Ensino médio	15 anos/22 anos
15580	Gabriel Ferreira Nunes	Mestrado	9 meses/ 9 meses
87243	Geani Lemos	Pós-graduada	
79408	Geani Lemos	Pós-graduada	13 anos/14 anos
31823	Henilce Nicheller Da Silva	Pós-graduada	2 anos 7 meses/2 anos 7 meses
110971	Ilanir Piltz Araújo	Superior	9 meses/ 9 meses

	Araújo		
74229	Ivete de Fátima Max Skwarok	Superior	12 anos e 7 meses/12 anos 7 meses
77146	Janaina Ribeiro	Superior	6 anos 8 meses/11 anos e 2 meses
85375	Janete Marodin	Pós-graduada	14 anos e 1 mês/3 anos 7 meses
85469	Jussara C. Rios	Ensino Médio	
50516	Josefina Marlete C. Shwartz	Pós-graduada	12 anos/9 meses
111012	Ketlin Helena De Oliveira	Superior	9 meses / 9 meses
71123	Luiza R. V. Chiaretto	Ensino Médio	
71122	Lourdes de Souza	2ºGrau incompleto	15 anos e 7 meses/14 anos
74474	Lucélia Freitas Da Silva	Pós-graduada	8 anos e 7 meses/13 anos e 8 meses
70973	Lucélia Freitas Da Silva	Pós-graduada	
88264	Márcia Regina C.da Silva	Magistério	14 anos e 3 meses/13 anos 7 meses
73313	Márcia Regina C. da Silva	Magistério	14 anos e 3 meses/13 anos 7 meses
85501	Margarete do Rocio Steil	CNS (em curso)	10 anos /15 anos 11 meses
78911	Margarete do Rocio Steil	CNS (em curso)	10 anos/ 15 anos e 11 meses
96757	Maria Aparecida O de Melo	Ensino Fundamental (incompleto)	3 anos/ 17 anos e 10 meses
74285	Maria do Pilar Maioky	Magistério	11 anos 7 meses/ 11anos 7 meses
76005	Maria Regina	Pós-graduada	7 anos e 4 meses /11 anos

	P. Varela		
52856	Marluza Danielle de Miranda	Ensino Superior	2anos e 7 meses
57718	Marluza Daniele de Miranda	Ensino Superior	
70118	Marseli Nunes de Castro Silva	CNS (em curso)	14 anos / 5 anos
73583	Marseli Nunes de Castro Silva	CNS (em curso)	13 anos/ 5 anos
36067	Matilde Maria de Carvalho Ribeiro	Pós-graduada	19 anos e 4 meses/19 anos 4 meses
07168	Maria Lucia Padovani	Ensino Médio (em curso)	22 anos/ 22anos
77615	Nadir Lourdes Mossman	Magistério	16 anos e 4 meses/ 16 anos 4 meses
37900	Nadir Lourdes Mossman	Magistério	6 anos 4 meses/ 6 anos 4 meses
109124	Neusa Cavalheiro de Lima Camargo	Magistério	9 meses/ 9 meses
77035	Nelci do R. Bernardes	CNS (em curso)	10 anos e 11 meses/ 4 meses
115636	Priscila R. Franco	Ensino Superior	
31736	Raquel Schimidt Streit	Pós-graduada	2 anos e 7 meses/ 2anos e 7 meses
36195	Robeli do Rocio Molleta	Ensino Superior	20 anos/ 20 anos
57102	Robeli do Rocio Molleta	Ensino Superior	3 anos e 3 meses/3 anos e 3 meses
65718	Ronaldo Sergio da Silveira Filho	Pós-graduação	5 anos e 7 meses/ 9 meses
36834	Rosangela Ferreira Alves		20 anos e 3 meses/20 anos 3 meses
42928	Roseli Maria Sampaio	Ensino médio	4 anos / 14 anos
72540	Rosinare Aparecida de	Pós-graduada	12 anos/ 13 anos

	Oliveira		
74107	Simone Goudard Ceruti	Pós -graduada	11 anos e 7 meses/ 11 anos 7 meses
117055	Simone Goudard Ceruti	Pós- graduada	9 meses/9 meses
37586	Sonia Maria Finger	Magistério	6 anos e 7 meses/17 anos/
115975	Suely Maria De Souza	Ensino Médio	9 meses/ 9 meses
97011	Sumara R. M.Braga	Ensino Médio	5 meses/17 anos
65800	Talcila Medeiros de Araujo	Pós-graduação	5 anos e 6 meses/5 anos 6 meses
84692	Tereza da Silva Rego Ferraz	Magistério Sup.	1 ano e 3 meses/17 anos
80630	Valquiria Soares	Pos-graduada	9 meses/ 9 meses
111211	Vanessa Storrer	Magistério Sup.	7meses 24 dias/7meses 24 dias
31664	Vani Wildner	Pós-graduada	2 anos/ 2 anos
40095	Waldeliz Reque	Pós-graduada	1ano 7 meses/2 anos e meses

Hoje a escola conta com 76 funcionários entre professores, apoios escolares e apoio administrativos em três turnos. Também contamos com serviço terceirizado de alimentação com um total de quatro funcionárias e de limpeza com nove funcionárias.

3.4.CONDIÇÕES AMBIENTAIS:

Nossa escola localiza-se no bairro Alto Boqueirão e tem como limite o Ribeirão dos Padilha, que passa atrás da escola. Já ao lado temos o Linhão do Emprego/Circular Sul programa de governo da PMC que visa proporcionar oportunidades de cursos e empregos neste eixo desde 1999. Temos conjunto habitacional Euclides da Cunha desde 1980, que fica á frente da escola. Desde 1993 se deu o início do loteamento do Bairro Novo a partir da Vila Tecnológica estendendo-se até as proximidades da escola. Geograficamente situamo-nos em um ponto de confluências de limites territoriais

e perpendicularmente a um eixo de transporte coletivo o que facilita o acesso e torna a U.E. mais atrativa o fato de atendermos em horário integral completa este quadro ambiental de nosso espaço.No núcleo habitacional encontramos mercearias, lojinhas com presentes e diversos, praças, posto de saúde e um novo alocamento de famílias oriunda de área irregular e desapropriada.O bairro de nossa escola segundo o IBGE possui uma população de 51.155 habitantes e renda média dos responsáveis pelos domicílios de 5,09 salários mínimos.Com índice de desenvolvimento humano (IDHM-Bairro) de 0,632, o bairro ocupa a 64ª posição na classificação geral dos 75 bairros do município(SILVA,2004).Como já descrevemos anteriormente, o BGE também aponta que a escola atende um público que ultrapassa os limites do bairro.Em seu entorno, vivem 7.486 pessoas (14,63% do total da população do bairro) sendo 25,59% crianças e jovens de 0 a 14 anos; 22,44% pessoas com idade entre 15 e 24 anos; 46,29% adultos com idade entre 25 e 59 anos; e 5,68% pessoas com 60 anos ou mais de idade.Em 99,42% dos domicílios existe abastecimento adequado de água, em 100% coleta adequada de lixo e 47,81% dos domicílios estão ligados à rede geral de esgoto ou à fossa séptica.Mais de 47% do total dos responsáveis pelos domicílios tem rendimento mensal de até 3 salários mínimos (incluídos neste percentual os sem rendimentos, que perfazem 7,55% do total).Aproximadamente 3% da população residente no entorno da escola e com idade acima de 10 anos não é alfabetizada; e 11,84% dos responsáveis pelos domicílios não tem instrução ou tem menos de 3 anos de estudo.

3.5. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO:

A Escola Municipal CEI Érico Veríssimo, inaugurada em 1980, atendeu inicialmente a comunidade dos conjuntos Érico Veríssimo e Euclides da Cunha como escola municipal.Na seqüência histórica passou atender a população ribeirinha que se formou, fruto de invasão de terras hoje comunidade Coqueiros (atualmente legalizada) que faz parte do Sitio Cercado.Em 1992 tornou-se Centro de Educação Integral Érico

Veríssimo. A escola iniciou seu trabalho em 11 de agosto de 1980 em salas emprestadas na Escola Estadual Lúcia Bastos com um total de 4 turmas. Já em 1981, os trabalhos iniciaram a todo vapor em dependências próprias ao longo dos anos e em 1992 a escola passou ser de tempo integral passando a chamar CEI Érico Veríssimo.

De lá para cá muitos acontecimentos marcaram a história dessa escola, muitas direções deixaram suas contribuições e atualmente nós da “ Gestão Participação o Segredo de nossa gestão” queremos marcar a histórica com um grande avanço no pedagógico.

3.6.CONDIÇÕES FÍSICAS DA INSTITUIÇÃO:

Nossa escola possui 14 salas de aulas utilizadas para turmas e uma sala de laboratório de informática com 21 equipamentos. Contamos com 698 alunos matriculados dos quais 122 na Etapa Inicial; 265 no Ciclo I; 259 no Ciclo II; 23 em Classe Especial; e 29 na Educação de Jovens e Adultos. Em 2005, a escola alcançou as seguintes taxas de rendimento escolar: aprovação 91,56%, reprovação 7,95% e abandono 0,49%. O espaço da escola é amplo, porém, não adaptado para atender adequadamente os alunos da Educação Infantil. Já com relação ao Ensino Fundamental, Ensino Especial e Educação de Jovens e adultos as salas e o espaço são adequados.

Com o programa de Biblioteca da nova gestão da PMC, nossa escola foi inserida e já tem um profissional organizando este espaço e posteriormente será responsável pelo mesmo. Esta biblioteca contribuirá como espaço de pesquisa, leitura, ampliação do saber elaborado e conhecimentos gerais após, a organização do espaço físico possivelmente será estendida à comunidade em geral. Queremos melhorar o espaço físico e adequá-lo para receber as crianças tanto da Educação Infantil como do novo Ensino de 9 anos. Atualmente, além das 14 salas de aula mais laboratório de informática localizadas no espaço dos dois pavilhões contamos com uma secretaria no 1º pavilhão, sala da direção (1º pavilhão), sala do suporte técnico pedagógico (1º

pavilhão), um almoxarifado de material de expediente (1º pavilhão), um almoxarifado de material de limpeza (Complexo II) um almoxarifado de material pedagógico (2º pavilhão), uma sala para permanência dos professores (estudo/ 2º pavilhão), um espaço com cozinha e dois banheiros para uso dos professores e funcionários (2º pavilhão), o total de quatro banheiros(2 no 1º pavilhão e 2 no 2º pavilhão) para uso dos alunos e uma sala de materiais par o Ensino da Arte localizado no 2º pavilhão.

O Complexo II possui seis salas para as oficinas, um espaço que será utilizado para o tempo livre do contraturno, uma biblioteca, banheiros distribuídos nos três pisos, espaço de almoxarifado nos três pisos, 1º piso utilizado como refeitório e como espaço pedagógico.

3.7.CONDIÇÕES FÍSICO-PEDAGÓGICAS:

Os alunos da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos são atendidos em três turnos: manhã, tarde, noite e integral desde o 1º ano do Ciclo de nove anos até a 1ª etapa do Ciclo II (antigo ensino de 8 anos).No período noturno também contamos com a Educação Permanente (Programa da PMC) que neste ano dispõe cursos de Espanhol, Capoeira, Futebol e Dança-Teatro; além, de ceder o espaço para o estado atender o ensino supletivo através do CEEBJA com duas salas para Ensino Médio e uma sala para Ensino Fundamental (5ª a 8ª).

Atendemos atualmente alunos integrais e passaremos no ano de 2007 atender turma em regime integral com as seguintes oficinas: Teatro, Jornal, Psicomotricidade, Xadrez, Brinquedos Cantados e Educação Ambiental.As classes especiais serão redimensionadas para 2007 e atendidas uma no período da manhã e outra no período da tarde.

4.PRINCIPIOS FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS DA INSTITUIÇÃO:

4.1.CONCEPÇÃO:

A filosofia nasceu e nasce da nossa aspiração de estar em toda parte e em qualquer circunstância.É como o ar que respiramos e que nos coloca diante de questões que exigem “atitudes” para a tomada de certas decisões que preencham nossas aspirações; buscando um saber cada vez mais aprimorado.

Sabemos que a filosofia é uma palavra composta, que significa amor conhecimento ou busca da sabedoria.Esta atitude em relação ao conhecimento nos faz embasar nossos princípios filosóficos a etimologia da palavra filosofia.

Podemos observar que as atitudes filosóficas são resumidas da seguinte maneira:

- Questionar (o que é, como acontece, por quê e para quê);
- Investigar (formular hipóteses, comparar e examinar estabelecer critérios, buscar os princípios);
- Ampliar (considerar alternativa, cultivar o gosto de diversidade, procurar saber o que já é conhecido, imaginar novas possibilidades);
- Posicionar.

Sendo assim, refletem nossos anseios no que tange à educação já que queremos que nossos educandos sejam levados a um saber elaborado de forma crítica e reflexiva, tendo como firmamento o diálogo.

O educador Paulo Freire afirmava que o diálogo é o encontro amoroso dos homens, que mediatizados pelo mundo, o “pronunciam”, isto é, o transformam e transformando-o, o humanizam para humanização de todos.Portanto, através do diálogo nos tornamos mais humanos e nos mantemos melhor com o mundo.

Lipman costuma dizer que toda filosofia é diálogo, mas nem todo diálogo é filosofia.Para compreender isso, precisamos refletir um pouco mais.Um diálogo filosófico é comprometido com a promoção de uma reflexão profunda, ampla, sistemática

e radical(no sentido de voltar-se às raízes das questões).Esta reflexão deve necessariamente pautar-se em formulação racional dos pontos de vista.Neste diálogo, a intenção é aprimorar a capacidade de pensar.Para isso há todo um trabalho em torno das habilidades de conceituação,de tradução e de raciocínio.

Somos uma sociedade carente de diálogo a maioria das relações é unilateral: só um fala.O outro só ouve.É assim na família, na escola, no trabalho, com os governantes.No cotidiano, nossa sociedade não tem tempo para o diálogo.Essa falta de diálogo gera frustrações e incomunicabilidade.Uma reclamação comum é entoada quase uníssona: “mas você não me ouviu!”

O diálogo não é um tipo qualquer de conversação.Não basta que expresse sua opinião.As falas vão além da necessidade de falar por falar.As falas vão ao encontro do interlocutor.

Nessa perspectiva, quando falamos, falamos com alguém.Isso nos permite considerar melhor o uso das palavras.O implícito torna-se explícito.Por isso, acabamos esclarecendo para nós mesmos o que antes só conhecíamos de modo difuso.

Ao aprender valorizar a palavra falada, aprendemos também a valorizar a nossa fala e a fala do outro.Isso permite o início do aprendizado do ouvir e do dialogar.Nesse movimento dialético, aprendemos a expressar nossos pensamentos a ouvir o outro e, a partir da fala dele, elaborar e reelaborar a nossa.É como se nesse movimento fosse sendo tecida uma fina teia de pensamentos e relações.E haveria linha melhor para fiar esse tecido do que a do amor?

É estreita a interligação entre pensamento e linguagem.O pensamento é uma fala internalizada, enquanto a linguagem é a expressão do pensamento é como um fio profundamente tecido na trama do mesmo.Ela permite comunicação com o mundo, com os outros e consigo mesmo.

Platão acreditava que a linguagem fosse uma espécie de pharmakon, palavra grega que significa, ao mesmo tempo, remédio, veneno e cosméticos.Seria medicamento na medida em que pelo diálogo, desvelássemos nossa própria ignorância e aprendêssemos com os demais.Seria veneno se nos deixássemos seduzir por ela, sem indagar sobre a verdade ou a veracidade do que nos foi dito.Seria cosmético se mascarássemos, dissimulássemos e ou/ ocultássemos a verdade sobre as palavras.

Acreditar ou não na magia da palavra independente do poder real que é atribuído a ela. Afinal, as palavras são poderosas porque são núcleos são sínteses, feixes de significações, símbolos e valores. Por meio delas interpretamos tudo o que nos rodeia.

Nossa relação com a palavra começa quando, ainda pequenos, entramos em contato com quem fala. Se desde cedo as crianças conviverem em espaços dialógicos, este modelo será internalizado. Isso ajudará a torná-los mais capazes de pensar em múltiplas perspectivas, de respeitar a fala dos outros e de colocar voz nas próprias idéias. Se as gerações crescessem assim, ajudariam a tornar o mundo mais razoável, mais humano e, portanto, mais amoroso. Porque o diálogo permite a melhoria das relações.

O diálogo é uma obra aberta, geradora de prazer. Isso porque cria espaço para a continuidade da descoberta de nós mesmos, do mundo e do outro; para trocas efetivas e para admiração diante do novo.

O processo dialógico (ouvir-dialogar) gera um conhecimento. Assim sendo, vemos que o conhecimento pressupõe dois elementos: em relação ao sujeito que quer conhecer e ao objeto a ser conhecido.

Portanto, o conhecimento é o ATO, o PROCESSO pelo qual o sujeito se coloca no mundo e estabelece uma ligação com ele; que nos faz enquanto escola primar por este conhecimento acumulado pela humanidade. O conhecimento implica transformação, tanto do sujeito como do objeto. Isso porque o sujeito se transforma quando sabe; e o objeto se transforma porque o conhecimento lhe confere sentido.

Tradicionalmente, diz-se que várias são as formas de conhecer: o mito, o senso comum, a ciência, a filosofia, a religião e a arte. Diz-se também que essas formas diferem de acordo com a postura do sujeito frente ao objeto. Essa postura distinta gera diferentes enfoques e metodologias. Por exemplo: a ciência procura estruturar seu saber por meio do método científico, que tem como eixo básico a experimentação e a formulação de hipóteses. A filosofia procura conhecer através da reflexão rigorosa, sistemática e radical, numa abordagem globalizante. A religião através da fé busca dar sentido transcendente ao mundo e à vida humana. A arte, principalmente por meio da estética e da sensibilidade, propõe sua leitura de mundo, sua forma de conhecê-lo e interpretar esse conhecimento.

Muitos filósofos contribuíram nos estudos quanto ao processo ensino-aprendizagem desde Platão até Marx. O movimento dialético materialista retratado por Marx, por exemplo, nos mostra que o que faz a história caminhar é a contradição real e a luta de classes; o que bem sabemos e vivemos hoje em nosso país.

A escola é uma instituição que deve cumprir a função de socialização dos conhecimentos acumulados e produzidos pelo homem, portanto, a escola é um instrumento insubstituível na medida que possibilita as classes populares, terem acesso ao saber sistematizado. Participando mais ativamente da sociedade, exercendo sua cidadania de forma consciente e responsável; e assim sendo sujeito de sua própria história. O que se entende e se quer da escola, hoje, é a competência necessária para formar o cidadão crítico, capaz de contribuir para a formação da sociedade para que ela se torne mais justa e igualitária, levando em conta três princípios básicos: Educação para o Desenvolvimento Sustentável, Educação pela Filosofia e Gestão Democrática do Processo Pedagógico.

A escola para cumprir a contento sua função social deve considerar a realidade do aluno para, a partir dela, auxiliá-lo na caminhada em direção a cultura elaborada. Através da interação com o professor mediador do conhecimento sistematizado e científico a criança vai reelaborar esse saber transformá-lo em aprendizado. O domínio do conhecimento está intimamente relacionado com o modo de sua aquisição, conteúdo e forma são dois aspectos do processo pedagógico que devem estar intimamente relacionados à ação do professor, e ele que leva o aluno à reelaboração do conhecimento, ao tornar-se facilitador do ensino aprendizagem. Neste processo. A avaliação não pode se restringir a um período, ela tem um sentido a medida que acompanha o ensino-aprendizagem e exige do professor um posicionamento “diagnóstico”, o qual oriente e esteja presente em toda prática escolar.

Como de coerência destes princípios, as relações de trabalho na escola devem ser cooperativas. A força do coletivo deve estar presente, através da competência de cada profissional e do compromisso de todos os envolvidos.

Queremos uma sociedade crítica e avançada fazendo com que os recursos da natureza e a alta tecnologia se desenvolvam cada vez mais e possam ser usufruídos

por todos os cidadãos. Como também a valorização moral e financeira dos profissionais que nela atuam, onde a prioridade seja a educação de qualidade para todos.

Buscamos construir uma sociedade justa, sem preconceitos, com valores morais éticos, culturais e sociais de respeito mútuo, e comprometimento social rumo ao progresso do país, o qual só será possível na medida em que as pessoas se conscientizem de sua cidadania.

A escola tem como obrigação a formação do cidadão, o que implica na alfabetização em todas as áreas da ciência, historicamente construída, através do trabalho com conteúdos significativos.

A escola é uma instituição socializadora que precisa instrumentalizar o aluno, permitindo que ele tenha acesso ao conhecimento sistematizado. É nesse espaço que o conhecimento elaborado e reelaborado através da troca de experiências, e da transmissão de saberes oportunizando um crescimento mútuo (professor e aluno).

Além de transmitir os saberes pedagógicos a escola deve ir além destas fronteiras, preparando o aluno para a vida. O que se espera da escola é que seja capaz de capacitá-lo a ser um cidadão crítico, atuante, participativo e consciente da sua realidade social.

Para que a escola possa preparar o aluno para o exercício da cidadania deve ser democrática, igualitária, levando-o a promover mudanças significativas em seu meio, posicionando-se coletiva e individualmente com responsabilidade.

A escola deve buscar diversas maneiras para atingir o potencial de seus alunos não se valendo apenas de uma linguagem, mas proporcionando várias experiências significativas e desafiadoras.

O tipo de aluno que queremos formar para esta nova sociedade requer que formemos homens sujeitos da história, conscientes da sua ação na produção da realidade histórica, pois a omissão de cada um deixa os caminhos abertos para os injustos e inescrupulosos da sociedade.

O homem que se pretende deve ser um sujeito capaz de transformar a sociedade e ao mesmo tempo conviver e acompanhar as mudanças, através de seus valores e competências.

Esse homem deve ser preparado para utilizar a evolução tecnológica e científica a seu favor, de forma consciente e responsável.

Também deve estar preparado para interagir no processo coletivo, que consiga extrair de condições para sua subsistência e que saiba criar soluções para os problemas sociais e ambientais.

Construiremos uma escola comprometida com o conhecimento, com a cidadania com objetivo de possibilitar à classe trabalhadora os instrumentos necessários para obtenção de direitos (participação cultural e política), os quais tem sido reconhecido como legítimos apenas aos de classe dominante.

O aluno deve ser visto com carinho e respeito por todos os funcionários da escola, deve haver um relacionamento de cooperação e afinidade por parte de todos. O importante é que cada um tenha consciência de sua função dentro do ambiente escolar. Pode-se incluir, aqui também a família que deve desempenhar o papel na vida escolar de seu filho, uma família que se interesse e zele pela formação do mesmo. Que realmente participe juntamente com toda a comunidade buscando sempre o melhor para o educando, havendo interação entre família – escola – comunidade, todos lutando para a melhoria do ensino (ESTATUTO E LDB).

A partir da atuação direta do professor, o aluno e a família, pode-se atingir o fim que busca o verdadeiro sentido da educação como sendo para dar conta dessa escola e desse homem acima colocados.

No processo de elaboração do conhecimento do aluno, o professor deve atuar no desenvolvimento das habilidades, pensando no conhecimento de forma globalizada.

O homem deve estar disposto a enfrentar e a realizar mudanças conscientes levando os alunos a observar, analisar, produzir, formular e testar seus conhecimentos no dia-a-dia.

No processo ensino aprendizagem o professor deve mediar o conhecimento dos alunos com o conhecimento científico, equalizando as oportunidades sociais, exercitando a interatividade saudável.

Esse trabalho deve ser dinâmico, flexível e comprometido com a qualidade de ensino.

O trabalho do educador é ajudar o aluno a interpretar o mundo. Aqui se coloca toda a questão da interdisciplinaridade: conseguir enxergar o todo e não somente fragmentos. Partindo dessa idéia, o professor não pode saber apenas o que vai ensinar, seu conhecimento deve ser muito mais amplo.

Sendo assim, conteúdo e forma serão planejados, em estreita articulação, a fim de garantir o sentido de ensinar, ou seja, do ato de organizar, articular e apresentar os conteúdos para que possam ser aprendidos realmente. Ensinar exige ainda criar situações para os alunos interagirem entre si com os conteúdos, sob a orientação do professor, significa prever e organizar tais situações, cuidando inclusive, da utilização do espaço de sala de aula e da distribuição das atividades no tempo.

O papel do professor é fundamental no processo ensino aprendizagem assim como relacionamento entre ambos, que deve ser de respeito mútuo, amigável, de reciprocidade, segurança. Ambos devem estar lado a lado, caminharem juntos, haver uma troca de conhecimentos e experiências para que chegue ao fim desejado num processo gradativo, cumulativo, que visa proporcionar ao indivíduo, uma aprendizagem significativa, consciente e crítica.

Partindo dessa idéia, nossa escola trabalha com a metodologia de Projetos, proporcionando ao educando um saber permeado por assuntos de seu interesse que serão interligados aos conteúdos a serem trabalhados com base nas diretrizes curriculares da PMC.

A escola precisa resgatar os valores dos parâmetros morais dentro da nova estrutura familiar reestruturando a honestidade, integridade, importante do ser, etc..

4.2. EDUCAÇÃO INFANTIL:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394/96, no capítulo I, consolida a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, um direito da criança.

EDUCAR E CUIDAR

Para que haja qualidade na educação infantil, deve-se considerar o desenvolvimento integral da criança e suas necessidades fundamentais, incorporando de modo integrado as ações de educar e cuidar.

Educar e cuidar de modo integrado implica atenção e respostas às necessidades fundamentais do desenvolvimento da criança. Essas necessidades são expressas nas ações que envolvem: proteção e segurança, afeto e amizade, expressão de sentimentos, desenvolvimento da curiosidade, imaginação e capacidade de expressão; acesso a uma alimentação sadia, à higiene e à saúde; a possibilidade de movimentos em espaços amplos e de contato com a natureza; a atenção individual, em especial durante processos de inserção nas instituições de Educação Infantil; acesso a ambientes educativos acolhedores e desafiadores; o desenvolvimento da identidade cultural, racial e religiosa; a possibilidade de brincar como uma forma privilegiada de aprender e expressar conhecimentos sobre si, sobre cultura e o mundo onde vive.

Devemos estar atentos e cientes das necessidades das crianças, percebendo o que ela está necessitando, para assim definir a proposta educativa necessária no momento, delineando ações básicas que traduzem o respeito às crianças, dando atenção a elas como pessoas que estão num contínuo crescimento e desenvolvimento e que aos poucos se tornarão mais independentes e autônomos.

ÁREAS DE FORMAÇÃO HUMANA:

Os profissionais do magistério da PMC para atuarem tanto na Educação Infantil como Ensino Fundamental precisam ter Ensino Superior com habilitação em séries iniciais. Portanto, com um currículo voltado para a formação humana.

A formação do professor deve-se estar pautada nos quatro pilares: aprender a conhecer e a pensar; aprender a fazer; aprender a conviver com os outros; e aprender a ser.

Sabemos que a maioria dos profissionais do magistério inseridos nas escolas municipais já tem sua formação mesmo que a nível de ensino médio e que

gradativamente vêm buscando complementar sua formação. Também, as políticas públicas voltadas para essa área tem facilitado o acesso desta formação.

OBJETIVOS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Os objetivos estão organizados numa perspectiva que considera o processo da formação humana, trazendo propostas de diversas vivências e experiências lúdicas às crianças, de modo que possam estabelecer relações e construir conhecimentos fundamentais à sua formação pessoal e social. Nesse sentido, destaca-se o brincar como fio condutor na Educação Infantil, como espaço privilegiado de interação e de elaboração de conhecimentos pelas crianças, entendendo-se que estará permeando as experiências de aprendizagem relacionadas às áreas de Identidade, Relações Sociais e Naturais, Linguagens e Pensamento Lógico-Matemático. Ao se eleger o brincar como cerne do currículo da Educação Infantil, potencializam-se as situações de aprendizagem, respeitando-se e propiciando o desenvolvimento integral das crianças, em que as ações e as idéias veiculadas durante as representações simbólicas farão interface entre as muitas linguagens vivenciadas e exploradas no cotidiano da instituição.

Quando o brincar é considerado como categoria que permeia o fazer pedagógico na educação, está se optando por pressupostos teóricos que atribuem à infância visibilidade e importância enquanto objeto científico com valor em si próprio, ou seja, as crianças não aprendem apenas quando os adultos lhes ensinam, mas aprendem sobretudo por meio das relações que estabelecem com seus pares, pois através das brincadeiras, recriam o mundo social e cultural.

O brincar para a criança não é apenas um passatempo, uma atividade sem finalidade, e, incorporado ao currículo local e fazendo interface com as demais linguagens, é a forma do adulto, como mediador, conhecer e ampliar o repertório infantil. A brincadeira aliada ao processo educativo traz o educador ora como observador, ora como personagem, que pode explicitar, questionar e enriquecer o desenrolar da trama, sendo o elo de ligação entre as crianças e o objeto de conhecimento.

Se é no embate entre o mundo infantil e o mundo adulto que a criança cresce e ultrapassa suas fronteiras (LA TAILLE, 2001, p.28), é no brincar que a criança encontra espaço para esse embate, quando tem possibilidades, pela imaginação e fantasia, de recriar no plano simbólico o que viu, viveu, experimentou pelo olhar do adulto, criando e testando as próprias hipóteses. É nesse ir e vir entre o conhecimento científico e o que a criança pensa sobre o mundo que entra a função mediadora do educador/professor no brincar, percebendo o que as crianças sabem sobre determinado assunto, e tomando com elas em situações significativas de aprendizagem, em que se sintam motivadas, colocando-as em contato com outras formas de pensar, diferentes daquelas que usam em situações espontâneas.

O brincar, nesse sentido, será o principal instrumento para a aprendizagem e, longe de ser uma atividade supérflua, pode ser representado, assim como a construção do conhecimento, como uma espiral, pois, à medida que a criança amplia suas vivências, suas noções e fundamentos, traz para suas brincadeiras o que está elaborando e reconstruindo.

O planejamento de situações de aprendizagens e de vivências significativas às crianças prescinde da observação delas e dos grupos, aliada ao conhecimento sobre os processos de constituição humana e a reflexão sobre a prática, indicando ações educativas que promovam novas conquistas.

Nesse sentido, não se propõem expectativas por faixa etária, entendendo-se que a criança está em contínuo processo de transformação e desenvolvimento em que cada conquista dá suporte e apóia outras a serem alcançadas num caminho que é não-linear e único para cada criança. Significa que não há uma única maneira de ser criança porque cada uma é única em seu processo de constituição.

Diante desse entendimento, não se pode esperar que crianças, num mesmo tempo de vivência e com elaborações pessoais tão singulares, possam responder da mesma maneira. Por outro lado, todas precisam de diversas oportunidades para aprender e se desenvolver sobre diferentes aspectos.

Conhecimentos sobre como se dá a aprendizagem e o desenvolvimento humano em diferentes idades é fundamental para o educador acompanhar os diferentes processos que estão em formação, considerando todas as influências que ocorrem a

partir dos diferentes contextos educativos que as crianças vivem, a começar pela sua família, incluindo as oportunidades que têm, as condições socioeconômicas e culturais.

Esses conhecimentos são básicos para se compreender cada criança e poder contribuir na sua educação. Porém, não se podem fixar pontos de chegada num mesmo tempo determinado para as conquistas das crianças, pois, no entendimento de que o processo de formação humana é contínuo, cada criança precisa ser respeitada e incentivada a superar limites nesse processo, considerando suas diferenças.

Diante de especificidades que as crianças apresentam no processo de desenvolvimento, optou-se por organizar objetivos de quatro a cinco anos, na perspectiva de continuidade destes com o Ensino Fundamental, pois, na Educação Infantil, as crianças constroem bases de aprendizagens que dão sustentação a outras, ou seja, a construção de muitos conhecimentos se inicia na Educação Infantil, tendo continuidade em níveis posteriores.

Além de indicar novas conquistas a serem alcançadas pelas crianças num processo contínuo, os objetivos orientam a organização do trabalho pedagógico na instituição, explicitando a sua intencionalidade diante das funções indissociáveis de educar e cuidar.

Na Educação Infantil, essas funções constituem bases na formação humana, passando pela Identidade, que é construída nas Relações Sociais e Naturais, permeada pela constituição de Linguagens e de construção do Pensamento Lógico-Matemático, entendendo-se que essas áreas estão imbricadas numa influência mútua e complementar no processo de formação humana.

As áreas e os objetivos destacados a seguir não têm a pretensão de esgotar os conhecimentos possíveis de serem abordados com as crianças na Educação Infantil.

Trata-se de indicar caminhos para os profissionais, devendo ser desdobrados em outros objetivos a partir das diferentes características das crianças e das comunidades que freqüentam as instituições de Educação Infantil, constituindo o seu currículo local.

(Texto retirado das Diretrizes Curriculares de Curitiba)

1. IDENTIDADE

A compreensão que se tem de identidade está relacionada à idéia de diferença, algo que marca as singularidades de cada um no grupo, como nome, características físicas, modos de pensar e agir, que vão adquirindo contornos próprios nas vivências e interações sociais que compõem a história de todo ser humano.

1.1 Identidade e construção da autonomia

Segundo KAMII (1991), autonomia é a capacidade de se tomar decisões considerando as conseqüências dessas decisões a todos os envolvidos, a partir de um julgamento pessoal sobre o que é certo ou errado; algo que requer controle mútuo de desejos e negociações; é um termo de origem política que significa auto governo, o oposto de heteronomia, que significa ser governado por outros, ou agir a partir daquilo que outras pessoas julgam ser correto. Autonomia não é ser independente, pois significa “ir além das convenções, vendo-as como um conjunto de regras entre muitas outras possibilidades, e adotar somente aquelas que tiverem sentido para si” (Ibid. p.20).

A autonomia é princípio e finalidade da Educação Infantil, pois permeia todo o processo educacional, passando pelas relações de cooperação entre adultos e destes com crianças e famílias; pela organização dos espaços educativos e pelas possibilidades das crianças agirem de modo cada vez mais independente, desenvolvendo seu raciocínio e expressando seu pensamento de modo crítico; pelo respeito à condição humana de criar cultura e recriar o mundo.

Ao interagir com adultos que valorizam e incentivam suas iniciativas e descobertas de modo seguro e autônomo, estabelecendo relações afetivas estáveis, a criança tem um referencial básico que dá suporte à construção da sua identidade e autonomia.

1.2 Identidade e cultura

Assim como a cultura, a identidade está em processo permanente de construção “cujos resultados, tal como as práticas de significação a que está vinculada, são sempre incertos, indeterminados, imprevisíveis” (SILVA, 2001, p. 25). Significa que não há um ponto fixo de chegada na identidade de um ser humano; seu processo de formação é histórico e cultural, e cada um é o que se torna nesse processo, passando por transformações e alterações constantes, influenciadas pela interação com outros, no contato com símbolos, memórias, imagens, narrativas, valores, crenças e outros conhecimentos adotados como próprios de um grupo social.

Nesse sentido, a cultura está presente nos costumes, hábitos, comportamentos, modos de vestir, tradições, ritos e festas populares dos quais adultos e crianças partilham, construindo um repertório identitário de valores, crenças e conhecimentos sobre si e o grupo em que vivem.

A identidade é influenciada pelas expectativas parentais e pela maneira que familiares e profissionais da educação concebem a criança, traduzindo nas ações oportunidades de autonomia ou submissão, diálogo ou silêncio, desafios ou mesmice, medo ou enfrentamento, ou seja, ela é construída no espaço que a criança ocupa na vida das pessoas que a cercam.

O confronto de diferentes culturas permite a ampliação do olhar sobre as diferenças, abrindo espaços para sua manifestação de modo respeitoso e legítimo. Nesse processo, conhecimentos geográficos, históricos e sociais são desvelados, tornando a identidade humana ao mesmo tempo singular e plural, pois é constituída no interior de múltiplas relações sociais e naturais, extrapolando o grupo social de origem, compondo uma identidade planetária.

Identidade – Objetivos

De 4 a 5 anos

- Ampliar conhecimentos sobre si e o outro, a partir de características biológicas, psicológicas e culturais, reconhecendo-se como único no grupo.

- Construir vínculos positivos, vivenciando situações que envolvam afeto, atenção e limites.
- Explorar força, velocidade, resistência e flexibilidade, em diferentes tempos e espaços, conhecendo seus limites e potencialidades corporais.
- Representar o próprio corpo estabelecendo relações espaciais por meio de diferentes linguagens: corporal, plástica, musical, cênica, entre outras.
- Valorizar atitudes relacionadas à saúde e ao bem-estar individual e coletivo, apresentando gradativamente independência nas ações de alimentação, cuidados com a aparência pessoal e higiene.
- Usar de forma independente, conforme suas potencialidades, diferentes objetos, reconhecendo sua função social.
- Assumir responsabilidades gradativamente e de acordo com suas possibilidades, desenvolvendo confiança e auto-estima positiva.
- Ampliar conhecimentos sobre a própria cultura e de outras, desenvolvendo atitudes de respeito e valorização à diversidade de manifestações culturais.

RELAÇÕES SOCIAIS E NATURAIS

Desde que nascem, as crianças estão imersas em um ambiente social e natural. Curiosas e interessadas em compreender o mundo em que vivem, observam, com atenção, o que os adultos falam, fazem e como se comportam em diferentes tempos e lugares. Das relações que participam e observam, tanto com a natureza como com as pessoas, destacam elementos para investigar e reelaborar conhecimentos, construindo sua identidade. Nesse processo, a instituição de Educação Infantil tem importante função de auxiliar as crianças a compreenderem de como as pessoas relacionam-se entre si e com o meio natural, e a perceberem a reciprocidade de influências nessas relações, entendendo que as ações humanas trazem conseqüências ao meio interpessoal e natural.

No que se refere às relações interpessoais, as crianças estão aprendendo como relacionar-se entre si e com adultos. Nesse processo, a imitação é uma das maneiras

pelas quais as crianças aprendem, apontando a importância dos adultos refletirem sobre as relações que vivem entre si, pois constituem modelo de relação para elas.

Ao se relacionarem com adultos que agem de modo cooperativo, as crianças trocam pontos de vista respeitando as opiniões de cada um, e, vivenciando essas experiências em seu grupo, terão possibilidades de aprender a relacionar-se entre si e com outros de maneira saudável e respeitosa. Porém, essa aprendizagem é gradativa e, aprender a negociar, ouvir o outro, cooperar, ou seja, trocar idéias com os outros respeitando suas opiniões, acompanha o processo de desenvolvimento infantil à medida que a criança vai descentrando e percebendo-se como diferente diante de outras diferenças em seu entorno, reconhecendo a existência de outros pontos de vista, desenvolvimento esse que tem continuidade em níveis posteriores de escolaridade.

Participar de atividades cooperativas também implica no aprendizado de saber trabalhar em equipe, o que é diferente de colocar crianças agrupadas realizando atividades independentes. Nas atividades cooperativas, as crianças, a partir de um objetivo comum, agem, discutem, pensam, trocam opiniões, distribuem papéis, estabelecem meios e encontram soluções para alcançá-lo. Esse objetivo pode estar relacionado a questões levantadas pelo grupo dentro de um projeto de pesquisa científica.

O acesso das crianças ao conhecimento científico é mediado pela cultura. Na perspectiva de OLIVEIRA (2005), compreende-se o conhecimento como uma “rede de significações, constituída de nós e conexões em um espaço de representações em permanente transformação”, assim como a própria cultura, colocando em questão a organização linear de conteúdos nos currículos escolares. Isso aponta para a necessidade de se romper com a idéia de que há uma ordem de assuntos a serem desenvolvidos com as crianças.

O desafio que se propõe é o de transformar as curiosidades infantis e os questionamentos que trazem em conhecimentos a serem explorados e aprendidos.

Nesse processo, as crianças são instigadas a falar o que sabem sobre determinada questão, o que mais gostariam de saber, a problematizar e a planejar, em conjunto, onde e como encontrar respostas e, através da observação, da experimentação, da pesquisa em livros, vídeos, jornais, revistas, internet, entre outros,

desenvolverem o “espírito científico”, com a possibilidade de expressarem e registrarem o conhecimento que foi construído por múltiplas linguagens e formas de representação.

Assim, conhecimentos físicos, químicos, geográficos, biológicos, históricos, sociológicos, antropológicos, tecnológicos, culturais, entre outros, são acionados para auxiliar a compreensão das crianças sobre fenômenos naturais e sociais, sobre o mundo em que vivem.

Brincar com areia, pedrinhas, argila, água e outros elementos naturais e participar de experiências de jardinagem e horta são algumas das situações que, intencionalmente planejadas, oportunizam à criança o desenvolvimento de atitudes de cuidado, respeito e preservação da natureza, aprendendo aos poucos a se relacionar de modo responsável com o meio ambiente. Isso também pode ocorrer quando as crianças são incentivadas a participar da organização e conservação dos espaços, dentro e fora da instituição.

Nesse processo, o papel do educador/professor é de mediador, transformando questões infantis em ações concretas de conhecimento, em espaços e tempos que acompanham e respeitam o tempo de elaboração das crianças e desdobramentos que ocorrem a partir de suas curiosidades. Implica na superação de práticas de determinação prévia do tempo para exploração de conhecimentos na instituição de Educação Infantil e na postura humilde do educador/professor diante de sua “incompletude” no que se refere ao domínio de conhecimentos, reconhecendo-se como aprendiz e parceiro das crianças.

Nessa perspectiva, evidenciam-se uma compreensão e um olhar diferenciado de currículo, acreditamos que o primeiro passo para incluir sem medo é buscar conhecer as potencialidades de cada aluno, considerando as múltiplas inteligências e que cada um tem diferentes maneiras de aprender. Temos que trabalhar o respeito, a solidariedade, a cooperação, sabendo que as diferenças existem sim, porém devemos ter outros olhos, aceitá-las, compreendê-las, visando sempre à totalidade da formação do aluno; como vida que se faz e constrói, emerge e não se repete, porque se trata de uma identidade que diz respeito a um grupo de crianças que têm interesses específicos.

“Mais do que ensinar a ler e escrever, explicar matemática e outras matérias, é preciso ouvir os apelos silenciosos que ecoam na alma do educando”.

“A partir dos movimentos internacionais, tornou-se necessário à implantação de uma política de inclusão para alunos com necessidades especiais no sistema regular de ensino”.

Outros grupos terão outras inquietações e curiosidades, enfim, outros conhecimentos a serem construídos. E, dessa maneira, uma cultura infantil encontra espaço para fluir, existir, ser expressa por diferentes linguagens, ser reconhecida e respeitada na de Educação Infantil.

2.1. Relações Sociais e Naturais – Objetivos

De 4 a 5 anos

- Ampliar possibilidades de agir com autonomia na escolha de espaços, brinquedos e parceiros para brincar, definindo regras e recriando situações vividas.
- Vivenciar relações de colaboração e solidariedade, desenvolvendo aos poucos tolerância e respeito pelo outro e suas diferenças.
- Reconhecer a existência de diferentes grupos sociais, identificando a quais pertence.
- Conhecer, construir e respeitar regras de convivência, utilizando gradativamente o diálogo e a negociação na resolução de conflitos.
- Identificar e evitar situações de risco para si e o para o outro nos diferentes espaços que freqüenta, aprendendo a valorizar a vida.
- Vivenciar e valorizar atitudes de organização e preservação de objetos e espaços de uso individual e coletivo, dentro e fora da instituição.
- Explorar conhecimentos de diferentes áreas, aproximando-se gradativamente do conhecimento científico.
- Perceber transformações em objetos e fenômenos físicos.

3.LINGUAGENS

Segundo VYGOTSKY (1994), a relação da criança com o mundo é mediada pela linguagem, que vai propiciando a constituição de funções psicológicas, como a atenção e a memória, as quais atuam na origem da imaginação e da função simbólica. A linguagem atua como função primeira de comunicação entre pessoas, entre adultos e crianças, e gradualmente os significados culturais mediados na oralidade são internalizados, construindo o próprio pensamento. Para esse autor, pensamento e linguagem são indissociáveis e suas inter-relações acontecem nos significados das palavras que, por sua vez, não são fixos, modificam-se e se constroem historicamente, tanto no nível individual – ao longo do desenvolvimento do sujeito – quanto no contexto social, nas inter-relações sociais.

3.1 Corpo e movimento

Uma das primeiras formas de linguagem utilizadas pelo ser humano é o movimento, que pode ser realizado pelo bebê poucos minutos após seu nascimento, quando organiza o movimento e o executa por imitação, de acordo com um modelo, como o rosto da mãe ou de quem interage com ele face a face.

A criança apreende a cultura corporal e desenvolve equilíbrio, ritmo, resistência, velocidade, força e flexibilidade corporal, principalmente por meio de jogos, brincadeiras, danças e eventos culturais. Na Educação Infantil, ações e espaços precisam ser planejados cuidadosamente para que as crianças possam desenvolver e ampliar seus recursos de comunicação corporal, com desafios que possibilitem a elas a superação de limites e avanços em sua condição de situar-se no ambiente, de explorá-lo com segurança e autonomia, conquistando aos poucos novas formas de expressão e movimento.

3.2 Oralidade

A capacidade de comunicar-se através de linguagem própria de seu grupo social é uma característica específica da espécie humana, e, por estar relacionada a um grupo social, é manifestada de acordo com diferentes culturas. Para OLIVEIRA (2005),

a criança necessita inicialmente de equipamento anatômico e neurofisiológico apropriado e em adequado estado de funcionamento para desenvolver a oralidade.

A linguagem é fundamental para o desenvolvimento da consciência humana, e a palavra destaca-se como o modo mais puro de interação social. O desenvolvimento da oralidade se estende até por volta dos 09 a 10 anos e vai sendo elaborada à medida que a criança interage, dialoga, confronta pontos de vista, questiona. BAKHTIN, citado por OLIVEIRA (2000), destaca a importância do olhar e das palavras dirigidas às crianças. Para ele, tudo que diz respeito à criança chega à sua consciência mediante a palavra dos outros, com sua entonação valorativa e emocional. Significa que, ao falar com a criança, o adulto transmite não só o significado das palavras. A criança capta na linguagem uma intenção presente que pode ser de atenção ou de indiferença, bem como o tipo de emoção que acompanha a fala dirigida a ela, expressa tanto pelo olhar, pelo gesto como pela qualidade da entonação.

As crianças têm hipóteses durante o processo de construção da fala, apresentando uma lógica própria para se expressar, muitas vezes considerada errada pelos adultos. No entanto, antes de enfatizar a correção, é importante valorizar a capacidade da criança de pensar sobre o uso da linguagem oral entre as pessoas, de organizar e transmitir o próprio pensamento, fazendo-se entender em situações de comunicação.

A Educação Infantil deve ser um ambiente comunicativo, onde momentos planejados de relatos, histórias, rodas de conversas, brincadeiras cantadas, com rimas e poesias, entre outros, estejam presentes cotidianamente, oportunizando às crianças diferentes momentos de contato com a forma de linguagem socialmente aceita em espaços para expressar-se verbalmente, pois, enquanto falam, comunicam suas idéias, dúvidas, sentimentos e elaboram seu pensamento.

3.3 Linguagens artísticas

A criança desde cedo experimenta contatos livres com as linguagens artísticas, quando fazem parte de seu cotidiano. A percepção e o registro das impressões que tem sobre o mundo e o trabalho criador ocorrem em um processo contínuo, à medida que

passa a ter contato com materiais expressivos, intervenções de adultos e de outras crianças.

A referência do educador/professor no processo de conhecimento e de uso das linguagens artísticas pela criança é determinante, pois, se as intervenções que realizar forem desafiadoras, ela aprenderá a se expressar por essas linguagens, conhecendo diversas leituras de mundo. Se a produção artística da criança é valorizada e incentivada pelo adulto, ela tem mais segurança para expressar-se pela arte, desenvolvendo neste processo a sensibilidade, a afetividade, a intuição, a estética e a cognição. No entanto, quando o adulto valoriza o uso freqüente de modelos no trabalho com as crianças, elas deixam de se sentir capazes de construir a própria linguagem artística, passando a reproduzir e a apreciar as artes de forma estereotipada.

E, sendo arte criação, o uso freqüente de estereótipos acaba esterilizando a imaginação e as possibilidades de criação humana.

3.4 Leitura e escrita

Como ser de comunicação, a criança busca compreender e ser compreendida, necessitando conhecer e dominar diferentes recursos expressivos e a escrita precisa ser incorporada como prática cultural de registro e de comunicação na Educação Infantil.

Segundo FERREIRO, citado por AZENHA (1997), ler e escrever não se inicia na instituição educativa nem se restringe a ela, pois o processo de aprendizado da linguagem escrita começa muito antes da primeira vez que a criança recebe um lápis em sua mão e é orientada a formar letras. Esse processo tem início com o nascimento, quando a criança escuta e participa de conversas, ouve histórias e lhes atribui significados, percebendo um mundo repleto de símbolos, entre eles os símbolos gráficos.

Reconhecendo a escrita como sistema simbólico que representa a fala e o pensamento humano, é importante para a criança aprender o que seja representar, compreensão que ocorre à medida que entra em contato com diferentes formas de representação e símbolos desde cedo. Esses símbolos podem ser convencionados

socialmente ou criados com as crianças, como desenhos ou figuras que representem diferentes situações na rotina e que são utilizados diariamente para organizar o cotidiano dos grupos de crianças e identificar espaços dentro da instituição.

O conceito de alfabetização como aquisição do código escrito é insuficiente para o exercício da cidadania, e o papel da instituição educacional vai muito além dessa abordagem. Antes de reconhecer e utilizar o código escrito, é importante que a criança seja envolvida em práticas sociais de leitura e escrita.

Nesse sentido, a escrita precisa entrar na instituição educativa não como saber escolar, mas como prática social, pois desvinculada de um contexto ela se torna apenas decodificação gráfica. Essa reflexão traz à tona a discussão sobre o conceito de letramento que, desde a década de 80, vem sendo definido por autores como SOARES (2001) como a “utilização freqüente e competente da leitura e da escrita”.

Assim, uma criança que ainda não se alfabetizou, mas que folheia livros, finge lê-los, brinca de escrever, ouve histórias que são lidas, tem acesso a materiais escritos percebendo seu uso e função, é considerada analfabeta porque ainda não aprendeu a ler e a escrever, mas já penetrou no mundo letrado e pode ser considerada letrada.

Enquanto o sujeito alfabetizado é aquele que sabe ler e escrever, o sujeito letrado ou que está em estado de letramento é aquele que usa socialmente a leitura e a escrita, ainda que dependa de outras pessoas como leitores ou escribas, como, por exemplo, quando o educador lê para a criança ou transcreve um texto ditado por ela.

Embora essa discussão traga uma distinção entre alfabetização e letramento, entende-se que essas idéias se complementam e que não se podem admitir práticas de alfabetização dissociadas da vida e desvinculadas da necessidade social de se saber ler e escrever. Quando desde cedo as crianças ouvem histórias lidas, têm acesso a diferentes tipos de textos, como bilhetes, receitas, poemas, trava-línguas, jornais, revistas, cartazes, fôlderes, entre outros, através da mediação do adulto, ou participam de sua elaboração tendo outro que lhe sirva de escriba, elas percebem as funções da escrita e ingressam no mundo letrado.

O hábito da leitura, de interpretar histórias assim como outros tipos textuais, inicia-se na infância, no contexto da família, ou da instituição educativa onde a criança passa grande parte de seu dia, e estende-se por toda sua vida. O ambiente institucional

ou familiar é alfabetizador quando integra em suas práticas diárias a participação das crianças em vivências de uso real da leitura e da escrita.

Assim como na linguagem oral, a Educação Infantil não deve priorizar a pronúncia correta das palavras, mas a sua essência, na linguagem escrita a prioridade não recai sobre o traçado de letras ou palavras e sobre a leitura mecânica, mas sobre a escrita como linguagem, reconhecendo sua função comunicativa de sentimentos, emoções e idéias próprias de um determinado grupo social.

3.5.Linguagens – Objetivos

De 4 a 5 anos

- Desenvolver e ampliar progressivamente equilíbrio, ritmo, resistência, força, velocidade e flexibilidade corporal.
- Ampliar aos poucos as possibilidades de expressar-se verbalmente em diferentes situações de uso da linguagem oral.
- Reconhecer materiais diversos e procedimentos para utilizá-los como forma de expressão.
- Ampliar progressivamente as possibilidades de comunicação e expressão de idéias, sentimentos, desejos e necessidades, utilizando diferentes linguagens e reconhecendo sua função social.
- Ampliar progressivamente as possibilidades de representação simbólica.
- Conhecer, apreciar, analisar, produzir e respeitar diferentes linguagens artísticas, podendo relacionar elementos de sua cultura com elementos da cultura artística historicamente acumulados.
- Desenvolver gradativamente o interesse e o prazer pela leitura.
- Observar a função da escrita em diferentes contextos, avançando gradativamente em suas hipóteses de leitura e de escrita.
- Realizar gradativamente tentativas de escrita espontânea (não convencional) de acordo com as próprias possibilidades.

4. PENSAMENTO LÓGICO-MATEMÁTICO

O pensamento lógico desenvolve-se na criança com o início da linguagem oral, que ocorre pela palavra. A fala converte-se em um instrumento do pensamento no esforço por resolver um problema. Para a criança, a primeira palavra é a abstração de algo. Quando fala, ela analisa, classifica, busca qualidades comuns e diferenças entre os objetos, sentimentos e desejos, para assim elaborar suas hipóteses de fala, desenvolvendo o início da linguagem lógica e também do pensamento lógico.

A capacidade de discriminar cores, texturas e formas é a base para que as estruturas lógicas se construam, e as primeiras diferenciações para a criança são globais, ou seja, ela atém-se aos grandes contrastes entre os objetos e, a partir de relações que estabelece entre eles, começa a perceber diferenças e semelhanças. Essas relações que são construídas internamente pela criança a partir de vivências vão sendo ampliadas aos poucos.

Recentes pesquisas (DUHALDE; CULBERES, 1998) têm mostrado que o bebê com menos de um ano já percebe diferenças entre formas e cores, bem como diferenças entre conjuntos de um, dois, três e até quatro elementos. Embora não identifique as quantidades ou nomeie as cores e formas o bebê demonstra perceber diferenças entre elas a partir de ações e reações que expressa.

A capacidade de discriminação não ocorre pela educação formal, ela é construída pela criança nas vivências que lhe são proporcionadas e das quais ela participa ativamente por meio da observação, manipulação, experimentação, nas brincadeiras e jogos que cria ou aprende com adultos e crianças mais experientes.

As noções de classificação, seriação, bem como o conceito de número pela criança só se completam após a passagem da criança pela Educação Infantil, porém as experiências vivenciadas durante os primeiros anos são fundamentais para a construção desses conhecimentos.

A matemática surge pela necessidade da resolução de problemas do cotidiano, e são os desafios que permitirão um aprendizado significativo. Os conhecimentos matemáticos se constroem gradativamente, atravessando sucessivos momentos de avanços e retrocessos, e, nesse processo, a mediação do educador e das outras

crianças na construção do conhecimento torna-se fundamental. A atividade de contagem pela criança e também pelo adulto na presença da criança é um instrumento importante para transformar os conhecimentos numéricos intuitivos em conceitos operatórios. Inicialmente as crianças contam por imitação e lentamente passam a atribuir um duplo significado ao último número pronunciado, percebendo que, quando os objetos são nomeados de maneira quantitativa, ou seja, quando são contados, o último número pronunciado não somente designa o último objeto, mas também a totalidade dos objetos.

Assim, ao contar dez objetos, não é o último objeto contado que tem o valor dez, mas a totalidade de objetos. O cálculo faz parte do cotidiano das crianças antes mesmo de seu aprendizado formal, que deve ser mediado pelos educadores no cotidiano da instituição infantil. Porém, ainda que a criança conte até dez, levará muito tempo até que possa relacionar o numeral à quantidade que ele representa, até perceber que dez também significa cinco mais cinco, ou cinco vezes dois, ou vinte menos dez, ou nove mais um, além de muitas outras possibilidades.

São necessárias muitas vivências para que esses conceitos sejam construídos, e essas vivências podem ser possibilitadas principalmente por meio de jogos e brincadeiras, e em ações do cotidiano em que as crianças percebam a necessidade do uso de operações matemáticas. Brincando, a criança pode ser incentivada a realizar contagens, comparações entre quantidades, formas ou volumes, adicionar pontos que fez durante a brincadeira ou registrar quantidades. Enquanto brinca, a criança percebe distâncias, desenvolve noções de velocidade, duração, tempo, força, altura e faz estimativas envolvendo essas grandezas. Nas brincadeiras que requerem noções de posição no espaço, direção e sentido, discriminação visual, observação de formas geométricas na natureza e em diferentes objetos no ambiente, a criança explora conhecimentos matemáticos de forma contextualizada.

4.1. Pensamento Lógico-Matemático – Objetivos

De 4 a 5 anos

- Desenvolver gradativamente noções de localização e orientação espacial, tendo como referência pessoas e objetos entre si.
- Desenvolver gradativamente noção de tempo de deslocamento, tendo como referência o próprio corpo em relação ao espaço.
- Estabelecer relações de causa e efeito em situações de exploração do próprio corpo e nas interações com o meio.
- Estabelecer relações de semelhança e diferença, construindo aos poucos noções de classificação e seriação.
- Desenvolver gradativamente noções temporais nas vivências do cotidiano, aprendendo a situar-se nos diferentes tempos da instituição.
- Resolver situações do cotidiano e outros desafios propostos, considerando diferentes possibilidades de solução.
- Ampliar relações quantitativas, desenvolvendo gradativamente o conceito de número e o pensamento operativo.

EIXOS NORTEADORES

A Resolução da Câmara de Educação Básica n.º 1 de 7 de abril de 1999 institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, apontando princípios, fundamentos e procedimentos que orientam as Instituições de Educação Infantil vinculadas aos Sistemas Brasileiros de Ensino com relação à organização, à articulação, ao desenvolvimento e à avaliação de suas propostas pedagógicas.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, documento normativo do Conselho Nacional de Educação, estão pautados como fundamentos norteadores:

- Os princípios éticos, políticos e estéticos.
- A importância de reconhecer a identidade das crianças, das famílias, dos profissionais que atuam na Educação Infantil e da unidade educacional, diante dos vários contextos em que esses se situam.

- A necessidade da promoção de práticas de educação e de cuidados que possibilitem a integração dos aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos, lingüísticos e sociais da criança.

- A visão de criança como um ser completo, total e íntegro, em posição de aprender a ser e de conviver consigo própria e com os demais e no próprio ambiente, de maneira articulada e gradual.

- A construção das propostas pedagógicas em integração com famílias e profissionais.

- As estratégias para buscar o provimento de conteúdos básicos, a constituição de conhecimentos e valores, a interação entre as diversas áreas do conhecimento e aspectos da vida cidadã.

- O processo de avaliação baseado no acompanhamento e registros dos avanços do desenvolvimento da criança, sem caráter de promoção ou de retenção, em um ambiente de gestão democrática, com vistas a garantir os direitos básicos da criança e sua família à educação e a cuidados.

Os eixos para a Educação Infantil na Rede Municipal de Curitiba, que representam o pensamento dos profissionais que atuam com a criança de zero a seis anos, reafirmam o que está disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e enfatizam:

- A visão de criança completa, indicando um processo educativo que a considere como foco principal, sendo respeitada em suas diferentes linguagens, expressões e capacidade de criação.

- O entendimento de que cuidar e educar são ações indissociáveis e base de sustentação do processo educacional da criança nessa primeira fase de vida, com peso e importância vital para a formação humana, especialmente quando realizadas com qualidade relacional.

- A concepção de que os elementos da Educação Infantil estão voltados ao desenvolvimento, à construção da autonomia, às primeiras vivências que impulsionam em direção ao conhecimento. Esse é o prisma pelo qual a ação educativa será pensada e articulada.

- A necessidade de superação de práticas tradicionais que valorizam, ainda hoje, uma concepção compensatória, preparatória ou antecipatória da educação.

- A idéia de que a aprendizagem e o conhecimento estão presentes no âmbito da Educação Infantil e demandam sentido de intencionalidade, planejamento e acompanhamento, configurando posição indissociável das dimensões da constituição e do desenvolvimento infantil e suas relações com o meio natural e social.

- A linguagem, a socialização, o brincar e a interação como articuladores do desenvolvimento e, portanto, do conhecimento, estando em direta relação com o meio social.

- A compreensão da função social da instituição de Educação Infantil diante da necessidade das famílias de compartilhar a educação e o cuidado de seus filhos, estabelecendo co-responsabilidade entre essas duas instâncias pela Educação Infantil.

Essas considerações acenam para a compreensão de que o processo educativo só se consolida pela interação com outros indivíduos. Sob o olhar de VYGOTSKY (1994), as aprendizagens que ocorrem constituem suporte para o desenvolvimento, e este abre perspectivas para novas aprendizagens. A interação social embasa o desenvolvimento e a aprendizagem, é a mediação do adulto ou de parceiros mais experientes nas relações que a criança estabelece com o ambiente em que vive que possibilita a aquisição da experiência cultural.

A dinâmica desse processo possibilita a compreensão de que tudo está em correlação, não há cisão de elementos de maior ou menor importância no desenvolvimento ou na aquisição de aprendizagens.

Assim, a proposta de trabalho educativo com a criança pequena dispensa a fragmentação de conteúdos ou a compartimentalização de aprendizagens estabelecidas em etapas a serem vencidas em um determinado tempo. A idéia é de uma permanente construção da ação educativa, considerando o direito da criança à infância e à educação, estabelecendo uma interação entre o fazer pedagógico e a reflexão constante do que é realizadas com as crianças, profissionais da Educação, famílias e comunidades.

A partir dessas considerações, resultado de ampla discussão entre profissionais que atuam com Educação Infantil, destacam-se, a seguir, três eixos articuladores do

trabalho: 1) Infância: Tempo de Direitos; 2) Espaços e Tempos Articulados; 3) Ação Compartilhada.

Esses eixos consideram a dinâmica da prática pedagógica historicamente construída, a heterogeneidade e a multiplicidade de suas articulações, com o compromisso de pensar constantemente sobre o conjunto de práticas construídas e posturas vinculadas ao processo educativo como elementos fundamentais para que a criança seja efetivamente respeitada em seu direito de ter um desenvolvimento pleno.

A PASSAGEM PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

A mudança da Educação Infantil para o Ensino Fundamental é muito significativa para as crianças, por isso o professor deve trabalhar com essa situação desde o início do ano, observando as reações e curiosidades que elas podem apresentar, aproveitando para realizar projetos que envolvam a interação das crianças com o 1º ano do Ciclo de 9 anos.

4.3. ENSINO FUNDAMENTAL:

O ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS

Em 1961, o ensino obrigatório brasileiro era composto por quatro anos de escolaridade. Até 1970, havia o compromisso governamental de ampliação para seis e, em 1971, a escolaridade obrigatória passou a ser de oito anos.

Hoje, a organização do Ensino Fundamental de nove anos é um movimento mundial. Na América Latina, vários países já o adotam (BRASIL, 2004), e, há mais de vinte anos, RIBEIRO (1984) preconizava a necessidade de ampliação do tempo escolar, tanto em número de anos quanto em número de horas diárias.

Dos anos oitenta para cá, a democratização do ensino no Brasil oportunizou o acesso escolar à grande parcela da população antes excluída da educação básica. Em face da demanda para a primeira série do Ensino Fundamental com duração de 08 (oito) anos, a matrícula era obrigatória, até 2004, para as crianças aos 07 (sete) anos de idade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394/96, em seu art. 34, sugere a ampliação gradativa do período de permanência do aluno na escola. A Lei n.º 10.172, de 09 de janeiro de 2001, do Plano Nacional da Educação, propõe o Ensino Fundamental com 09 (nove) anos de duração e o ingresso obrigatório aos 06 (seis) anos de idade, na medida em que for sendo universalizado o acesso ao Ensino Fundamental à faixa etária de 07 (sete) a 14 (quatorze) anos.

Em 08 de junho de 2005, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional e Educação aprovou o Parecer n.º 06/2005, que estabelece normas nacionais para a ampliação do Ensino Fundamental para 09 (nove) anos a todos os brasileiros a partir de 06 (seis) anos de idade.

Com a aprovação desse Parecer, cada sistema de ensino deve refletir sobre sua realidade quanto aos recursos financeiros, materiais e humanos para sua implantação e proceder às orientações necessárias para o cumprimento da Lei.

Em 6 de fevereiro de 2006, a Lei n.º 11.274, que altera artigos da Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996, dispõe que o Ensino Fundamental obrigatório é composto de nove anos com matrícula a partir de seis anos de idade, mas essa obrigatoriedade será implantada de forma gradativa até 2010.

O Ensino Fundamental de nove anos é, portanto, uma meta nacional a ser atingida. Em Curitiba, e em especial em nossa escola o atingimento dessa meta não causa impactos significativos, pois desde a implantação da organização do ensino em ciclos de aprendizagem em 1999 o progressivo atendimento escolar às crianças de seis anos vem se dando em caráter facultativo.

Atualmente, nossa escola, esta organizada em Ciclos de Aprendizagem, estruturam-se em dois segmentos: o primeiro segmento composto por 05 (cinco) anos, o qual compreende o Ciclo I – Etapa Inicial, 1.a e 2.a etapas, em 03 (três) anos; o Ciclo II – 1.a e 2.a etapas, em 02 (dois) anos. Mas o simples aumento do tempo da criança

na escola não assegura melhores aprendizagens. É preciso uma nova organização dos conteúdos, das práticas de sala de aula e, especialmente, o emprego eficaz do tempo escolar.

Hoje ,com a deliberação nº 03/06 do Conselho Estadual de Educação,nossa escola passa a iniciar adequação de espaços e turmas para atender o Ensino Fundamental de 9 anos .Já a adequação para a Educação Infantil será feita em parceria com a PMC pois os espaços e mobiliários necessitam de orçamento ampliado.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O desafio da educação é instrumentalizar os alunos para um processo de educação continuada que deverá acompanhá-lo por toda a vida. O professor como já foi citado na metodologia e na avaliação precisa ser criativo, inovador e articulador. Dialogar com seus alunos no processo de aprendizagem para que tenhamos um aluno crítico, criativo, pesquisador, atuante e reflexivo.

O processo precisa refletir e realinhar sua prática pedagógica no sentido de criar possibilidades para instigar a aprendizagem do aluno.

O currículo não pode ser pensado apenas como um rol de conteúdos a serem transmitidos para um aluno passivo. O currículo que temos interesse depôs em prática aqui no CEI Érico Veríssimo, é aquele oportuniza o aluno ser sujeito no processo do conhecimento..

“Por currículo se entende a síntese de elementos culturais (conhecimentos, valores, costumes, crenças, hábitos) que conformam uma proposta política-educativa pensada e impulsionada por diversos grupos e setores sociais cujos interesses são diversos e contraditórios, ainda que alguns tendem a ser dominantes ou hegemônicos, e outros tendem a opor-se e resistir a tal dominação ou hegemonia”. (A.ALBA) “... um currículo reflete não só a natureza do conhecimento em si mesmo, como também a natureza do conhecimento e do processo de aquisição de conhecimento. É um caso em que é obrigatoriamente mal delineada a fronteira entre sujeito, objeto e método. Um corpo de conhecimentos, entesourado numa universidade e corporificado numa série de competentes volumes é o resultado de intensa atividade intelectual anterior. Instruir

alguém nessa matéria não é levá-lo a armazenar resultados na mente, e sim ensiná-lo a participar do processo que torna possível a obtenção do conhecimento: ensinamos não para produzir minúsculas bibliotecas vivas ambulantes, mas para fazer o estudante pensar, matematicamente por si mesmo, para considerar os assuntos como faria um historiador, tomar parte do processo de aquisição de conhecimento. “Conhecer é um processo, não um produto”. (J.S. BRUNER)

Queremos o nosso currículo baseado na “tendência do conhecimento à realidade”. Pois temos o conhecimento como ponto de partida, tendo como referência os conhecimentos acumulados pela humanidade e nesse processo é que vamos organizar nosso currículo. Temos que ter como referência o contexto do aluno e da comunidade onde estão inseridos, buscando mediações significativas entre o conhecimento a ser desenvolvido e a realidade do trabalho. Queremos buscar realizar um trabalho significativo e transformador. Enquanto expressão teórica, essa perspectiva de trabalho pode ser encontrada na concepção crítico social dos conteúdos (conforme LIBÂNEO), ou numa certa interpretação da histórico crítica (conforme SAVANI).

A concepção dialética do planejamento só encontra condições de ser concretizada em contextos nos quais a relação conhecimento realidade não está sendo rompida na prática educacional.

Devemos nos organizar em torno dos quatro pilares da educação (UNESCO) , porque de algum modo ao longo da vida serão para cada indivíduo, os pilares para o conhecimento.

São princípios norteadores das políticas educacionais de todo o mundo: Discutir sobre cada um deles, nas disciplinas e nos conteúdos nos ajuda a entendimento e como permeá-los nos conteúdos.

1º Aprender a ser:

Ser humano, criativo, feliz, sensível, livre, útil, sonhador, ético, ser criança, adolescente, adulto, ser único, ser homem, ser mulher, ser gente... Não podemos ignorar as diferenças, a origem de cada aluno, a sua história pessoal, questões étnicas, meio social. Temos que oferecer atividades voltadas para outros dons, como as

inteligências múltiplas. Queremos uma educação voltada para o desenvolvimento total da pessoa, observando os princípios que regem a Educação Básica – determinam que:

PARECER CNE 22/98:

Na educação infantil os projetos devem:

- observar os princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e das diversidade críticas e culturais;
- reconhecer a importância da identidade dos alunos das famílias, dos professores, dos profissionais e da escola nos contextos em que se situam.

PARECER CNE 04/98:

No ensino fundamental os projetos devem:

- conduzir ao reconhecimento da identidade pessoal dos alunos, dos professores, da escola e do seu contexto;
- abordar temas ligados à vida cidadã e que sejam tratados contextualmente e interdisciplinarmente.

Queremos oferecer oficinas para os diversos talentos, nas áreas da comunicação, esporte e lingüística. Queremos aqui na escola abordar o Aprender a Ser, na base nacional comum, bem como na parte diversificada de modo que os alunos se sintam realizados, capazes e felizes.

2º Aprender a conhecer:

Seu fundamento é o prazer de compreender, de conhecer, descobrir. Implica aprender compreendendo a aprendizagem como um processo que nunca está acabado. É o aprender a aprender de uma forma dinâmica e real. Na interação do aluno com seus pares, estaremos garantindo a base para que todos estejam sempre mobilizados no processo do conhecimento, por meio das atividades interdisciplinares e contextualizadas.

3º Aprender a fazer:

O aprender a fazer é indissociável do aprender a conhecer. É o compromisso que temos de ensinar nossos alunos a serem pessoas dotadas da capacidade de pensar, de inovar, de criar, de interferir e de racionar. Buscar o fazer na criação com criticidade. Aprender a fazer para a vida, para si mesmo, para ser mais completo, mais feliz se sentindo seguro ao usar suas competências. Queremos que a escola (EPA, professores, funcionários, alunos, pais, comunidade) consigam perceber que a aprendizagem decorre de transformações e que essas transformações operam mudanças nas pessoas (competências e habilidades). Os conhecimentos devem ultrapassar os muros da escola.

“O currículo significa exatamente o conjunto de experiências pensadas pela equipe e planejadas para se alcançar os fins propostos pela escola. Todo ele, pelas atividades implementadas, deverá ser voltado para a preparação para o trabalho para o exercício da cidadania e pleno desenvolvimento do aluno, compreendendo os aspectos intelectuais, os seus dons especiais, as questões éticas, pessoais e sociais e parte de um projeto político-pedagógico pensado, elaborado e executado com metas consonantes com os novos tempos, comprometido com a efetivação dos quatro pilares.”

4º Aprender a conviver:

Levar os alunos a tomarem consciência das semelhanças e da interdependência entre todos os seres humanos no planeta. Em geral tem enfatizado a necessidade de os profissionais trabalhar em parcerias. Portanto, precisam aprender a viver juntos, a respeitar as individualidades num processo coletivo para aprender a se emancipar. A escola precisa oferecer situações de problematizações fazendo refletir sobre a realidade, para que os alunos aprendam a administrar conflitos, pensamentos divergentes, respeitar as opiniões dos outros, saber contra argumentar sem luta, agressão e coletividade.

Os princípios acima citados são necessários para a efetivação de uma escola participativa e dinâmica e não podem ser esquecidos na construção do currículo escolar.

O desafio é grande, vamos nos empenhar para a construção de um novo currículo onde possamos dar aos nossos alunos “condições autênticas para a emancipação humana”.

“O que vale a pena é construir o futuro”. E sabemos que o futuro de nossos alunos ainda está por vir, e nós temos uma responsabilidade grande. “Toda mudança inicia um ciclo de construção”, portanto queremos e devemos descruzar nossos braços em busca de um futuro melhor para nós e nossos alunos.

“Vamos vencer os medos e partir atrás dos nossos sonhos”.

ARTICULAÇÃO ENTRE AS ÁREAS DO CONHECIMENTO

Como trabalhamos com ciclo de aprendizagem e metodologia de projetos a articulação das áreas acontece de forma tranqüila e permeando todo o conhecimento e de forma interdisciplinar.

ÁREAS DO CONHECIMENTO

As áreas de conhecimento a seguir estão fundamentadas nas Diretrizes Curriculares que norteiam a Educação no Município de Curitiba.

CIÊNCIAS

Fundamentos teórico-metodológicos para a área de Ciências

O ensino de Ciências Físicas e Biológicas, ao ser introduzido no currículo do Ensino Básico Brasileiro, entre os anos 50 e 60, tinha como principal meta atender às necessidades do desenvolvimento tecnológico do país.

Na década de 50, a escola era apenas para alguns poucos privilegiados. Os programas curriculares eram rígidos, e os professores não tinham formação pedagógica – médicos, padres, engenheiros ministravam as aulas.

No final dessa década e início dos anos 60, o impacto do lançamento do primeiro satélite artificial, o *Sputnik*, pelos soviéticos, levou os países ocidentais, sobretudo os Estados Unidos e a Inglaterra, a questionarem e pensarem o ensino de Ciências nas escolas, resultando disso a elaboração de novos projetos curriculares.

Até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024/61, o ensino de Ciências era considerado uma atividade neutra, objetiva e reprodutora de uma verdade inquestionável, sendo primordial a quantidade de conteúdos que eram trabalhados em sala de aula.

Na década de 70, houve um deslocamento do foco pedagógico tradicional para uma maior participação do estudante no processo de aprendizagem. A principal meta do ensino de Ciências passou a ser a de identificar problemas a partir de fatos observados, construir hipóteses, testá-las, tirar conclusões ou abandoná-las, se fosse necessário. O estudante deveria ser capaz de redescobrir o que a ciência já havia descoberto. O professor deveria conhecer o que o estudante pensava para fazer com que suas idéias, a princípio “simples” e “erradas”, fossem transformadas em conceitos mais elaborados e científicos, pois a ciência era considerada a detentora da verdade absoluta e inquestionável.

Nos anos 80, as questões ambientais decorrentes da industrialização desencadearam a discussão sobre as implicações sociais do desenvolvimento científico, e a escola passou a objetivar a formação de um cidadão trabalhador, “peça essencial para responder às demandas do desenvolvimento” (KRASILCHIK, 1987). Entretanto, o que prevalece no ensino de Ciências que é dado hoje nas escolas são as práticas tradicionais, com alguns retoques e inovações, ainda insuficientes para transformar o trabalho de sala de aula.

A maioria da população convive com inúmeros produtos da ciência e da tecnologia, porém sem refletir sistematicamente sobre os processos de produção e distribuição desses bens culturais, fato que impede o exercício pleno da cidadania crítica e consciente. Mais do que nunca, a ciência aparece como um dos mais fascinantes diálogos que o homem já travou (PRIGOGINE, apud CHASSOT, 1997, p. 181).

Segundo POZO e CRESPO (1998), o que tem justificado a inclusão das ciências da natureza como parte do currículo da Educação Básica, atualmente, é a necessidade de proporcionar aos estudantes uma cultura científica, que lhes permita compreender o funcionamento da natureza e a influência dos avanços científicos e tecnológicos na vida social das pessoas.

O ensino das Ciências na escola é essencial para: proporcionar ao cidadão em formação a constituição do pensamento científico a respeito do ecossistema, aqui compreendido em sua complexidade; desvelar a ciência e a tecnologia, apresentando-as como atividades humanas, historicamente produzidas, proporcionando uma visão crítica sobre a natureza da ciência e seu papel na sociedade contemporânea; gerar representações de como o ser humano entende o Universo, o espaço, o tempo, a matéria e a vida.

Optou-se por denominar essa área de Ciências, visto que engloba os campos da Biologia, Física, Química, Geociências e Astronomia, considerando que os conhecimentos dessas diferentes disciplinas podem proporcionar ao estudante a construção do conhecimento científico numa perspectiva crítica, que leve à compreensão das relações de interdependência que existem entre o ser humano, o restante da natureza e a cultura.

É preciso que haja maior aproximação entre a linguagem científica e a linguagem sociocultural para que os estudantes compreendam a importância daquilo que aprendem na escola.

O currículo escolar – aqui entendido como a seleção de elementos culturais – seja direcionado para a educação científica focada nos temas sociais, e não somente em conceitos científicos fechados em si mesmos, um currículo que se preocupe com estratégias de ensino que promovam a interdisciplinaridade e a contextualização.

Os conteúdos organizados em eixos norteadores podem identificar saberes do campo das Ciências que, a partir de seus desdobramentos em conteúdos pontuais, garantam a abordagem dos objetos de estudos desta área em sua totalidade e complexidade.

Assim, o trabalho terá como eixos norteadores:

- Ecossistema.

- Culturas e Sociedades.
- Natureza da Ciência e Tecnologia.

No eixo Ecossistema, estão contemplados conteúdos referentes às complexas relações entre os sistemas físicos, químicos, geológicos e biológicos – entre os quais está o ser humano como parte integrante e agente de transformações.

No eixo Culturas e Sociedades, estão contemplados conteúdos referentes às relações entre ciência e sociedade, nas dimensões econômica, política e cultural. A ciência, nesse contexto, é compreendida como atividade humana, historicamente produzida, impregnada de valores e costumes de cada época, sujeita à influência de fatores sociais, econômicos e culturais, numa visão de ser humano concebida a partir de seus variados pertencimentos e de suas múltiplas relações com a natureza (MACEDO, 2004).

A perspectiva do eixo Natureza da Ciência e Tecnologia traz elementos que permitem compreender as dimensões do fazer científico, a sua relação com a tecnologia e o caráter não neutro desses fazeres humanos. Essa discussão se justifica pela necessidade de formar sujeitos capazes de compreender e utilizar os recursos tecnológicos disponíveis e suas implicações éticas e ambientais de produção e utilização desses recursos.

Os eixos não devem ser tratados de forma isolada, pois indicam a perspectiva de abordagem e de organização dos conteúdos, possibilitando estabelecer conexões entre si, com as outras áreas e com os temas sociais contemporâneos.

O estudante deixa de ser visto como um “balde vazio” a ser preenchido pelo conhecimento científico. Ao contrário, é considerado um sujeito social, histórico e cultural, com conhecimentos ou representações pessoais que são constantemente confrontadas com os conhecimentos da ciência.

Assim, o ensino de Ciências não objetiva apenas a promoção de mudanças conceituais nos estudantes para que eles incorporem o conhecimento científico em detrimento do seu modo de pensar. Em vez disso, propõe que eles sejam capazes de tematizar sua cultura e seus conhecimentos e também o conhecimento científico, a fim de ficarem informados e melhor preparados para tomar decisões no seu cotidiano,

percebendo que diferentes formas de conhecimento interagem e podem ser utilizadas em diferentes situações.

Quando um professor trabalha visando à aprendizagem significativa, deve ficar atento ao fato de que os estudantes sempre têm algo a dizer sobre o assunto.

“O ensino dialógico-problematizador enriquece ainda mais quando professores desenvolvem suas ações pedagógicas tendo em vista a pluralidade cultural e o amplo espectro de saberes que se acham à sua volta” (OLIVEIRA, 2001, p.127 - 128).

Um trabalho fundamental a ser desenvolvido na escola é o de identificação de problemas do cotidiano que permitam estabelecer relações entre a ciência, a realidade sócio-cultural e a produção de tecnologia.

Ensinar Ciências de forma contemporânea significa desenvolver uma prática dialógica, criadora de fenômenos e inseparável da técnica pela qual se investiga. Essa compreensão é fundamental para o nosso trabalho, pois possibilita uma mudança qualitativa na aprendizagem.

São procedimentos que possibilitam a aprendizagem significativa: a problematização, a observação, a experimentação, a comparação, o estabelecimento de relações entre fatos e idéias, a leitura e a escrita de textos, a organização de informações por meio de tabelas, desenhos, gráficos, esquemas e textos, o confronto entre suposições, a obtenção de dados por investigação e a proposição de soluções de problemas. Fica a critério do professor selecionar o melhor recurso disponível, conforme sua realidade.

Quanto à experimentação, é importante salientar que é uma prática essencial nas aulas de Ciências; entretanto, somente o experimento não garante um bom aprendizado. AXT (1991) afirma que a experimentação é indissociável do ensino das Ciências, que ela pode ser o ponto de partida para desenvolver a compreensão de conceitos ou para que os estudantes percebam sua relação com as idéias discutidas em aulas.

Quando o estudante realiza um experimento, tem a oportunidade de verificar se aquilo que pensa ocorre de fato e encontrar explicações sobre os resultados obtidos enriquece o processo.

Quanto ao uso de novas tecnologias no ensino de Ciências , os computadores podem ser muito úteis na escola para o acesso à internet, a busca e transmissão de dados, as simulações, as pesquisas bibliográficas e o uso de programas específicos, como planilhas eletrônicas e processadores de texto.

Área de Ciências Ciclo I – Etapa Inicial, 1.ª e 2.ª etapas (1.º, 2.º e 3.º anos do Ensino Fundamental de nove anos)

Objetivo I

Identificar a presença de seres vivos e de elementos não vivos em diferentes ambientes terrestres, as relações de interdependência que existem entre eles, bem como a forma como o ser humano utiliza esses elementos e transforma os ambientes.

Critérios de Avaliação

Verificar se o estudante:

- Identifica os componentes comuns e as particularidades de ambientes diversos, naturais e transformados, classificando os elementos desses ambientes em vivos e não vivos, por meio de observações diretas e indiretas.
- Compreende que os diferentes ambientes terrestres são constituídos pelos mesmos elementos e se diferenciam pelos tipos de seres vivos, pela disponibilidade dos outros componentes e pelo modo como o ser humano age sobre eles.
- Descreve características da fisionomia e da composição de diferentes ambientes aquáticos e terrestres, naturais e transformados.

- Estabelece relação entre as características e propriedades dos diferentes materiais existentes no ambiente e as transformações desses materiais em objetos feitos pelo ser humano em diferentes tempos e espaços.
- Percebe a importância de se adotar atitudes responsáveis em relação às questões ambientais e identifica o ser humano como parte integrante da natureza.

Área de Ciências Ciclo I – Etapa Inicial, 1.^a e 2.^a etapas (1.^o, 2.^o e 3.^o anos do Ensino Fundamental de nove anos)

Conteúdos

Ecosistema

- Ocorrência de seres vivos e elementos não vivos (ar, água, solo, luz) em diferentes ambientes terrestres e suas relações de interdependência.
- Algumas propriedades dos materiais (cheiro, sabor, consistência, agregação, (formato), bem como as formas de energia existentes no ambiente.
- O Sol como fonte primária de energia (luz e calor) dos ambientes.

Culturas e Sociedades

- Os ambientes e os seres vivos do ecossistema urbano local e de outros mais distantes no tempo e no espaço.
- Adaptação do ser humano aos diferentes ambientes (condições ambientais da vida humana).

- Práticas predatórias e suas conseqüências para o ambiente e para a saúde humana.
- Animais de criação e de cativeiro.
- Materiais que podem causar acidentes para o ser humano.
- Formação de hábitos e costumes em relação ao consumo sustentável: separação do lixo reciclável, economia de água e energia elétrica.
- Tipos de construções humanas feitas em diferentes culturas e utilizadas como proteção e abrigo (vestimentas e habitação).
- Materiais que o ser humano lança no ambiente: lixo e dejetos; poluentes do ar, da água e do solo.

Natureza da Ciência e Tecnologia

- Ambientes construídos pelo ser humano: cidades, pastagens, hortas.
- Papel dos zoológicos nas cidades.
- Animais que são nocivos à saúde humana e surgem nas cidades devido ao acúmulo de lixo.
- Recursos naturais utilizados pelo ser humano como matéria-prima e os processos de produção de objetos, alimentos, remédios, embalagens, tecidos; fonte de materiais para a conseqüência de certos modos de interferência humana.
- Reciclagem de papel e de outros resíduos.
- Perigos da energia elétrica (tomadas e fios).
- Cuidados com a exposição ao sol –prevenção de doenças.

Área de Ciências Ciclo I – Etapa Inicial, 1.^a e 2.^a etapas (1.^o, 2.^o e 3.^o anos do Ensino Fundamental de nove anos)

Conteúdos

Ecossistema

Objetivo II

Investigar o corpo humano, estabelecendo diferenças e semelhanças entre os seres humanos e os outros seres vivos e utilizando as informações para elaborar classificações e para valorizar a diversidade de vida dos diferentes ambientes terrestres e o respeito às diferenças individuais entre os seres humanos.

CrITÉrios de Avaliação

Verificar se o estudante:

- Compreende a reprodução e o desenvolvimento para entender o ciclo vital como característica comum a todos os seres vivos.
- Identifica algumas características do corpo humano nas diferentes fases da vida, respeitando as diferenças individuais.
- Identifica hábitos específicos de higiene corporal, como lavar as mãos antes das refeições ou após o uso de sanitários, como recursos para prevenção a doenças contagiosas e como valor de convivência.
- Identifica hábitos específicos de higiene ambiental, como cobrir alimentos, limpeza das casas e das ruas, cuidado com o lixo, como recursos para a manutenção da saúde coletiva e individual.
- Compreende a importância da higiene do vestuário, da alimentação e da habitação para a manutenção da saúde.

- Relaciona o uso de vacinas à prevenção de doenças.
- Avalia a maior diversidade de seres vivos nos ambientes naturais que nos ambientes transformados pelo ser humano.
- Reconhece e classifica os seres vivos utilizando os seguintes critérios: alimentação, cobertura do corpo, número de patas e tipo de locomoção, percepção do meio, presença de esqueleto e coluna vertebral e a sustentação, reprodução e desenvolvimento.
- Valoriza o respeito às diferenças individuais relacionadas às diferentes culturas, etnias, biótipos físicos e gêneros.

Área de Ciências Ciclo I – Etapa Inicial, 1.^a e 2.^a etapas (1.^o, 2.^o e 3.^o anos do Ensino Fundamental de nove anos)

Conteúdos

Ecossistema

- Semelhanças e diferenças entre animais e plantas quanto à alimentação: Animais carnívoros, herbívoros e onívoros e suas estratégias de busca pelo alimento.
- Fotossíntese.
- Cadeias e teias alimentares.
- Semelhanças e diferenças entre animais e plantas quanto à reprodução e ao desenvolvimento: Ciclo vital de diferentes espécies.
- Diferenças quanto ao desenvolvimento: animais ovíparos e vivíparos.
- Condições necessárias para a germinação das sementes e crescimento das plantas.

- Épocas do cio e rituais de acasalamento de alguns animais vertebrados.
- Tempo de gestação.
- Cuidados com a prole.

Culturas e Sociedades

- Alimentação do ser humano no cotidiano, em diferentes lugares do mundo e em outras épocas.
- Influência da alimentação no crescimento e no desenvolvimento do ser humano em diferentes culturas.
- Higiene da alimentação como fator de prevenção de doenças.
- Influência da mídia na escolha dos alimentos e na definição de padrões de beleza.
- Diferenças individuais do ser humano quanto a cor, idade, biótipo e diferenças sócio -culturais.
- Algumas doenças próprias da infância: sarampo, coqueluche, catapora.
- Características do corpo humano e transformações que ocorrem nas diferentes fases da vida com relação a hábitos e valores associados à cultura, comparando crianças, adolescentes e adultos.
- Prevenção de doenças em animais domésticos.

Natureza da Ciência e Tecnologia

- Alimentos industrializados e outras técnicas de preservação dos alimentos no tempo e no espaço.

- Plantas e animais utilizados pelo ser humano como alimentação e técnicas de obtenção, como hortas, pomares e lavouras, criação de animais em granjas, viveiros e pastagens.
- Tecnologias utilizadas para auxiliar a gestação (inseminação artificial, ecografia, incubadora).
- Condições artificiais de germinação de sementes (estufa).
- Vacinação como meio de prevenção de doenças na infância.

Área de Ciências Ciclo I – Etapa Inicial, 1.^a e 2.^a etapas (1.^o, 2.^o e 3.^o anos do Ensino Fundamental de nove anos)

Conteúdos

Ecossistema

- Tempo que os filhotes levam para amadurecer.
- Semelhanças e diferenças entre animais quanto a: presença de esqueleto, coluna vertebral, cobertura do corpo, número de patas e forma de locomoção, levando em consideração o meio em que vivem.
- Órgãos dos sentidos nos animais e nos seres humanos como meios de percepção do ambiente.

Culturas e Sociedades

- Cuidados com os filhos e com as gestantes em diferentes culturas.
- Domesticação de animais.
- Posse responsável de animais domésticos.

- Postura do ser humano no decorrer de sua evolução.
- Doenças ósseas e musculares relacionadas à postura (LER, doenças ocupacionais – a ergonomia).
- Limites e capacidades do corpo humano na prática de esportes (atletismo, natação, saltos ornamentais, ginástica, pára-quedismo, etc.).
- Tratamento dado aos portadores de necessidades especiais.
- Prevenção de acidentes, como quedas, ferimentos, afogamento, asfixia e queimaduras.

Natureza da Ciência e Tecnologia

- Aparelhos e instrumentos que o ser humano constrói como medida corretiva de algumas deficiências físicas.
- Objetos e aparelhos fabricados como medida corretiva para as deficiências dos órgãos dos sentidos nos seres humanos.

Área de Ciências Ciclo I – Etapa Inicial, 1.^a e 2.^a etapas (1.^o, 2.^o e 3.^o anos do Ensino Fundamental de nove anos)

Objetivo III

- Observar a regularidade da ocorrência de alguns fenômenos celestes, sua influência no ambiente e nas atividades humanas, permitindo que o ser humano se organize no espaço e no tempo.

Critérios de Avaliação

Verificar se o estudante:

- Compreende os movimentos da Terra em relação ao Sol, percebendo a interferência de alguns corpos celestes na organização da vida humana.
- Relaciona o ciclo do dia e da noite com o movimento de rotação da Terra.
- Percebe a influência dos fenômenos celestes no ambiente e na vida do ser humano, relacionando-os com a simultaneidade e a sucessão dos acontecimentos diários.
- Entende que o Sol é fonte primária de luz e calor, reconhecendo sua importância para todos os seres vivos.

Área de Ciências Ciclo I – Etapa Inicial, 1.^a e 2.^a etapas (1.^o, 2.^o e 3.^o anos do Ensino Fundamental de nove anos)

Conteúdos

Ecossistema

- Movimento aparente do Sol.
- O Sol como fonte de luz e calor para a Terra.
- Variação das sombras no decorrer do dia.
- Movimento de rotação e suas conseqüências: dias e noites e os ritmos diários nos animais e nas plantas como abertura e fechamento de flores ao longo do dia; animais de hábitos noturnos.

Culturas e Sociedades

- Organização das atividades humanas em dependência aos dias e à noite.
- Formas de adaptação do ser humano com relação ao tipo de vestimenta, habitação e alimentação, nas diferentes estações do ano em diferentes culturas.
- História da astronomia.
- Influência das variações climáticas locais nas atividades humanas.

Natureza da Ciência e Tecnologia

- Objetos construídos pelo ser humano como formas de marcar os dias, no tempo e no espaço: relógio de sol, ampulhetas, relógios analógicos, relógios digitais, calendários.
- Instrumentos construídos para estudar astronomia: lunetas, telescópios, foguetes, estações espaciais, satélites, etc.

Área de Ciências Ciclo II – 1.ª e 2.ª etapas (4.º e 5.º anos do Ensino Fundamental de nove anos)

Objetivo I

- Identificar as características e propriedades do ar, da água e do solo, bem como a utilização e a transformação desses elementos pelo ser humano, em diferentes tempos e espaços, considerando as causas e as conseqüências dos impactos ambientais causados por essas transformações.

Critérios de Avaliação

Verificar se o estudante:

- Percebe que a água está presente de diversas formas, em diferentes locais do ambiente, reconhecendo a interferência do ser humano nas condições desse elemento.
- Interpreta mudanças de estado da água em situações do cotidiano, produzidas ou não pelo ser humano – ocorrências naturais ou não.
- Estabelece relação entre os diferentes tipos de solos, os seres vivos e a interferência do ser humano.
- Identifica os processos de captação, distribuição e armazenamento de água e os modos de tratamento, tanto doméstico quanto em estações de tratamento, relacionando essas condições à manutenção da saúde.
- Compreende a importância e a necessidade da presença do ar nos diferentes ambientes, entendendo também os riscos da poluição do ar para a saúde do ser humano e para o ambiente.
- Reconhece a existência de agentes poluidores do solo e a necessidade de cuidados com o destino adequado dos resíduos sólidos na cidade para a manutenção da saúde humana.
- Reconhece os diferentes estados físicos dos materiais no ambiente e sua aplicabilidade na tecnologia.
- Estabelece relação entre luz, água e fotossíntese.
- Reconhece diferentes misturas no ambiente, identificando a água como solvente universal.
- Caracteriza materiais recicláveis e alguns processos de tratamento dos resíduos sólidos nas cidades.

Área de Ciências Ciclo II – 1.ª e 2.ª etapas (4.º e 5.º anos do Ensino Fundamental de nove anos)

Conteúdos

Ecossistema

ÁGUA

- Estados físicos em que a água se apresenta na Terra.
- Ciclo da água.
- Água nos seres vivos.
- Ambiente aquático e as adaptações dos seres vivos.
- Relação da água com a luz e a formação de arco-íris.

SOLO

- Formação e composição.
- O solo como elemento do ecossistema.
- Características e propriedades do solo nos diferentes ambientes.
- Presença de ar, água e matéria orgânica no solo.

AR

- Composição da atmosfera terrestre.
- O ar e os seres vivos: fotossíntese e respiração.

Culturas e Sociedades

- Impactos ambientais causados pela construção de usinas hidrelétricas.

- Água potável e a saúde.
- Formas caseiras de tornar a água potável.
- Utilização da água no decorrer da história da humanidade.
- Consumo e desperdício em diferentes lugares do mundo.
- Formas de conservação dos rios nas cidades.
- Causas da poluição da água.
- Usos do solo na agricultura e na pecuária.
- Ocupação urbana e a impermeabilização do solo.
- Práticas de preservação e desgaste do solo (queimadas, erosão, desertificação, permeabilidade e fertilidade, assoreamento dos rios).
- Agentes poluidores do ar relacionados ao tráfego de automóveis e à presença de indústrias no ambiente urbano.
- Qualidade do ar na cidade e no campo.
- Medidas de controle da poluição atmosférica.

Natureza da Ciência e Tecnologia

- Utilização da água como fonte de energia elétrica.
- Estação de Tratamento da Água e de Esgoto.
- Doenças relacionadas com a água (dengue, malária, cólera).
- Transporte aquático.
- Inseticidas e agrotóxicos.
- Adubos naturais e artificiais.
- Destino dado ao lixo nas cidades: lixões, aterros sanitários e incineração.
- Transporte ferroviário e rodoviário.
- Utilização do vento como fonte de energia (energia eólica).
- Aquecimento global (efeito estufa).
- Radiação solar X camada de ozônio: causas e conseqüências; proteção da pele.

- Ar e saúde: doenças mais comuns veiculadas pelo ar, como: meningite, rubéola, gripe, etc. (formas de contágio e profilaxia).
- Qualidade do ar na cidade e no campo.
- Medidas de controle da poluição atmosférica.
- Transportes aéreos.
- Poluição eletromagnética.

Área de Ciências Ciclo II – 1.^a e 2.^a etapas (4.^o e 5.^o anos do Ensino Fundamental de nove anos)

Objetivo II

- Reconhecer o corpo humano como um todo integrado, estabelecendo relações entre os processos da digestão, respiração, circulação e excreção, compreendendo a saúde como bem-estar físico, social e psíquico do indivíduo.

Critérios de Avaliação

Verificar se o estudante:

- Reconhece que, no corpo humano, assim como no de todos os seres vivos, existe uma organização.
- Localiza os principais órgãos dos sistemas do corpo humano em representações figurativas.
- Estabelece relação entre os sistemas digestório, respiratório, circulatório e excretor para compreender o corpo como um todo integrado: transformações

sofridas pelo alimento na digestão e na respiração, transporte dos materiais pela circulação e eliminação de resíduos pela urina.

- Identifica o alimento como fonte de matéria e energia para a manutenção e o crescimento do corpo saudável.
- Associa o processo da circulação com o transporte e distribuição de materiais pelo corpo.
- Reconhece que a urina é produto da filtração do sangue pelos rins, processo que concorre para a eliminação de resíduos do corpo.
- Estabelece relação entre os aspectos biológicos, afetivos, culturais e socioeconômicos na preservação da saúde para compreendê-la como bem-estar físico, psíquico e social.
- Compreende a necessidade de comportamentos favoráveis à saúde em relação à alimentação, à higiene ambiental e pessoal, relacionando essas condições à eficiência do sistema imunológico e à existência de defesas naturais e estimuladas.
- Identifica o sistema imunológico como forma de defesa natural do organismo, que pode ser estimulada por vacinas, considerando que a eficiência desse sistema está associada às condições de higiene, alimentação e repouso, e ao bem-estar psíquico e social do indivíduo.

Área de Ciências Ciclo II – 1.^a e 2.^a etapas (4.^o e 5.^o anos do Ensino Fundamental de nove anos)

Conteúdos

Ecossistema

CORPO HUMANO

- Noções sobre a organização do corpo humano: células, tecidos, órgãos e sistemas.
- Relações entre os diferentes sistemas que realizam as funções de nutrição: digestão, respiração, circulação e excreção.
- Transformações sofridas pelo alimento na digestão e na respiração, transporte de materiais pela circulação e eliminação de resíduos pela urina.
- Sistema circulatório humano e defesas do organismo: glóbulos brancos, glóbulos vermelhos e plaquetas.

Culturas e Sociedades

- Alimentação cotidiana do ser humano.
- Alimentação em diferentes tempos e lugares do mundo.
- Alimentação em situações especiais: estações espaciais, altitudes extremas, diferentes temperaturas, atletismo profissional, etc.).
- Obesidade e anorexia.
- Alimentação escolar.
- Alimentação nas diferentes fases da vida e em diferentes condições de saúde.
- Relação entre alimentação e doenças de carência.

Natureza da Ciência e Tecnologia

- Alimentos orgânicos.
- Alimentos industrializados.

- Utilização de fertilizantes e agrotóxicos prejudiciais à saúde no cultivo de alimentos.
- Alimentos geneticamente modificados.
- Tecnologias empregadas para diagnosticar problemas relacionados aos sistemas circulatório, digestório, respiratório e excretor.
- Saúde bucal e suas técnicas de prevenção.
- Vacinação, medicamentos, soros e fitoterapia.
- Saneamento básico: condições de moradia, acesso à água tratada e ao sistema de esgoto.

Área de Ciências Ciclo II – 1.ª e 2.ª etapas (4.º e 5.º anos do Ensino Fundamental de nove anos)

Objetivo III

- Caracterizar os sistemas genitais masculino e feminino e as mudanças que ocorrem no corpo humano durante a puberdade, respeitando as diferenças individuais do corpo e do comportamento nas diferentes fases da vida.

Critérios de Avaliação

Verificar se o estudante:

- Estabelece relação entre os aspectos biológicos, afetivos e culturais para a compreensão da sexualidade e de suas manifestações, nas diferentes fases da vida humana, valorizando os vínculos entre afeto, responsabilidade, sexualidade e auto-estima.

- Entende as funções dos órgãos que compõem os sistemas genitais, reconhecendo a necessidade de cuidados quanto à higiene e à prevenção de doenças em todas as fases da vida.
- Compreende o momento de desenvolvimento em que se encontra, considerando as variações individuais ligadas à hereditariedade e ao histórico pessoal.
- Compara os órgãos e funções dos sistemas genitais masculino e feminino, relacionando seu amadurecimento às mudanças que ocorrem no corpo e no comportamento de meninos e meninas, respeitando as diferenças individuais.
- Reconhece que a atividade sexual é uma forma de contágio de doenças específicas como a AIDS e outras DSTs.

Área de Ciências Ciclo II – 1.^a e 2.^a etapas (4.^o e 5.^o anos do Ensino Fundamental de nove anos)

Conteúdos

Ecossistema

- Sistema Reprodutor Humano: Órgãos genitais masculinos e femininos: aspectos anatômicos e funcionamento.
- Concepção, fecundação e gravidez.
- O papel dos hormônios para o funcionamento do corpo e para o amadurecimento sexual.

Culturas e Sociedades

- Aspectos afetivos e culturais da sexualidade e suas manifestações nas diferentes fases da vida de homens e mulheres.

- Gravidez na adolescência.
- Higiene dos órgãos genitais.

Natureza da Ciência e Tecnologia

- Métodos anticoncepcionais.
- Tecnologias de reprodução *in vitro*.
- Manipulação genética: clonagem e células-tronco.
- Prevenção e forma de tratamento de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e da AIDS.

Área de Ciências Ciclo II – 1.^a e 2.^a etapas (4.^o e 5.^o anos do Ensino Fundamental de nove anos)

Objetivo IV

- Compreender que o ser humano é parte integrante da natureza, interage com o meio através dos órgãos dos sentidos e reage aos estímulos do ambiente por intermédio dos sistemas muscular e esquelético, identificando o papel do sistema nervoso e hormonal na coordenação dessas funções.

Critérios de Avaliação

Verificar se o estudante:

- Entende os movimentos do corpo como a relação entre esqueleto e músculos, reconhecendo a importância dos cuidados com a nutrição e a prevenção de acidentes.
- Estabelece relação entre o sistema nervoso e hormonal, as funções do corpo e a percepção do ambiente.
- Associa a realização dos movimentos com a atividade dos músculos, ossos e nervos.
- Associa o aumento do movimento respiratório e dos batimentos cardíacos com o aumento da intensidade da atividade física.

Área de Ciências Ciclo II – 1.ª e 2.ª etapas (4.º e 5.º anos do Ensino Fundamental de nove anos)

Conteúdos

Ecosistema

- Sistemas de coordenação humana: aspectos anatômicos e funcionamento do sistema nervoso e hormonal.
- Estruturas de sustentação e movimentação do ser humano: esqueleto e músculos.

Culturas e Sociedades

- Relação entre a alimentação e o bom funcionamento do sistema ósseo e muscular.

- Drogas e automedicação.
- *Doping* e os limites do corpo humano nas práticas esportivas.
- Prevenção de acidentes com lesões ósseas e musculares.

Natureza da Ciência e Tecnologia

- Tecnologias que podem causar danos ao sistema nervoso central: radiação.
- Usos e avanços tecnológicos da neurociência.
- Próteses que substituem parte e funções de alguns órgãos do corpo humano: implantes dentários, pinos ósseos, etc.

Área de Ciências Ciclo II – 1.^a e 2.^a etapas (4.^o e 5.^o anos do Ensino Fundamental de nove anos)

Objetivo V

- Reconhecer e identificar a regularidade de alguns fenômenos celestes e sua influência no ambiente e nas atividades humanas, permitindo que o ser humano se organize no espaço e no tempo.

Critérios de Avaliação

Verificar se o estudante:

- Identifica o Sol, os planetas e outros astros como constituintes do Sistema Solar.
- Relaciona o intervalo de tempo de um ano com o movimento de translação da Terra em torno do Sol.
- Compreende a influência dos fenômenos celestes no ambiente e na vida do ser humano, relacionando-os com os acontecimentos diários.
- Infere a estação do ano em um hemisfério ao ser informado sobre a estação no hemisfério oposto, mostrando conhecer o fato de que, quando é inverno no hemisfério sul, é verão no hemisfério norte e vice-versa.

Área de Ciências Ciclo II – 1.^a e 2.^a etapas (4.^o e 5.^o anos do Ensino Fundamental de nove anos)

Conteúdos

Ecossistema

- Sistema solar e seus componentes.
- Astros luminosos e iluminados: asteróides, cometas, meteoros, satélites, estrelas e planetas.
- Planeta Terra: características internas e externas.
- Condições necessárias à vida na Terra.
- Relação entre o movimento de translação da Terra e os ritmos biológicos dos seres vivos (ritmos circanuais ou sazonais – arrastados pelas estações do ano).
- Frutificação, época de plantio e colheita de algumas plantas nas diferentes estações do ano.
- Lua: fases, marés, eclipses.

Culturas e Sociedades

- Organização das atividades humanas, conforme o período do ano.
- Comportamentos relacionados com a forma de alimentação e vestimenta no decorrer do ano, em diferentes culturas.
- Formas de previsão de tempo em diferentes culturas.
- Observação da natureza como forma de fazer a previsão e o controle do tempo.
- Influência da Lua em algumas atividades humanas: plantio, corte de cabelo, nascimento, etc.

Natureza da Ciência e Tecnologia

- Instrumentos fabricados para marcar o tempo no decorrer da história, em diferentes lugares do mundo.
- Meteorologia: diferença entre clima e tempo, formas científicas de se fazer a previsão do tempo – estações meteorológicas.
- Cronopatologias.

EDUCAÇÃO FÍSICA

Fundamentos teórico-metodológicos para a área de Educação Física

A Educação Física escolar, ao longo da história, passou por inúmeras e significativas mudanças, que refletem as características das relações sociais em diferentes momentos e em diferentes espaços.

Inicialmente, sofreu a influência da visão dos militares e dos médicos, segundo uma concepção militarista-higienista. As instituições militares tinham por norma a

prática de exercícios sistematizados que, ao serem ressignificados pelo conhecimento médico, compunham uma perspectiva terapêutica e pedagógica (BRACHT, 1999). Nesse período, as aulas de Educação Física objetivavam principalmente a preparação militar, a disciplina cívica, o endurecimento do corpo e a energia física, visando educar o corpo para promover a saúde, gerando homens fortes para a defesa da pátria, adestrados para o combate.

A Educação Física escolar também foi influenciada pelo movimento decorrente do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova na década de trinta, que buscava integrá-la como disciplina educativa por excelência, substituindo o exercício executado por obrigação pelo executado por prazer.

Com a tendência tecnicista, a Educação Física escolar passa a privilegiar o desporto de alto nível e o treinamento desportivo. De acordo com essa visão, o esporte era conteúdo a ser trabalhado nas escolas, os estudantes eram vistos como atletas e o professor, como treinador.

Em contraposição à tendência tecnicista, surgem os Movimentos Renovadores da Educação, trazendo discussões para a elaboração de novas propostas e pressupostos na busca de alternativas que aproximassem a Educação Física da realidade dos estudantes e da escola.

Entre esses Movimentos Renovadores estão: o viés da psicomotricidade, que objetiva o desenvolvimento do estudante em seu ato de aprender, considerando os processos cognitivos, afetivos e psicomotores; a perspectiva construtivista, que busca a construção do conhecimento a partir da interação do sujeito com o mundo, num processo construído pelo indivíduo durante toda a sua vida; a abordagem desenvolvimentista, que considera o movimento como o principal meio e fim da Educação Física e a perspectiva que visa à saúde e à aptidão física dos sujeitos, em um enfoque sociocultural.

As Teorias Progressistas da Educação Física escolar sugerem procedimentos didático-pedagógicos que propiciam o posicionamento crítico a respeito dos temas da cultura corporal, isto é, da ginástica, da dança, do jogo, da luta e do esporte.

Concebe-se a Educação Física escolar como uma área do conhecimento que, por meio da prática pedagógica, aborda elementos da cultura corporal, entendendo-se

por esse termo os conhecimentos acerca do movimento historicamente construídos e socialmente transmitidos.

A Educação Física escolar deve propiciar aos estudantes o acesso a um conhecimento organizado a respeito da cultura corporal, permitindo o desenvolvimento pessoal, a participação na sociedade, bem como a vivência de valores e de princípios éticos e democráticos.

Considera-se o movimento como objeto de estudo da Educação Física escolar, portanto é o elemento principal da cultura corporal. A Educação Física, na prática pedagógica, oportunizará o desenvolvimento da consciência corporal, dando significado às ações e efetivando o movimento consciente, por meio dos conteúdos dos eixos norteadores da ginástica, da dança, do jogo, da luta e do esporte..

Ginástica: Entendemos a ginástica como uma forma de exercitação em que, com ou sem o uso de aparelhos, abre-se a possibilidade de vivenciar atividades que provoquem ricas experiências corporais (SOARES et al.,1992).

O professor poderá desenvolver, além dos elementos fundamentais da ginástica, a Ginástica Geral, elementos da Ginástica Rítmica, elementos da Ginástica Artística, Ginástica de Condicionamento Físico e o Relaxamento.

O professor deve observar, de acordo com os objetivos da sua aula, se o estudante:

- executa, com coordenação, os elementos fundamentais da ginástica (andar, correr, saltar, lançar, chutar, girar, rastejar, transportar, balançar, etc.), com ou sem o uso de materiais, com e sem deslocamentos, em diferentes posições e direções;
- mantém equilíbrio em plano elevado e inclinado, parado e em deslocamento;
- constrói, a partir das práticas vivenciadas, outras formas de movimentar-se;
- executa os movimentos básicos das várias formas da ginástica.

O professor deve levar em consideração principalmente a vivência do movimento ginástico, e não a execução perfeita do movimento.

Dança: É uma manifestação cultural, que busca a expressão corporal mediante a presença de estímulos sonoros, envolvendo movimentos e ritmos diversificados.

O professor poderá desenvolver a dança por meio de seus elementos básicos, de atividades rítmicas e expressivas; de brinquedos cantados; de cantigas de roda; de danças folclóricas; de danças populares e de danças criativas.

Nas aulas de dança, o professor deve observar se o estudante:

- realiza os movimentos básicos da dança em diferentes planos, direções, apoios e tempos;
- expressa-se por meio da dança, participando de brinquedos cantados, cantigas de roda e na criação e execução de coreografias simples;
- cria movimentos e formas de expressão em diferentes ritmos musicais;
- participa em danças simples ou adaptadas, pertencentes às manifestações culturais;
- orienta-se no espaço, discriminando localização, direção e dimensão;
- realiza movimentos discriminando as diferentes velocidades no deslocamento.

Assim, a Educação Física escolar deve proporcionar ao estudante a possibilidade de conhecer e de se expressar por meio da dança.

Jogo: Manifestação corporal que implica a existência de regras e objetivos, podendo estes ser alterados conforme a necessidade, interesse e realidade dos participantes.

Existe uma relação entre o desenvolvimento neuropsicofisiológico do estudante e o jogo que o estimula, estando este presente em todas as fases de sua vida.

Por meio do jogo, o estudante exercita a sua cognição, produz e reproduz as suas vivências e compreende o seu meio. O jogo se constitui em um momento de lazer, de socialização e de desenvolvimento do raciocínio lógico.

Podemos trabalhar jogos psicomotores, jogos de interpretação, jogos recreativos, jogos tradicionais, jogos sensoriais, jogos intelectivos, jogos pré-desportivos e jogos cooperativos.

Durante a realização do jogo, o professor deve observar se o estudante:

- reconhece o jogo como componente da cultura corporal;
- compreende, respeita e é capaz de modificar as regras dos jogos, utilizando habilidades motoras e cognitivas;
- adota postura cooperativa e de respeito, em face de situações de conflito geradas no jogo, demonstrando bom relacionamento com os colegas;
- apresenta habilidades de memória, raciocínio e concentração nos jogos intelectivos.

O papel do jogo no contexto escolar vai além do simples ato de ensinar e aprender, o que importa é construir conhecimentos e formar sujeitos autônomos, capazes de cooperar, de questionar, de criticar e de transformar a sua realidade.

Luta: Forma de manifestação corporal em que, através de estratégias de desequilíbrio, imobilização ou exclusão de determinado espaço, se busca o desenvolvimento de ações de ataque e defesa. A capoeira, forma de luta considerada também dança, esporte e jogo, é a mais conhecida nos meios escolares. Embora a capoeira tenha sido oficialmente considerada luta, o professor poderá desenvolvê-la ora como dança, ora como jogo, ora como esporte, sempre respeitando o seu valor pedagógico e cultural. Pode-se também trabalhar outras formas de luta: o judô, o caratê e a esgrima, entre outras.

O professor poderá trabalhar: noções do histórico, os elementos e habilidades básicas da luta; atividades recreativas que envolvam situações de desequilíbrio, imobilização ou exclusão de determinado espaço; vivências de jogo e roda de capoeira.

No trabalho com a luta, o professor deve observar se o estudante:

- desenvolve estratégias de desequilíbrio, imobilização ou exclusão de determinado espaço, buscando ações de ataque e defesa, procurando valorizar o respeito ao próximo;
- compreende o histórico e vivencia a movimentação básica da luta, por meio de atividades lúdicas;
- realiza os elementos básicos da luta: rolamentos, técnicas de mão e pernas, deslocamentos do corpo, formas fundamentais de domínio no solo.

Na escola, o trabalho com a luta deve enfatizar a filosofia que lhe dá sustentação para que, muito mais do que despertar formas de violência, a luta seja vista como melhoria da qualidade dos movimentos corporais e como controle das emoções.

Esporte: Prática corporal, individual ou coletiva, que possui regras sistematizadas e oficiais, e caráter competitivo.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o trabalho com o esporte acontece através dos jogos recreativos e pré-desportivos. Não se pode negar a prática do esporte, porém não se deve correr o risco de expor crianças a situações para as quais o seu desenvolvimento físico, motor e cognitivo não corresponda à exigência dos

esportes de alto nível. Nessa fase, o esporte se caracteriza sob o enfoque da apreciação e da discussão acerca dos acontecimentos esportivos sociais que estão ocorrendo.

Os jogos recreativos no Ciclo I propiciam o desenvolvimento de capacidades físicas, como a resistência e a força; condutas psicomotoras, como a coordenação motora geral e a organização e orientação espaço-temporal; elementos que socializam, como o trabalho em grupo, a construção das regras e a tentativa de cumpri-las; também oportunizam a vivência com erros e acertos (BREGOLATO, 2005).

No Ciclo II, essas habilidades serão aprimoradas e desenvolvidas através dos jogos pré-desportivos. Esses jogos possuem regras modificadas e adequadas ao nível de habilidade motora e cognitiva dos estudantes da faixa etária correspondente.

A prática esportiva escolar deve enfatizar não só a competição, mas principalmente resgatar valores como a solidariedade, a cooperação mútua e o respeito. Portanto, na escola, o esporte deve oportunizar a participação de todos os estudantes, respeitando as suas possibilidades e habilidades. Deve-se considerar que, antes e após a realização de qualquer prática corporal, é necessário realizar o alongamento, com a função de preparar os músculos e as articulações para o desenvolvimento da atividade física, procurando diminuir o risco de lesões e proporcionar um melhor desempenho. Depois da prática corporal, o alongamento serve como relaxamento, pois, durante o esforço, os músculos ficam contraídos (BREGOLATO, 2002).

Ao desenvolver o trabalho pedagógico, o professor deve elaborar o planejamento elencando os objetivos que pretende alcançar ao longo do ano letivo, baseando-se na realidade do seu cotidiano escolar, respeitando as características e individualidades de cada estudante, buscando harmonia entre a atividade intelectual e a atividade corporal, de forma a melhor integrá-lo no seu relacionamento com o mundo (TEUBER et al., 1996).

A Educação Física escolar deve dar, de forma democrática e não seletiva, oportunidades a todos os estudantes para que desenvolvam suas potencialidades. Nesse contexto, estão inseridos aqueles com necessidades educacionais especiais, considerados estudantes de inclusão.

O trabalho escolar com as diversidades culturais exige muitas vezes transformações nos ambientes físicos, na forma de utilização de materiais e, principalmente, na mentalidade das pessoas, pois o processo de inclusão pressupõe a participação de todos em todas as atividades escolares. A Educação Física escolar para estudantes com necessidades educacionais especiais não se diferencia em conteúdos, mas na forma de organização das atividades, nas técnicas e nos métodos adequados ao desenvolvimento daqueles com comprometimento motor, neurológico ou intelectual.

Os processos de ensino-aprendizagem devem considerar as características dos estudantes em todas as suas dimensões (cognitiva, corporal, afetiva, ética, estética, de relação interpessoal e inserção social). Os estudantes devem obter conhecimentos anatômicos, fisiológicos, biomecânicos e bioquímicos, ou seja, necessitam aprender respectivamente a perceber os ossos e músculos envolvidos nos diferentes movimentos, compreender as alterações que ocorrem durante as atividades físicas a longo prazo, adequar os hábitos posturais, compreender os processos metabólicos de produção de energia, eliminação e reposição de nutrientes básicos.

As práticas corporais devem ser organizadas metodologicamente em ação – reflexão – nova ação consciente. Entende-se por ação a vivência prática dos elementos significativos da cultura corporal, sempre considerando o conhecimento que o estudante já detém sobre eles.

A reflexão é o momento da ampliação do conhecimento que o estudante já possui, ou seja, nessa fase da aula, busca-se por meio de problematizações, questionamentos, pesquisas bibliográficas, entrevistas, vídeos e novas tecnologias, a compreensão do estudante para a dinâmica histórica dessas práticas corporais e sua significação social atual. O momento em que ocorre a reelaboração da prática corporal trabalhada, após ter sido refletida, configura a nova ação consciente.

Na área de Educação Física, os eixos norteadores de conteúdos estão integrados, tendo em vista a educação para um estilo de vida saudável, buscando a Qualidade de Vida. O conceito de Qualidade de Vida é diferente de pessoa para pessoa, porém o que o determina são os múltiplos fatores sócio-ambientais (moradia,

transporte, assistência médica, lazer, educação, etc.) e individuais (hábitos alimentares, controle do estresse, atividade física, relacionamentos, etc.).

Sendo a educação para um estilo de vida saudável uma das tarefas educacionais fundamentais que a Educação Física escolar tem a realizar, é importante fazer com que os estudantes incluam hábitos de atividades físicas em seu cotidiano, sentindo prazer na sua realização, compreendam os conceitos básicos relacionados com a saúde e a aptidão física e desenvolvam um certo grau de habilidade motora, o que lhes dará motivação para as práticas corporais (NAHAS, 2001).

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, propõe-se o trabalho com as práticas corporais que promovam o desenvolvimento de habilidades motoras e, principalmente, o gosto pela prática de atividade física.

Área de Educação Física Ciclo I – Etapa Inicial, 1.^a e 2.^a séries (1.^o, 2.^o e 3.^o anos do Ensino Fundamental de nove anos)

Objetivos

- Vivenciar elementos da cultura corporal (ginástica, dança, jogo e luta), orientando-se em espaços e tempos necessários a essas práticas.
- Construir outras possibilidades de movimentar-se corporalmente, reelaborando as práticas vivenciadas, com apoio dos professores e dos colegas.
- Reconhecer suas possibilidades de movimentação corporal, percebendo-se como único, diferente de seus colegas, compreendendo e respeitando as diferenças individuais.
- Interagir, dentro do ambiente escolar, adotando atitudes de respeito, na tentativa de superar inibições e/ou atitudes de preconceito/discriminação.
- Resolver as situações de conflito surgidas com os colegas na realização das práticas corporais, por meio do diálogo.

- Aplicar os conhecimentos adquiridos na resolução de desafios corporais, com apoio dos professores e dos colegas.
- Respeitar a diversidade cultural, participando de atividades trazidas pelos colegas.
- Reconhecer algumas das alterações fisiológicas que ocorrem em seu corpo durante e após a realização das práticas corporais (cansaço, elevação dos batimentos cardíacos, sudorese, aumento da frequência respiratória).
- Reconhecer, nos elementos da cultura corporal, uma opção de prática para o preenchimento sadio do tempo livre.
- Participar de práticas corporais que possibilitem o reconhecimento do corpo como meio de comunicação, de expressão e de atuação nas relações sociais.

Critérios de Avaliação

Verificar se o estudante:

- Movimenta-se corporalmente, dentro da prática corporal trabalhada, demonstrando domínio motor.
- Constrói, a partir da reelaboração do conteúdo trabalhado, outras formas de movimentar-se corporalmente, com apoio dos professores e colegas.
- Reconhece suas possibilidades de movimentação corporal dentro do conteúdo trabalhado, seus limites e seus avanços na execução do movimento.
- Compreende e respeita as diferenças pessoais na execução do movimento corporal.
- Interage corporalmente com os colegas dentro da prática vivenciada, com atitudes de respeito, superando preconceitos e discriminações.
- Supera inibições próprias referentes à execução da atividade trabalhada.
- Resolve situações de conflito com os colegas, por meio do diálogo.
- Aplica os conhecimentos adquiridos na resolução de desafios corporais.

- Aceita e participa de atividades práticas trazidas pelos colegas.
- Percebe em seu corpo as alterações corporais provocadas pelo exercício físico, tais como: cansaço, elevação dos batimentos cardíacos, sudorese, aumento da frequência respiratória.
- Realiza, fora do contexto escolar, elementos da cultura corporal em tempos livres.
- Participa e se expressa em atividades corporais.

Área de Educação Física – Ciclo I – Etapa inicial, 1.^a e 2.^a etapas (1.º, 2.º e 3.º anos do Ensino Fundamental de nove anos)

Conteúdos

Ginástica, Dança, Jogo, Luta

Elementos fundamentais da ginástica

- Habilidades básicas (andar, correr, saltar, lançar, chutar, etc.) em diversas formas, com e sem material.

Ginástica geral

- Elementos da ginástica associados a outros elementos da Cultura Corporal, de forma livre e criativa.

Dança

Elementos da ginástica artística (olímpica)

- Rolamento para frente e para trás.
- Roda ou estrela.
- Ponte.
- Vela.
- Parada de três apoios.
- Parada de dois apoios (com ajuda).

Elementos da ginástica rítmica

- Mãos livres.
- Com arco.
- Com bola.
- Com corda.
- Com maça.
- Com fita.
- Relaxamento.

Movimentos da dança

- Elementos básicos: saltos, quedas, giros, deslizamentos, rolamentos, movimentações dos braços, balanceios, em diferentes planos, apoios, direções e tempos.

Atividades rítmicas e expressivas

- Expressão corporal espontânea, em diferentes ritmos.

Cantigas de roda e brinquedos cantados

- Formas variadas e em diferentes movimentações.

Danças folclóricas

- Regionais.
- Nacionais.
- Internacionais.

Danças populares

- Diversos ritmos nacionais e internacionais.

Jogo

Psicomotores

- Jogos que desenvolvam as condutas psicomotoras: lateralidade, coordenação motora ampla e fina, coordenação oculomanual e oculopedal, equilíbrio, organização e orientação espaço-temporal, ritmo, etc.

Tradicionais

- Jogos resgatados das brincadeiras antigas.

Cooperativos

- Jogos de socialização.

Sensoriais

- Jogos que envolvem a estimulação dos sentidos.

Interpretativos

- Jogos de dramatização e de imitação como representação simbólica.

Recreativos

- Jogos de perseguição.
- Jogos com ou sem materiais.
- Jogos que envolvem elementos de ataque e defesa.

Intelectivos

- Jogos de raciocínio lógico.

Obs.: Os conteúdos estão subdivididos por elementos da cultura corporal, porém nem sempre são desenvolvidos isoladamente, eles estão interligados, complementando-se.

Luta

Capoeira

- Histórico.
- Movimentações básicas de ataque e defesa.
- Jogo e vivência na roda.

Elementos da luta

- Histórico.
- Habilidades básicas.
- Rolamentos.

- Técnicas de mão.
- Técnicas de perna.
- Deslocamento do corpo.
- Domínio no solo.

Atividades recreativas

- Atividades que envolvam situações de desequilíbrio, imobilização ou exclusão de determinado espaço.

Área de Educação Física Ciclo II – 1.^a e 2.^a etapas (4.^o e 5.^o anos do Ensino Fundamental de nove anos)

Objetivos

- Vivenciar os elementos da cultura corporal (ginástica, dança, jogo e luta), utilizando as habilidades básicas de movimento necessárias a essas práticas.
- Construir outras possibilidades de movimentar-se corporalmente, reelaborando as práticas vivenciadas, com autonomia.
- Reconhecer as possibilidades e limites do próprio corpo, percebendo a importância de construir um estilo pessoal de movimentar-se, compreendendo e respeitando as diferenças individuais.
- Interagir, dentro do ambiente escolar, adotando uma postura de respeito e solidariedade, com vistas à superação de preconceitos e/ou discriminações.
- Resolver, com autonomia, situações de conflito surgidas com os colegas no desenvolvimento das práticas corporais.
- Aplicar os conhecimentos adquiridos na resolução de desafios corporais, com autonomia.

- Identificar algumas das alterações fisiológicas desencadeadas em seu corpo durante e após a realização das práticas corporais (nos sistemas respiratório e cardiovascular, na temperatura do corpo, nas sensações de cansaço/excitação e de bem-estar).
- Identificar-se com elementos da cultura corporal como uma opção de prática corporal de lazer, utilizando-os nos tempos disponíveis.
- Reconhecer a relação existente entre o seu corpo como meio de comunicação e as questões sociais relevantes.
- Perceber a importância da avaliação em grupo nas diferentes práticas corporais realizadas no contexto escolar, como condição de melhoria para a sua atuação.

Critérios de Avaliação

Verificar se o estudante:

- Movimenta-se com domínio corporal, dentro da prática vivenciada.
- Executa as habilidades básicas de movimento com domínio motor.
- Constrói, a partir da reelaboração do conteúdo trabalhado, outras formas de movimentar-se corporalmente, com autonomia.
- Conhece as possibilidades e os limites de seu corpo, conforme o conteúdo trabalhado, construindo um estilo pessoal de movimentar-se.
- Compreende e respeita as diferenças pessoais na execução do movimento corporal.
- Interage corporalmente com os colegas durante a prática vivenciada, com atitudes de respeito, superando preconceitos e discriminações.
- Resolve situações de conflito com os colegas, com autonomia.
- Aplica os conhecimentos adquiridos na resolução de desafios corporais, com autonomia.

- Identifica em seu corpo as alterações corporais provocadas pelo exercício físico, tais como: alterações nos sistemas respiratório e cardiovascular e na temperatura do corpo, sensações de cansaço/excitação e de bem-estar.
- Realiza, fora do contexto escolar, elementos da cultura corporal em tempos livres como opção prática de lazer.
- Reconhece a relação existente entre o seu corpo e as questões sociais que o envolvem.
- Percebe a importância da avaliação em grupo nas diferentes práticas corporais, como condição de melhoria para a sua atuação.

Área de Educação Física Ciclo II – 1.ª e 2.ª etapas (4.º e 5.º anos do Ensino Fundamental de nove anos)

Conteúdos dos Elementos da Cultura Corporal

Ginástica

Elementos fundamentais da ginástica

- Habilidades básicas (andar, correr, saltar, lançar, chutar, etc.) em diversas formas, com e sem material.

Ginástica geral

- Elementos da ginástica associados a outros elementos da Cultura Corporal, de forma livre e criativa.

Elementos da ginástica artística (olímpica)

- Rolamento para frente e para trás.
- Roda ou estrela.
- Ponte.
- Vela.
- Parada de três apoios.
- Parada de dois apoios.

Elementos da ginástica rítmica

- Mãos livres.
- Com arco.
- Com bola.
- Com corda.
- Com maça.
- Com fita.
- Relaxamento.

Dança

Movimentos da dança

- Elementos básicos: saltos, quedas, giros, deslizamentos, rolamentos, movimentações dos braços, balanceios, em diferentes planos, apoios, direções e tempos.

Atividades rítmicas e expressivas

- Expressão corporal espontânea, em diferentes ritmos.

Cantigas de roda e brinquedos cantados

- Formas variadas e em diferentes movimentações.

Danças folclóricas

- Regionais.
- Nacionais.
- Internacionais.

Danças populares

- Diversos ritmos nacionais e internacionais.

Dança criativa

Jogo

Tradicionais

- Jogos resgatados das brincadeiras antigas.

Cooperativos

- Jogos de socialização.

Sensoriais

- Jogos que envolvem a estimulação dos sentidos.

Interpretativos

- Jogos de dramatização e de imitação como representação simbólica.

Recreativos

- Jogos de perseguição.
- Jogos com ou sem materiais.
- Jogos que envolvem elementos de ataque e defesa.

Intelectivos

- Jogos de raciocínio lógico.

Pré-desportivos

- Jogos preparativos para modalidades esportivas individuais e coletivas.

Luta

Capoeira

- Histórico.
- Movimentações básicas de ataque e defesa.
- Jogo e vivência na roda.

Elementos da luta

- Histórico.
- Habilidades básicas.
- Rolamentos.
- Técnicas de mão.
- Técnicas de perna.

- Deslocamento do corpo.
- Domínio no solo.

Atividades recreativas

- Atividades que envolvam situações de desequilíbrio, imobilização ou exclusão de determinado espaço.

Obs.: Os conteúdos estão subdivididos por elementos da cultura corporal, porém nem sempre são desenvolvidos isoladamente, eles estão interligados, complementando-se.

ARTES

Fundamentos teórico-metodológicos para Artes. A concepção que se tem de ensino é a que orienta a definição de conteúdos e objetivos, a forma do trabalho pedagógico e o tipo de educação que se pretende desenvolver. A reflexão sobre o ensino deve ser uma constante no trabalho dos educadores, pois, de acordo com BOURDIEU (1998), a escola é o local privilegiado e instituído para a aprendizagem sistemática e organizada. O domínio dos códigos e a relação que se estabelece com obras de outras culturas e de outros tempos dependem da comunicação pedagógica que acontece na escola. A escola é responsável por estabelecer as comunicações entre a diversidade cultural de nosso tempo e a de outros tempos, possibilitando ao estudante a construção de sua individualidade. O homem, na sua atividade construtiva da realidade, cria cultura, cria idéias que representarão a realidade. A cultura é, pois, a concretização humana, o acúmulo de experiências indissociáveis do processo de construção da existência. “A cultura é um produto do existir do homem, resulta de vida concreta no mundo que habita e das condições, principalmente sociais, em que é obrigado a passar a existência” (PINTO, 1985, p.135).

Nesse sentido, a arte, as formas de expressão artística e sua dimensão estética, como criações humanas, são cultura, resultante das condições objetivas de vida. Princípio esse válido tanto para a arte erudita quanto para as tendências e impactos da cultura popular e da arte do cotidiano.

Diante da diversidade cultural que permeia o mundo contemporâneo, é necessário repensar um ensino da arte que propicie ao estudante o desenvolvimento do pensamento estético voltado a essa diversidade, de forma a promover o pensamento reflexivo não só em relação às formas artísticas, mas também no sentido de compreender as relações da produção artística e cultural como produto das relações sociais e da individualidade do artista.

À escola cabe propiciar uma educação estética que amplie o universo das experiências do estudante em direção à construção da sua identidade e da reflexão. É graças à riqueza da sensibilidade cultivada que o ouvido se torna musical, que o olho percebe a beleza da forma, que os sentidos se humanizam (MARX, 1978). A estética não pode pretender estabelecer o que deve ser a arte ou o belo, mas tem a incumbência de dar conta do significado da estrutura artística e das possibilidades que se apresentam na experiência estética. Esta diz respeito ao encontro do homem com a arte, desde o momento da concepção e da criação da obra até o primeiro contato do espectador com ela, sua fruição, leitura e diálogo.

Segundo o autor, a estética é filosofia justamente porque é reflexão sobre a própria experiência estética, na qual entra a experiência do artista, do leitor ou de qualquer um que desfrute de determinada obra.

A estética possui um caráter concreto, que é a experiência, e, enquanto filosofia, apóia-se sobre ela para sobre ela refletir – a experiência para estimular a filosofia e a filosofia para explicar e fundamentar a experiência. estimular a filosofia e a filosofia para explicar e fundamentar a experiência.

O caráter concreto é a própria experiência estética que inclui a contemplação, quer seja artística ou intelectual, a interpretação e a avaliação, e as teorizações das técnicas das várias artes.

O ensino da arte, através da disciplina de Artes, possibilitará um conhecimento revelador, na medida em que a reflexão possa proporcionar a superação do senso comum e o desvelamento das relações implícitas na produção artística. Porém, o desenvolvimento estético não pode ser separado do desenvolvimento da capacidade criadora, pois a educação estética envolve uma ampla gama de experiências, incluindo

a produção de formas artísticas. A estética é um processo ativo de percepção, é a interação entre um indivíduo e um objeto.

Arte é construção, arte é um fazer, um conjunto de atos pelos quais se muda a forma, se transforma a matéria oferecida pela natureza ou pela cultura, se constrói algo. Num primeiro momento, pensa-se que arte é livre expressão. E se assim prosseguir, acaba-se por relegar o fazer artístico a um simples meio de liberar emoções, retirando do processo criativo a reflexão. A perspectiva que se quer apontar aqui diz respeito à arte enquanto conhecimento a ser construído. Atua-se no mundo lendo e produzindo linguagens, como sistemas de signos e sistemas simbólicos. Toda e qualquer linguagem é instrumento para recortar, categorizar e perceber o mundo. É na construção da linguagem artística, através da utilização dos seus signos, que o ser humano leva ao extremo sua capacidade de expressão. Se a arte é um sistema estruturado de signos, precisa-se compreender como operar e manejar tal sistema (MARTINS, 1998).

Portanto, cabe ao ensino da arte a tarefa de proporcionar ao estudante o conhecimento dos códigos das diferentes linguagens artísticas, no sentido de instrumentalizá-lo para a leitura e a interpretação, e o desenvolvimento da capacidade criadora ou criatividade estética para a auto-expressão. Entende-se por criatividade estética a aptidão para produzir, de uma maneira específica e diferenciada.

Tornar a criatividade operatória requer um instrumental de informações, de exercícios e de conhecimentos que resulte em poder de realização e decisão, ao qual o indivíduo criador deve submeter-se para dar à sua criação uma forma, um valor objetivo. Assim, o papel da escola é proporcionar ao estudante o acesso aos conhecimentos necessários para expressão e criação, convertendo sua potencialidade expressiva em realização organizada. Nesse sentido, estudos dos materiais expressivos, das técnicas, dos elementos das linguagens artísticas, de exercícios, de diferentes modos de resolver questões estéticas e da produção cultural do homem alimentarão o potencial expressivo do estudante. Nutrir esteticamente os sentidos é propiciar muitas e diferentes experiências estéticas, provocando uma percepção mais ampla das linguagens artísticas. “Sem isto a criatividade é apenas uma virtualidade que

só pode tornar-se concreta mediante a operação de um trabalho pedagógico que proporcione a aquisição dos instrumentos de expressão” (FORQUIN, 1982, p. 33).

Conceitos-chave dessa concepção: **cultura, pensamento estético, reflexão, arte como produção cultural, capacidade criadora e auto-expressão**, que nortearão o trabalho pedagógico do professor em sala de aula.

O desenvolvimento do pensamento estético se efetivará pelo trabalho de análise e reflexão da arte como produção cultural, a partir da especificidade de cada área artística e do desenvolvimento da capacidade criadora. O **objeto de estudo** do ensino da arte, compreendido como produção cultural, **é toda forma de expressão que se utiliza das linguagens artísticas num dado tempo e espaço**, já que é construção humana.

Dois eixos norteiam, simultaneamente, objetivos, conteúdos e critérios de avaliação:

1. o entendimento da arte e das formas de expressão artísticas como produção cultural, social e histórica;
2. a especificidade das linguagens artísticas.

Esses dois eixos devem ser sempre trabalhados articulada e simultaneamente, de forma que não se privilegie um aspecto em detrimento de outro. O ensino da arte contempla o estudo das Artes Visuais, da Música, do Teatro e da Dança, cada qual com o seu objeto de estudo e elementos formais. Desse modo, o professor deverá levar em conta a especificidade de cada linguagem artística, seus objetos de estudo e elementos formais, considerando a Assim, estudar música como cultura requer olhar o som, matéria prima da música, como estrutura sonora composta de significados formais e culturais. A estrutura sonora é a própria música, produção da cultura humana, carregada de traços de história, cultura e identidade social, sendo ela própria o objeto de estudo. Na perspectiva cultural são abordados os elementos formais do som – timbre, altura, duração e intensidade –, e os elementos formais da música – instrumentação e vocal, melodia, ritmo e dinâmica.

A disposição dos elementos formais na estrutura artística e a relação que estabelecem entre si, situadas no espaço e no tempo, produzem diferentes formas visuais. Entende-se “forma” como o estado final e conclusivo da arte, isto é,

configuração visível da obra. Formas artísticas visuais são constituídas pela relação dos elementos formais linha, cor, plano, volume e textura, impregnadas de aspectos culturais.

Entende-se então como objeto de estudo das artes visuais toda forma de expressão que utilize a linguagem artística visual. A escultura, a pintura, a gravura, a fotografia, o cinema, a instalação, a vídeo arte, o videoclipe, entre outras formas, são exemplos.

Para o desenvolvimento do trabalho com a linguagem cênica, é necessário compreender que o objeto de estudo é a representação, e que esta vem composta de elementos formais e culturais. totalidade das formas de expressão artística como produção cultural, social e histórica. Nenhum elemento formal, como, por exemplo, o timbre na música ou a cor nas artes visuais, deve ser trabalhado isoladamente. Deve-se sempre lembrar que o homem, na sua atividade construtiva, cria cultura. Cria idéias indissociáveis do processo de construção da existência. Assim, estudar música como cultura requer olhar o som, matéria prima da música, como estrutura sonora composta de significados formais e culturais. A estrutura sonora é a própria música, produção da cultura humana, carregada de traços de história, cultura e identidade social, sendo ela própria o objeto de estudo. Na perspectiva cultural são abordados os elementos formais do som – timbre, altura, duração e intensidade –, e os elementos formais da música – instrumentação e vocal, melodia, ritmo e dinâmica.

A disposição dos elementos formais na estrutura artística e a relação que estabelecem entre si, situadas no espaço e no tempo, produzem diferentes formas visuais. Entende-se “forma” como o estado final e conclusivo da arte, isto é, configuração visível da obra. Formas artísticas visuais são constituídas pela relação dos elementos formais linha, cor, plano, volume e textura, impregnadas de aspectos culturais.

Entende-se então como objeto de estudo das artes visuais toda forma de expressão que utilize a linguagem artística visual. A escultura, a pintura, a gravura, a fotografia, o cinema, a instalação, a vídeo arte, o videoclipe, entre outras formas, são exemplos.

Para o desenvolvimento do trabalho com a linguagem cênica, é necessário compreender que o objeto de estudo é a representação, e que esta vem composta de elementos formais e culturais. O teatro, enquanto estruturação desses elementos, só existe a partir da relação de três outros elementos: texto, ator e público. Portanto, uma história só poderá ser contada se existir a figura do ator que irá contá-la para alguém.

Para conduzir o trabalho em dança, entende-se o movimento como sua matéria-prima. A estruturação do movimento na perspectiva artística, ou seja, a dança, como produção do homem, está impregnada de significados da diversidade cultural.

Nesse sentido, dança é arte, e não somente movimento. Dançar, compreender, apreciar, contextualizar e refletir sobre danças de diversas origens culturais, provocando uma percepção mais ampla, alimenta o potencial expressivo do estudante.

No desenvolvimento do trabalho pedagógico, o professor deverá elaborar objetivos, conteúdos e critérios a partir dos eixos propostos neste documento, observando sempre o conceito de cultura abordado. Deverá considerar ainda dois aspectos fundamentais: a realidade, compreendida como necessidades da turma e o cotidiano; e a ampliação do repertório do estudante, através do conhecimento da arte elaborada pelo homem, na construção da sua humanidade. A escola é o espaço socialmente instituído para o estudo sistemático e organizado, que possibilitará ao estudante o acesso a conhecimentos que não estão ao seu alcance fora dela, bem como a compreensão do mundo em que vive. Os objetivos, conteúdos e critérios propostos devem ser considerados como ponto de partida, favorecendo a ampliação do repertório do estudante.

Área de Artes Ciclo I e II – (1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º anos do Ensino Fundamental de nove anos)

Objetivos - Artes Visuais

Compreensão das artes visuais como produto cultural, social e histórico.

1. Perceber a função social das artes visuais.
2. Relacionar a produção artística visual com o contexto social em diferentes tempos e espaços.
3. Identificar a utilização da linguagem visual no cotidiano.
4. Reconhecer a produção visual como patrimônio cultural e sua importância na sociedade.
5. Reconhecer e identificar a interferência cultural nas estruturas artísticas visuais.
6. Analisar a produção artística da humanidade, na busca da compreensão dos seus modos de produção, em diferentes perspectivas culturais.
7. Reconhecer a importância da conservação e preservação do patrimônio cultural.
8. Reconhecer e analisar a variedade de significados expressivos e de valor simbólico nas formas visuais e suas conexões temporais, geográficas e culturais.
9. Perceber as concepções estéticas presentes nas diversas produções visuais (regionais, nacionais e internacionais).
10. Perceber a si próprio como produtor, inserido em determinado tempo e espaço.
11. Reconhecer e analisar as concepções estéticas presentes nas diversas produções visuais (regional, nacional e internacional).
12. Reconhecer a si próprio como produtor, inserido em determinado tempo e espaço.
13. Analisar suas produções e as dos colegas, considerando seu tempo e espaço.
14. Elaborar crítica pessoal sobre diferentes manifestações artísticas.

Compreensão da produção artística visual, a partir da especificidade da linguagem visual.

1. Perceber forma e conteúdo nas estruturas artísticas.
2. Identificar os elementos formais da linguagem visual nas estruturas artísticas.
3. Identificar diferentes técnicas e materiais nas estruturas artísticas.

4. Experimentar diferentes possibilidades de uso dos elementos formais da linguagem visual.
5. Representar suas idéias utilizando os elementos formais da linguagem visual.
6. Identificar forma e conteúdo nas estruturas artísticas.
7. Experimentar diferentes possibilidades de uso dos elementos formais da linguagem visual, na perspectiva da função simbólica.
8. Representar suas idéias atribuindo função simbólica aos elementos formais da linguagem visual, ultrapassando o caráter da experimentação.
9. Identificar a função simbólica dos elementos formais da linguagem visual nas estruturas artísticas.
10. Analisar a utilização da linguagem visual no cotidiano, percebendo as inter-relações dos elementos formais em diferentes modalidades (vitrines, meios televisivos, cinema, roupas, espaços).
11. Perceber os elementos visuais presentes na configuração do meio ambiente construído.
12. Desenvolver a percepção visual através da leitura de diferentes tipos de imagem (fotografia, publicidade, histórias em quadrinhos, imagens midiáticas, etc.).
13. Criar formas de expressão visual utilizando os elementos próprios da linguagem.
14. Reconhecer e analisar os elementos visuais presentes na configuração do meio ambiente construído.
15. Desenvolver formas de representação pessoal, com liberdade, imprimindo sua marca pessoal através da utilização de diferentes técnicas e procedimentos e dos elementos formais da linguagem visual.
16. Analisar suas produções e as dos colegas, na perspectiva dos elementos formais, técnicas e procedimentos.
17. Desenvolver a percepção visual através da leitura de diferentes tipos de imagem (videoclipe, instalação, publicidade, holograma, etc.).

Área de Artes Ciclo I e II - (1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º anos do Ensino Fundamental de nove anos)

Conteúdos

Artes Visuais

1. Diferentes obras de artes visuais, artistas e movimentos artísticos de diversas culturas (regionais, nacionais e internacionais), em diferentes tempos da história.
2. Ritos, cotidiano, cultura local e cultura de tradição.
3. Arte em Curitiba, arte paranaense e arte brasileira.
4. Espaços construídos pelo homem, em diferentes culturas.
5. Mídia, multiculturalidade e culturas tribais.
6. Manifestações artísticas nas diferentes culturas: culturas orientais e ocidentais.
7. Pensamento ocidental: no renascimento, barroco, clássico, neoclássico e romântico; movimentos modernistas (impressionismo, fauvismo, cubismo, futurismo, expressionismo) e o pós-modernismo.
8. Aspectos culturais, sociais e históricos das diferentes formas de representações artísticas – pintura, escultura, arquitetura, fotografia, cinema, gravura, desenho, publicidade e propaganda, colagem, instalações, *design*, performance, computação gráfica e outras.

Compreensão da produção artística visual, a partir da especificidade da linguagem visual

1. Elementos formais próprios da linguagem visual – textura, linha, plano, volume, cor – organizados em diferentes formas de representação artística.
2. Textura: tátil e gráfica.
3. Linhas: reta, curva, quebrada, interrompida, longa, entre outros.
4. Plano: bidimensional (altura e largura).
5. Volume: tridimensional (altura, largura e comprimento).
6. Cor primária, secundária, quente, fria e neutra, monocromia, policromia, tom, escalas cromáticas.

7. Perspectiva e proporção.
8. Materiais expressivos e técnicas variadas.
9. Elementos formais e sua representação simbólica.
10. Transposição de planos.
11. Movimento visual.
12. Semelhanças e contrastes.

Área de Artes Ciclo I e II – (1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º anos do Ensino Fundamental de nove anos)

Critérios de Avaliação

Artes Visuais

Verificar se o estudante em sua produção escrita, oral e visual:

1. Percebe a função social das artes visuais.
2. Relaciona a produção artística visual com o contexto social em diferentes tempos e espaços.
3. Identifica a utilização da linguagem visual no cotidiano.
4. Reconhece a produção visual como patrimônio cultural e sua importância na sociedade.
5. Reconhece e identifica a interferência cultural nas estruturas artísticas visuais.
6. Analisa a produção artística da humanidade, na busca da compreensão dos seus modos de produção, em diferentes perspectivas culturais.
7. Reconhece a importância da conservação e preservação do patrimônio cultural.
8. Reconhece e analisa a variedade de significados expressivos e de valor simbólico nas formas visuais e suas conexões temporais, geográficas e culturais.

9. Percebe as concepções estéticas presentes nas diversas produções visuais (regional, nacional e internacional).
10. Percebe a si próprio como produtor, inserido em determinado tempo e espaço.
11. Reconhece e analisa as concepções estéticas presentes nas diversas produções visuais (regionais, nacionais e internacionais).
12. Reconhece a si próprio como produtor, inserido em determinado tempo e espaço.
13. Analisa suas produções e as dos colegas, considerando seu tempo e espaço.
14. Elabora crítica pessoal sobre diferentes manifestações artísticas.

Compreensão da produção artística visual, a partir da especificidade da linguagem visual

1. Percebe forma e conteúdo nas estruturas artísticas.
2. Identifica os elementos formais da linguagem visual nas estruturas artísticas.
3. Identifica diferentes técnicas e materiais nas estruturas artísticas.
4. Experimenta diferentes possibilidades de uso dos elementos formais da linguagem visual.
5. Representa suas idéias utilizando os elementos formais da linguagem visual.
6. Identifica forma e conteúdo nas estruturas artísticas.
7. Experimenta diferentes possibilidades de uso dos elementos formais da linguagem visual, na perspectiva da função simbólica.
8. Representa suas idéias atribuindo função simbólica aos elementos formais da linguagem visual, ultrapassando o caráter da experimentação.
9. Identifica a função simbólica dos elementos formais da linguagem visual nas estruturas artísticas.
10. Analisa a utilização da linguagem visual no cotidiano, percebendo as inter-relações dos elementos formais em diferentes modalidades (vitrines, meios televisivos, cinema, roupas e espaços).
11. Percebe os elementos visuais presentes na configuração do meio ambiente construído.

12. Desenvolve a percepção visual através da leitura de diferentes tipos de imagem (fotografia, publicidade, histórias em quadrinhos, imagens midiáticas, etc.).
13. Cria formas de expressão visual utilizando os elementos próprios da linguagem.
14. Reconhece e analisa os elementos visuais presentes na configuração do meio ambiente construído.
15. Desenvolve formas de representação pessoal, com liberdade, imprimindo sua marca pessoal através da utilização de diferentes técnicas, procedimentos e dos elementos formais da linguagem visual.
16. Analisa suas produções e as dos colegas, na perspectiva dos elementos formais, técnicas e procedimentos.
17. Desenvolve a percepção visual através da leitura de diferentes tipos de imagem (videoclipe, instalação, publicidade, holograma, entre outros).

Área de Artes Ciclo I e II – (1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º anos do Ensino Fundamental de nove anos)

Objetivos

Música

Compreensão da música como produto cultural, social e histórico.

1. Perceber a função social da música.
2. Relacionar a produção musical com o contexto social, em diferentes tempos e espaços.
3. Identificar a utilização da linguagem musical no cotidiano.

4. Reconhecer a produção musical como patrimônio cultural e a sua importância na sociedade.
5. Reconhecer e identificar a interferência cultural na organização da obra musical, em diferentes tempos e contextos.
6. Analisar a produção musical da humanidade, na busca da compreensão dos seus modos de produção, em diferentes perspectivas históricas e culturais.
7. Reconhecer a si próprio como produtor, inserido em determinado tempo e espaço.
8. Analisar suas produções e as dos colegas, considerando seu tempo e espaço.
9. Elaborar crítica pessoal sobre os diferentes modos de produção musical, em diferentes contextos sócio -culturais.
10. Elaborar crítica pessoal sobre aspectos estéticos das diferentes manifestações musicais.
11. Comparar as produções musicais da humanidade, na busca da compreensão das interpenetrações que se dão entre elas.

Compreensão da produção artística a partir da especificidade da linguagem musical.

1. Identificar e registrar graficamente os elementos do som e da música.
2. Identificar diferentes técnicas e materiais nas estruturas musicais.
3. Experimentar diferentes possibilidades de uso dos elementos formais da linguagem musical.
4. Interpretar: cantar, tocar e movimentar-se.
5. Representar idéias utilizando os elementos formais da linguagem musical.
6. Perceber e identificar diferentes formas musicais.
7. Identificar diferentes técnicas e materiais na obra musical.
8. Identificar a função simbólica dos elementos do som e da música.
9. Experimentar diferentes possibilidades de uso dos elementos formais da linguagem musical, na perspectiva da função simbólica.

10. Representar suas idéias utilizando a função simbólica dos elementos da linguagem musical, ultrapassando o caráter da experimentação.
11. Registrar graficamente suas idéias e representações musicais.
12. Analisar a utilização dos elementos sonoros e da música, percebendo sua inter-relação em diferentes produções musicais.
13. Desenvolver formas de representação pessoal, com liberdade, imprimindo sua marca pessoal através da utilização de diferentes técnicas, procedimentos e dos elementos formais da linguagem musical.
14. Analisar suas produções e as dos colegas, na perspectiva dos elementos formais, técnicas e procedimentos.
15. Interpretar músicas de diferentes tempos e espaços, vocalmente ou com instrumentos, individualmente ou em grupo.
16. Criar formas de registro sonoro e de registro de suas próprias criações sonoras.
17. Ler registros gráficos dos elementos sonoros e musicais de suas produções e de outros.

Área de Artes Ciclo I e II – (1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º anos do Ensino Fundamental de nove anos)

Conteúdos

Música

1. Ritos e cotidiano (brincadeiras, jogos e parlendas), tecnologias, indústria cultural, mídia; jingles, videocliques, propaganda, cinema, indústria cultural.
2. A música de diferentes épocas, culturas e etnias.
3. Obras, compositores, intérpretes, gêneros e estilos musicais.
4. Função social da música.

5. Arte local: popular e erudita – músicos paranaenses e curitibanos, música de tradição.
6. Cultura oriental: chineses, indianos, japoneses, árabes, etc.
7. Cultura ocidental: renascimento, barroco, classicismo, impressionismo e modernismo, música eletrônica, etc.
8. Tendências populares da música brasileira: modinha, marchinha, choro, samba, bossa-nova, jovem guarda, tropicalismo, rock, reggae, rap, música eletrônica, música de raiz, música de tradição, etc.
9. Cultura ocidental: rock-and-roll, pop, rap, heavy metal, tecnopop, blue, jazz, etc.
10. Música erudita brasileira.

Compreensão da produção artística a partir da especificidade da linguagem musical.

1. Elementos sonoros: timbre, altura, duração, intensidade
2. Elementos da música: instrumentação, melodia, ritmo, dinâmica.
3. Percepção sonora .
4. Percepção musical.
5. Relação grafia/som
6. Registro gráfico dos elementos.
7. Música instrumental.
8. Música vocal.
9. Utilização da voz: técnica e higiene vocal.

Área de Artes Ciclo I e II – (1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º anos do Ensino Fundamental de nove anos)

Critérios de Avaliação

Música

Verificar se o estudante em suas produções escritas, orais e sonoras □

1. Percebe a função social da música.
2. Relaciona a produção musical com o contexto social, em diferentes tempos e espaços.
3. Identifica a utilização da linguagem musical no cotidiano.
4. Reconhece a produção musical como patrimônio cultural e sua importância na sociedade.
5. Reconhece e identifica a interferência cultural na organização da obra musical, em diferentes tempos e contextos.
6. Analisa a produção musical da humanidade, na busca da compreensão dos seus modos de produção, em diferentes perspectivas históricas e culturais.
7. Reconhece a si próprio como produtor, inserido em determinado tempo e espaço.
8. Analisa suas produções e as dos colegas, considerando seu tempo e espaço.
9. Elabora crítica pessoal sobre os diferentes modos de produção musical, em diferentes contextos sócio-culturais.
10. Elabora crítica pessoal sobre aspectos estéticos das diferentes manifestações musicais.
11. Compara as produções musicais da humanidade, na busca da compreensão das interpenetrações que se dão entre elas.

Compreensão da produção artística a partir da especificidade da linguagem musical.

1. Identifica e registra graficamente os elementos do som e da música.
2. Identifica diferentes técnicas e materiais nas estruturas musicais.
3. Experimenta diferentes possibilidades de uso dos elementos formais da linguagem musical.

4. Interpreta: canta, toca e movimenta-se.
5. Representa idéias utilizando os elementos formais da linguagem musical.
6. Percebe e identifica diferentes formas musicais.
7. Identifica diferentes técnicas e materiais na obra musical.
8. Identifica a função simbólica dos elementos do som e da música.
9. Experimenta diferentes possibilidades de uso dos elementos formais da linguagem musical, na perspectiva da função simbólica.
10. Representa suas idéias utilizando a função simbólica dos elementos da linguagem musical, ultrapassando o caráter da experimentação.
11. Registra graficamente suas idéias e representações musicais.
12. Analisa a utilização dos elementos sonoros e da música, percebendo sua inter-relação em diferentes produções musicais.
13. Desenvolve formas de representação pessoal com liberdade, imprimindo sua marca pessoal através da utilização de diferentes técnicas, procedimentos e dos elementos formais da linguagem musical.
14. Analisa suas produções e as dos colegas, na perspectiva dos elementos formais, técnicas e procedimentos.
15. Interpreta músicas de diferentes tempos e espaços, vocalmente ou com instrumentos, individualmente ou em grupo.
16. Cria formas de registro sonoro e de registro de suas próprias criações sonoras.
17. Lê registros gráficos dos elementos sonoros e musicais das suas produções e das de outros.

Área de Artes Ciclo I e II – (1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º anos do Ensino Fundamental de nove anos)

Objetivos

Teatro

Compreensão das artes cênicas como produto cultural, social e histórico.

1. Perceber a função social das artes cênicas.
2. Relacionar a produção cênica com o contexto social, em diferentes tempos e espaços.
3. Identificar a utilização da linguagem cênica nas produções teatrais, cinematográficas e em meios televisivos.
4. Reconhecer e identificar a interferência cultural nas produções teatrais.
5. Reconhecer a produção teatral da humanidade como patrimônio cultural e sua importância na sociedade.
6. Analisar a produção em artes cênicas da humanidade, na busca da compreensão dos seus modos de produção, em diferentes perspectivas culturais.
7. Compreender e identificar as diferentes formas de construção das narrativas e estilos (tragédia, comédia, drama, mitos, fábulas, entre outras).
8. Reconhecer a si próprio como produtor, inserido em determinado tempo e espaço.
9. Analisar as suas produções e as dos colegas, considerando seu tempo e espaço.
10. Elaborar crítica pessoal sobre diferentes manifestações artísticas: aspectos estéticos e modos de produção.
11. Comparar as produções do homem nas artes cênicas, na busca da compreensão das interpenetrações que acontecem entre elas.

Compreensão da produção artística cênica, a partir da especificidade da linguagem cênica.

1. Perceber forma e conteúdo nas estruturas teatrais.
2. Identificar os elementos formais da linguagem cênica: texto, personagem, caracterização, cenografia, iluminação e sonoplastia nas estruturas teatrais.

3. Experimentar diferentes possibilidades de representação cênica, a partir dos elementos formais próprios da linguagem, através da expressão corporal, expressão vocal e jogos teatrais com variados estímulos.
4. Representar suas idéias utilizando os elementos formais da linguagem cênica.
5. Identificar forma e conteúdo nas estruturas teatrais.
6. Reconhecer a função simbólica dos elementos formais utilizados em produções teatrais, cinematográficas e em meios televisivos.
7. Utilizar a expressão corporal e jogos teatrais como preparação para a representação cênica.
8. Representar idéias atribuindo função simbólica aos elementos formais da linguagem cênica.
9. Reconhecer e experimentar diferentes formas de representação cênica: sombras, formas animadas, máscaras, etc.
10. Realizar adaptações de textos literários, de diferentes representações, como meios televisivos, cinema, etc.
11. Analisar a utilização dos elementos cênicos no cotidiano, percebendo as inter-relações dos elementos formais em diferentes modalidades (performance, meios televisivos e cinematográficos).
12. Analisar a função simbólica dos elementos formais utilizados em produções teatrais, cinematográficas e em meios televisivos.
13. Utilizar diferentes formas de representação cênica: sombras, formas animadas, máscaras e outras.
14. Desenvolver formas de representação pessoal, com liberdade, imprimindo sua marca pessoal através da utilização de diferentes técnicas, procedimentos e dos elementos formais das artes cênicas.
15. Analisar suas produções e as dos colegas, na perspectiva dos elementos formais, técnicas e procedimentos.

Área de Artes Ciclo I e II – (1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º anos do Ensino Fundamental de nove anos)

Conteúdos

Teatro

1. Manifestações cênicas em diferentes épocas, culturas (ocidental, oriental e tribal) e etnias.
2. Diferentes formas e técnicas utilizadas em representações cênicas: teatro de formas animadas, teatro de máscaras, improvisação e outras.
3. Formas teatrais regionais, nacionais e internacionais.
4. Diferentes momentos da história do teatro, dramaturgos, estilos, encenadores, e cenógrafos.
5. Teatro de diferentes culturas: crenças, hábitos, narrativas e visualidade.
6. Diferentes formas de construção e narrativas: tragédia, drama, comédia, farsa, melodrama, teatro épico, circo, mitos, fábulas, etc.
7. Ritos, cotidiano, cultura da mídia – teatro, cinema, telenovelas, telejornais, programas de auditório e outros.
8. Diferentes tipos de obras literárias: mitos, clássicos, literatura infantil, poesia, entre outros.

Compreensão da produção artística a partir da especificidade da linguagem teatral.

1. Elementos formais próprios da linguagem cênica – texto, personagem, caracterização, cenografia, iluminação e sonoplastia.
2. Elementos formais e sua representação simbólica.
3. Expressão vocal, jogos, expressão corporal e performances.
4. Diferentes formas de representação cênica: sombras, formas animadas, máscaras e outras.

Área de Artes Ciclo I e II – (1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º anos do Ensino Fundamental de nove anos)

Critérios de Avaliação

Teatro

Verificar se o estudante em suas produções escritas, orais e cênicas:

1. Percebe a função social das artes cênicas.
2. Relaciona a produção cênica com o contexto social, em diferentes tempos e espaços.
3. Identifica a utilização da linguagem cênica nas produções teatrais, cinematográficas e em meios televisivos.
4. Reconhece e identifica a interferência cultural nas produções teatrais.
5. Reconhece a produção teatral da humanidade como patrimônio cultural e sua importância na sociedade.
6. Analisa a produção artística da humanidade, na busca da compreensão dos seus modos produção, em diferentes perspectivas culturais.
7. Compreende e identifica as diferentes formas de construção das narrativas e estilos (tragédia, comédia, drama, mitos, fábulas, entre outros).
8. Reconhece a si próprio como produtor, inserido em determinado tempo e espaço.
9. Analisa suas produções e as dos colegas, considerando seu tempo e espaço.
10. Elabora crítica pessoal sobre diferentes manifestações artísticas: aspectos estéticos e modos de produção.
11. Compara as produções do homem nas artes cênicas, na busca da compreensão das interpenetrações que acontecem entre elas.

Compreensão da produção artística a partir da especificidade da linguagem teatral.

1. Percebe forma e conteúdo nas estruturas teatrais.
2. Identifica, nas estruturas teatrais, os elementos formais da linguagem cênica: texto, personagem, caracterização, cenografia, iluminação e sonoplastia .
3. Experimenta diferentes possibilidades de representação cênica a partir dos elementos formais próprios da linguagem, através da expressão corporal, expressão vocal e jogos teatrais, com variados estímulos.
4. Representa suas idéias utilizando os elementos formais da linguagem cênica.
5. Identifica forma e conteúdo nas estruturas teatrais.
6. Reconhece a função simbólica dos elementos formais utilizados em produções teatrais, cinematográficas e em meios televisivos.
7. Utiliza a expressão corporal e jogos teatrais como preparação para a representação cênica.
8. Representa idéias atribuindo função simbólica aos elementos formais da linguagem cênica.
9. Reconhece e experimenta diferentes formas de representação cênica: sombras, formas animadas, máscaras, etc.
10. Realiza adaptações de textos literários, diferentes representações, como meios televisivos, cinema, etc.
11. Analisa a utilização das artes cênicas no cotidiano, percebendo as inter-relações dos elementos formais em diferentes modalidades (performance, meios televisivos e cinematográficos).
12. Analisa a função simbólica dos elementos formais utilizados em produções teatrais, cinematográficas e em meios televisivos.
13. Utiliza diferentes formas de representação cênica: sombras, formas animadas, máscaras e outras.
14. Desenvolve formas de representação pessoal, com liberdade, imprimindo sua marca pessoal através da utilização de diferentes técnicas, procedimentos e dos elementos formais das artes cênicas.

15. Analisa suas produções e as dos colegas, na perspectiva dos elementos formais, técnicas e procedimentos.

Área de Artes Ciclo I e II – (1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º anos do Ensino Fundamental de nove anos)

Objetivos

Dança

Compreensão da dança como produto cultural, social e histórico.

1. Perceber a função social da dança.
2. Relacionar a produção artística de dança com o contexto social, em diferentes tempos e espaços.
3. Identificar a utilização da dança no cotidiano (festas populares, ritos e mídia).
4. Reconhecer e identificar a interferência cultural na dança.
5. Analisar a produção artística da humanidade, na busca da compreensão dos seus modos de produção, em diferentes perspectivas culturais.
6. Perceber o papel do corpo na dança.
7. Reconhecer a si próprio como produtor, inserido em determinado tempo e espaço.
8. Analisar suas produções e as dos colegas, considerando seu tempo e espaço.
9. Elaborar crítica pessoal sobre diferentes manifestações artísticas, na perspectiva dos seus modos de produção.
10. Refletir sobre o papel do corpo na dança.

Compreensão da dança, a partir da especificidade da linguagem.

1. Adquirir consciência corporal: das partes do corpo e dinâmicas do movimento.
2. Perceber a forma e o conteúdo em diferentes composições de dança.
3. Identificar, nas estruturas artísticas, as qualidades dos elementos estruturais da dança – peso, fluência, espaço e tempo.
4. Experimentar diferentes possibilidades de movimentação do corpo.
5. Experimentar as possibilidades de uso das raízes de habilidades motoras na construção do movimento.
6. Experimentar diferentes possibilidades de uso dos elementos estruturais da dança, a partir de suas qualidades de movimento.
7. Representar suas idéias utilizando as raízes de habilidades motoras e as qualidades de movimento da dança: composição coreográfica.
8. Improvisar utilizando as possibilidades de uso das raízes de habilidades motoras na construção do movimento, com e sem estímulo.
9. Improvisar utilizando diferentes possibilidades de uso dos elementos estruturais da dança, a partir de suas qualidades de movimento, com e sem estímulo.
10. Analisar a utilização da dança no cotidiano, percebendo as inter-relações dos elementos formais em diferentes modalidades (meios televisivos, na comunidade, etc).
11. Representar suas idéias atribuindo função simbólica aos elementos estruturais da dança e suas qualidades de movimento.
12. Desenvolver formas de representação pessoal, com liberdade, imprimindo sua marca pessoal através da utilização de diferentes técnicas, de procedimentos e dos elementos formais da linguagem da dança.
13. Analisar e elaborar crítica de suas produções e as de outros, na perspectiva dos elementos formais, técnicas e procedimentos.

Área de Artes Ciclo I e II – (1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º anos do Ensino Fundamental de nove anos)

Conteúdos

Dança

1. Aspectos culturais, sociais e históricos das diferentes formas de dança: erudita, popular, folclórica, antiga e contemporânea.
2. A dança em diferentes culturas: representação simbólica.
3. Diferentes repertórios – erudito e popular.
4. Ritos, cotidiano e cultura local.
5. Folclore.
6. Diferentes culturas tribais.
7. Cultura oriental e cultura ocidental: diferentes gêneros e estilos.
8. Cultura nacional: dança brasileira – grupos de dança, coreógrafos e dançarinos, em diferentes épocas e regiões.
9. Cultura oriental e cultura ocidental: grupos de dança, coreógrafos e dançarinos, em diferentes épocas e regiões.

Compreensão da produção artística a partir da especificidade da linguagem da dança.

1. Elementos estruturais da dança e suas qualidades de movimento: peso, fluência, espaço e tempo.
2. Raízes de habilidades motoras: articulares, giros, saltos, rolamentos e quedas.

Área de Artes Ciclo I e II – (1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º anos do Ensino Fundamental de nove anos)

Critérios de Avaliação

Dança

Verificar se o estudante, por meio da palavra, do uso do corpo e em composições de dança:

1. Percebe a função social da dança.
2. Relaciona a produção artística de dança com o contexto social, em diferentes tempos e espaços.
3. Identifica a utilização da dança no cotidiano (festas populares, ritos e mídia).
4. Reconhece e identifica a interferência cultural na dança.
5. Analisa a produção artística da humanidade, na busca da compreensão dos seus modos de produção, em diferentes perspectivas culturais.
6. Percebe o papel do corpo na dança.
7. Reconhece a si próprio como produtor, inserido em determinado tempo e espaço.
8. Analisa suas produções e as dos colegas, considerando seu tempo e espaço.
9. Elabora crítica pessoal sobre diferentes manifestações artísticas.
10. Reflete sobre o papel do corpo na dança.

Compreensão da produção artística a partir da especificidade da linguagem da dança.

1. Manifesta sua consciência corporal através da dança.
2. Percebe forma e conteúdo em diferentes composições de dança.
3. Identifica, nas estruturas artísticas, as qualidades dos elementos estruturais da dança – peso, fluência, espaço e tempo.
4. Experimenta diferentes possibilidades de movimentação do corpo.
5. Experimenta as possibilidades de uso das raízes de habilidades motoras na construção do movimento.
6. Experimenta diferentes possibilidades de uso dos elementos estruturais da dança, a partir de suas qualidades de movimento.

7. Representa suas idéias utilizando as raízes de habilidades motoras e as qualidades de movimento da dança: composição coreográfica.
8. Improvisa utilizando as possibilidades de uso das raízes de habilidades motoras na construção do movimento, com e sem estímulo.
9. Improvisa utilizando diferentes possibilidades de uso dos elementos estruturais da dança, a partir de suas qualidades de movimento, com e sem estímulo.
10. Analisa a utilização da dança no cotidiano, percebendo as inter-relações dos elementos formais em diferentes modalidades (meios televisivos, na comunidade, etc).
11. Representa suas idéias atribuindo função simbólica aos elementos estruturais da dança e suas qualidades de movimento.
12. Desenvolve formas de representação pessoal com liberdade, imprimindo sua marca pessoal através da utilização de diferentes técnicas, procedimentos e dos elementos formais da linguagem dança.
13. Analisa e elabora crítica de suas produções e das de outros, na perspectiva dos elementos formais, técnicas e procedimentos.

GEOGRAFIA

Fundamentos teórico-metodológicos para a área de Geografia A Geografia estuda a dinâmica da sociedade e a da natureza, assim como as relações entre elas. A dinâmica da sociedade compreende as relações econômicas, políticas e culturais estabelecidas entre os seres humanos. E a dinâmica da natureza compreende as relações estabelecidas entre os elementos naturais: água, ar, solo, vegetação e relevo. Essas relações culminam nos diferentes fenômenos físicos (vulcânicos, climáticos e sísmicos).

A natureza possui uma dinâmica própria, caracterizada pela instabilidade, que pode ser facilmente percebida nas variações do tempo meteorológico, na alternância do dia com a noite e na alternância das estações do ano.

Da relação entre as dinâmicas da sociedade e da natureza resulta o objeto de estudo da Geografia: o espaço geográfico. Por espaço geográfico entende-se o espaço produzido, transformado e organizado pela ação humana, de forma direta ou indireta. A

ênfase do ensino recai sobre a investigação de como a sociedade ocupa, organiza e transforma o lugar onde vive em espaço geográfico.

Para que ocorra a compreensão do espaço geográfico, trabalha-se com os eixos **sociedade**, **espaço** e **natureza**, assim como com as representações da vida dos estudantes, inter-relacionando conteúdos escolares e conhecimentos do cotidiano.

Entende-se o ensino da Geografia como educação para a consciência do espaço, compreendido nas suas dinamicidades. É fundamental a utilização de recursos didáticos (imagens, filmes, músicas, textos diversos, aulas de campo, mapas, maquetes) que possibilitem o desvelamento da realidade e dos discursos sobre ela.

A construção da noção de espaço pelo estudante ocorre gradativamente e pressupõe o trabalho com as relações topológicas, projetivas e euclidianas, que perpassam todos os conteúdos de Geografia e são essenciais para a compreensão dos mapas e de outras formas de representação do espaço.

As relações topológicas são as primeiras noções espaciais que a criança estabelece; A compreensão dessas noções ocorre quando a criança consegue estabelecer relações entre os elementos observados no espaço e reproduzi-las no desenho. Para que isso se efetive, o professor deve trabalhar os elementos do espaço de forma exploratória.

As relações projetivas envolvem o referencial do observador, ou seja, a perspectiva. É a constatação de que a localização de elementos fixos pode ser diferente em relação à posição do observador, por exemplo, quando a criança percorre uma quadra da rua e percebe a ordem das edificações: farmácia, açougue, revistaria, escola. Na volta do percurso, essas edificações aparecerão na ordem inversa, embora não tenham mudado de lugar: escola, revistaria, açougue e farmácia.

As relações euclidianas são fundamentadas na noção de distância. Por meio delas, pode-se localizar um elemento do espaço em relação a outro, desde que se considere um sistema de medidas padrão (medidas de comprimento e largura na construção dos espaços).

Pressupõem a utilização de referenciais abstratos dos sistemas de coordenadas, tais como: distância, comprimento e superfície.

A sistematização da noção de espaço acontece em três níveis de compreensão: do vivido, do percebido e do concebido simultaneamente. O espaço vivido é o espaço físico vivenciado por meio do movimento e do deslocamento. É o espaço do cotidiano, onde o indivíduo estabelece relações topológicas elementares, tais como:

- relações de vizinhança: perto, longe;
- relações de separação: junto, separado;
- relações de sucessão: antes, depois;
- relações de inclusão: fora, dentro.

Para iniciar o trabalho com o espaço vivido, utilizam-se referências **locais**, tais como a escola, a rua da escola, o entorno da escola, o bairro, sempre estabelecendo e ampliando relações com o **geral**, aqui entendido como outros espaços.

O espaço percebido é aquele que não precisa ser experienciado fisicamente. O indivíduo estabelece relações entre espaços e objetos, utilizando as noções topológicas e projetivas. É quando ocorre a descentração, processo pelo qual o indivíduo consegue alterar gradativamente o ponto de referência de si próprio para outras pessoas e outros objetos.

Outro importante conceito espacial é o de reversibilidade, que é a capacidade de considerar outros referenciais para localizar objetos e lugares. É a capacidade de perceber, por exemplo, que o Estado do Paraná está localizado ao sul do Estado de São Paulo e ao norte do Estado de Santa Catarina. Nesse caso, o referencial não é o próprio corpo do indivíduo, mas sim as direções cardeais (ALMEIDA, 1989).

O espaço concebido é aquele em que são estabelecidas conexões que favorecem a percepção das relações euclidianas. É quando o estudante consegue ler e compreender um mapa, sem precisa percorrer ou conhecer o espaço representado. Traduz-se também na capacidade de traçar um mapa mental, representando o percurso de um local ao outro, comumente utilizado por pessoas para explicar endereços ou por motoristas quando se deslocam no trânsito.

São instrumentais básicos do saber geográfico os conteúdos/conceitos: localização, orientação, distribuição e representação dos fenômenos socionaturais, paisagem, lugar, região, limite, território, nação e fronteira, além da alfabetização

cartográfica, que instrumentaliza o estudante para ser, em primeira instância, mapeador ativo (alguém que constrói seus mapas) e, a partir daí, leitor de mapas oficiais.

Fica claro, assim, que a Geografia caracteriza-se pelo estudo da organização do espaço geográfico, que se manifesta aparentemente através da paisagem, entendida como realidade física vista e sentida pelo ser humano.

A paisagem é referência para o conhecimento do espaço geográfico por ser o dado da realidade que as pessoas percebem.

Constitui um conjunto de elementos da natureza (relevo, vegetação, hidrografia, etc.) e de elementos culturais criados pela sociedade (edificações, vias de circulação, represas, etc.). A paisagem está sempre em mudança, é uma espécie de marca da história do fazer humano, do movimento da sociedade, e, segundo SANTOS (1986, p. 5) “é a acumulação desigual de tempos”. Portanto, compreender a paisagem implica ultrapassar o seu concreto aparente para chegar ao conhecimento das relações sociais que a construíram.

Portanto, o trabalho com os conteúdos geográficos reveste-se de grande valor social na medida em que contribui para a construção de conhecimentos que permitem tratar questões relacionadas à ocupação e à gestão do espaço em diferentes níveis, com maior consciência das peculiaridades existentes, bem como com maior responsabilidade no trato de tais questões.

A Geografia exerce, na verdade, papel decisivo na formação do indivíduo para o exercício da cidadania. Ler e pensar o mundo, compreendendo que o ser humano e os demais elementos da natureza constituem, de maneira integrada, o espaço socialmente construído, transformado e organizado, é o papel da Geografia na constituição do saber escolar.

Temos que nos permitir o diálogo e se exercitar a reflexão sobre o conhecimento e as práticas sociais.

A seguir, serão apresentados os objetivos, os conteúdos e os critérios de avaliação considerados básicos para a formação em Geografia no Ensino Fundamental.

Área de Geografia Ciclo I – Etapa Inicial, 1.^a e 2.^a etapas (1.º, 2.º e 3.º anos do Ensino Fundamental de nove anos)

Eixos: Sociedade/Espaço/Natureza

Objetivos

1. Sistematizar a noção espacial, percebendo a proporção, distância e direção dos objetos, por meio da observação, representação e localização destes em diferentes espaços.
2. Utilizar as categorias espaciais (topológicas, projetivas e euclidianas) para construir representações (tridimensionais e bidimensionais) legendadas dos diferentes espaços conhecidos.
3. Reconhecer e utilizar os referenciais de localização e orientação espacial para se deslocar nos diferentes espaços.
4. Perceber que o espaço geográfico é ocupado por várias sociedades, que se organizam de formas diferenciadas e compõem o espaço global.

Conteúdos

- Observação de objetos em relação à forma e ao tamanho □
- Representação dos objetos nas visões: frontal, vertical e oblíqua.
- Localização dos objetos no espaço: lateralidade (à direita de, à esquerda de); anterioridade (em frente de, atrás de); profundidade (longe, perto, em cima, embaixo).
- Observação da organização dos espaços vividos.
- Identificação das semelhanças e diferenças entre objetos do espaço a serem representados.
- Reconhecimento da função de cada objeto (para que servem?).

- Representação de espaços conhecidos: sala de aula, cômodos da casa, utilizando medidas não convencionais (passos, palmos): Bidimensional (representação no plano – mapa);
- Tridimensional (maquete).
- Legenda.
- Localização e orientação espacial.
- Referenciais espaciais: particulares (pontos de referência utilizados pelos alunos no espaço vivido); locais (pontos de referência no bairro).
- Orientação pelo Sol e pela bússola.
- Referenciais geográficos (direções cardeais: Norte, Sul, Leste, Oeste).
- O lugar de vivência: o entorno da escola.
- Paisagem do lugar de vivência.
- Elementos formadores da paisagem: elementos da natureza (naturais); elementos construídos pelo ser humano (culturais).
- Os códigos criados pela sociedade para organizar o espaço: sinalização de trânsito: vertical e horizontal; placas de orientação (com nomes de ruas, praças, indicação de direções, entre outros).
- Os diferentes lugares do bairro: tipos de moradia, casas comerciais, templos, áreas de lazer e cultura (parques, áreas verdes, áreas degradadas, escolas, teatros, cinemas, bibliotecas, entre outros).
- Transformação das paisagens: mudanças e permanências dos elementos naturais e culturais da paisagem no processo de transformação do espaço e os efeitos da ação antrópica no processo de transformação.

Critérios de Avaliação

Verificar se o estudante:

- Compreende e utiliza as categorias espaciais (longe, perto, direita, esquerda, frente, atrás, em cima, embaixo) ao construir e interpretar representações de

espaços do cotidiano (espaço vivido), percebendo as diferenças entre as formas dos objetos.

- Compreende e utiliza as categorias espaciais (longe, perto, direita, esquerda, frente, atrás, em cima, embaixo) ao construir e interpretar representações de espaços do cotidiano (espaço vivido), percebendo as diferenças entre as formas dos objetos.
- Reconhece e utiliza, no cotidiano, os referenciais espaciais de orientação, distância e localização, fazendo uso do próprio corpo como referencial para localizar objetos nos diferentes espaços.□□
- Utiliza adequadamente os procedimentos de observação, pesquisa e interpretação como instrumentos básicos para a leitura crítica do espaço, por meio da identificação das relações que nele se estabelecem.

Área de Geografia Ciclo II – 1.^a e 2.^a etapas (4.^o e 5.^o anos do Ensino Fundamental de nove anos)

Eixos: Sociedade/Espaço/Natureza

Objetivos

1. Ler, interpretar e construir representações, como mapas (tanto os confeccionados pelo estudante como os oficiais), gráficos e plantas simples, utilizando elementos da linguagem cartográfica.
2. Perceber que as referências universais de localização – N, S, E, O, NE, SE, NO, SO – são imprescindíveis para a circulação e o conhecimento do espaço geográfico, situando os elementos formadores das paisagens – humanos e físicos – nos espaços vivido, percebido e concebido.

3. Compreender que as sociedades são multiculturais, formadas por grupos de diferentes etnias, identificando as diversas construções dos espaços que materializam a cultura dos povos que os constroem, num processo contínuo.
4. Construir os conceitos de urbano e rural, identificando as atividades desenvolvidas em cada espaço e suas características.
5. Identificar, localizar e conceituar os fenômenos naturais, compreendendo a dinâmica da natureza e a interdependência entre relevo, clima, vegetação e hidrografia.

Conteúdos

- Diferentes formas de representação do espaço: tridimensional; bidimensional.
- Elementos do mapa: título; orientação; escala; legenda.
- Convenções cartográficas: sistema de cores.
- Gráficos envolvendo representação de: distribuição de elementos e fenômenos naturais e culturais; séries cronológicas ou temporais; deslocamento ou fluxos de pessoas e bens de consumo no espaço e no tempo.
- Representação na visão oblíqua e vertical.
- Orientação pelo Sol e pela bússola e localização: pontos de referência (cardiais e colaterais).
- Espaços de referência: Paraná e Brasil
- População: número de habitantes; população absoluta; densidade demográfica; movimentos populacionais (migração, emigração, imigração).
- Formação cultural e a configuração do espaço: as contribuições das diferentes etnias nos diferentes espaços; formação do território paranaense e brasileiro.
- Organização dos espaços do município, do estado, do país e a relação entre eles.
- Espaço rural, espaço urbano, áreas de transição e a interdependência entre campo e cidade;

- Atividades produtivas nos diferentes espaços e nos setores primário, secundário e terciário;
- Áreas de produção agropecuária; indústria; comércio, prestação de serviços; turismo;
- Comunicação e transportes.
- Elementos da natureza, preservação e conservação: ar (tempo atmosférico); água (hidrografia, distribuição e utilização das águas);
- Solo (relevo, distribuição); vegetação (tipos de formações vegetais).

Critérios de Avaliação

Verificar se o estudante:

- Produz e lê mapas simples, gráficos, maquetes e pequenos roteiros, utilizando as convenções cartográficas, noções de direção, distância, proporção, limites e sistema de cores.
- Utiliza o próprio corpo e o Sol como referências para identificar posições ocupadas pelos elementos no espaço, utilizando a lateralidade e considerando o movimento aparente do Sol como referência para a orientação.
- Utiliza os conceitos de migração, imigração e emigração, relacionando-os às diferentes características dos espaços de Curitiba, Paraná e Brasil; entendendo que estes revelam e/ou materializam a forma de viver dos povos que os constituíram.
- Identifica os espaços urbano e rural, reconhecendo que suas configurações resultam da forma como os seres humanos estabelecem relações entre si e com a natureza.
- Reconhece as áreas de transição identificando-as como espaços entre campo e cidade.
- Identifica as atividades primárias do espaço rural nomeando os tipos de produção da agricultura e pecuária.

- Compreende que, no espaço urbano, são desenvolvidos os setores secundário e terciário, reconhecendo as atividades neles desenvolvidas, como: indústria, turismo, comércio e prestação de serviços.
- Compreende a inter-relação entre os elementos formadores da paisagem, estabelecendo relações entre eles e a ação antrópica.

ENSINO RELIGIOSO

Fundamentos teórico-metodológicos para o Ensino Religioso. Em nosso país, desde a época da colonização até por volta da década de 70, o Ensino Religioso teve caráter catequético, perdurando uma concepção evangelizadora, cuja finalidade era a de fazer seguidores para a Igreja Católica Apostólica Romana.

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 5.692/71, o Ensino Religioso passou a centrar-se no desenvolvimento da religiosidade do estudante. Nesse âmbito, apresentava como conteúdo os valores humanos voltados para uma vivência ética, sem se ater a qualquer forma de doutrinação. A metodologia aplicada nessa concepção objetivava o questionamento sobre a realidade do estudante e possíveis mudanças de atitudes constituídas pelo ver, julgar, agir e celebrar.

A Lei n.º 9.475/97, que apresenta uma nova redação para o art. 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN - 9394/96), aponta novos avanços e perspectivas para o Ensino Religioso no âmbito escolar: ressalta a importância de se assegurar o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, veda qualquer forma de proselitismo e assegura ao estudante, como cidadão, o direito de ter acesso ao conhecimento sobre o fenômeno religioso. A escola pública não pode se eximir dessa responsabilidade, porém não pode abrir espaço para doutrinação, evangelização ou catequese nem impor aos estudantes práticas religiosas desta ou daquela igreja ou religião.

As orientações para a adesão a alguma crença religiosa são responsabilidade da família e das comunidades de fé. Os próprios professores é que devem assumir a tarefa. É facultativa a frequência às aulas do Ensino Religioso, mas obrigatória a oferta

por parte da escola no horário normal, cabendo ao estudante fazer a opção de frequência no ato da matrícula. O Ensino Religioso, como área do conhecimento e parte integrante da Base Nacional Comum, conforme a Resolução n.º 2 de 7 de abril de 1998 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, deve ser trabalhado sistematicamente, articulado às demais áreas, no horário normal das escolas.

Objeto de Estudo

O Ensino Religioso, como área do conhecimento, é diferente de “aula de religião”, ou catequese, ou da escola bíblica, ou ainda de qualquer modelo de doutrinação, não pressupondo a adesão e muito menos o proselitismo ou a propagação de determinada crença religiosa.

Sua especificidade é a decodificação ou a análise das manifestações do sagrado, possibilitando ao estudante o conhecimento e a compreensão do **fenômeno religioso** como fato cultural e social, bem como uma visão global de mundo e de pessoa, promovendo, assim, o respeito às diferenças no convívio social.

O objeto de estudo do Ensino Religioso é o fenômeno religioso que compreende o conjunto das diferentes manifestações do sagrado no âmbito individual e coletivo. Esse fenômeno acontece no universo de uma cultura, é influenciado por ela e, conseqüentemente, também a influencia.

O Conhecimento Religioso

As tradições religiosas e místicas são fatos culturais e sociais que oferecem um vasto campo de investigação, permitindo ampliar a visão de mundo, compreender as manifestações do sagrado, enquanto transcendente/imanente, valorizar o conhecimento religioso como patrimônio da humanidade, construído ao longo da história de maneira bastante peculiar, em diferentes contextos geográficos e culturais.

O conhecimento religioso é o conjunto das respostas sistematizadas às questões fundamentais da vida humana. A construção e a socialização desse conhecimento na escola devem promover uma abertura ao diálogo inter-religioso, na perspectiva dos valores comuns a todas as tradições, tendo por base a alteridade e o direito à liberdade de consciência e opção religiosa. O Ensino Religioso deve ser entendido como um processo interativo entre professores e estudantes, na busca da realização destes como seres humanos, reconhecidos e respeitados como cidadãos inseridos numa realidade plural, marcada pelas diferenças.

Metodologia e Tratamento Didático dos Conteúdos

A metodologia do Ensino Religioso deve contemplar a análise de diferentes relações entre fenômenos, num “fazer pedagógico” dinâmico, permitindo a interação e o diálogo no processo de construção e socialização do conhecimento, de maneira que professor e estudante juntos possam (re)significar o conhecimento. Sugerimos como momentos metodológicos, uma problematização inicial para introduzir o assunto a ser estudado e a observação – reflexão – informação, na seqüência.

Desse modo, busca-se decodificar e analisar os elementos básicos que compõem o fenômeno religioso, enfocando os conteúdos em uma rede de relações, de forma progressiva, propiciando ao estudante a ampliação de sua visão de mundo, o exercício do diálogo inter-religioso e a valorização das diferentes expressões religiosas e místicas, a partir do seu contexto sócio-cultural.

O Ensino Religioso será organizado a partir do eixo **manifestações do sagrado**.

Esse eixo integra um amplo conjunto de conteúdos, alguns dos quais são explicitados a seguir.

Alteridade – Alteridade é o estado ou a qualidade daquilo que é “outro” ou diferente. Alteridade significa reconhecer o “outro”.

Ethos – Palavra de origem grega que significa caráter. “É a forma interior da moral humana em que se realiza o próprio sentido do ser.

Tradições religiosas, místicas e filosóficas – Esse conteúdo aborda as diferentes tradições, analisando seu papel, origem histórica, mudanças evolutivas no decorrer dos tempos, estrutura hierárquica, ação social, modo de ser, pensar e agir das pessoas, bem como a possibilidade de diálogo inter-religioso.

Textos Sagrados – Para que os ensinamentos de uma religião se perpetuem, faz-se necessário que sejam transmitidos às novas gerações, na forma oral, escrita e pictórica, entre outros modos. Nos textos sagrados, pela revelação, o sagrado se faz conhecer aos seres humanos, transmitindo-lhes regras, mostrando sua vontade e seus mistérios.

Símbolos Religiosos – Os símbolos religiosos são linguagens que comunicam idéias do âmbito do sagrado. Têm também valor evocativo, mágico e místico.

Espiritualidades – As espiritualidades são métodos ou práticas que permitem aos adeptos uma relação imediata com o sagrado.

Ritos e Rituais – o rito se refere a uma técnica mágica ou religiosa que visa controlar as forças naturais, objetivo de que as técnicas racionais não dão conta. O ser humano obtém relativa garantia de salvação em face dessas forças (DICIONÁRIO de Filosofia, 1970). Os **ritos** são gestos simbólicos sagrados, linguagens corpóreas que muitas vezes dispensam palavras. O ser humano ritualiza para expressar seus desejos, sua fé e seu sentimento religioso. Os **rituais** são dinâmicos: mudam conforme a época e as circunstâncias. Muitas tradições possuem seus próprios rituais para celebrar os momentos importantes na vida de seus adeptos. Existem os rituais de passagem, litúrgicos, celebrativos, divinatórios, mortuários, entre outros. “Os ritos de passagem se associam às grandes mudanças na condição do indivíduo. As principais transições marcadas por esses ritos são o nascimento, a entrada na idade adulta, o casamento e a morte” (HELLERN, NOTAKER E GAARDER, 2000, p. 28).

Os mitos, algumas lendas e os grandes acontecimentos religiosos são revividos através de rituais, linguagens pelas quais muitas pessoas articulam e lidam com suas esperanças e temores.

Espaços Sagrados – Entre os diversos espaços considerados sagrados, alguns tiveram origem em uma história ou lenda que envolveu uma hierofania (manifestação do sagrado); outros foram construídos pelos homens e se tornaram centros de peregrinações ou romarias: são os templos, os santuários, as catedrais, as capelas, os locais de prece e meditação, as mesquitas, os terreiros, etc.

Crença na Vida Além-Morte – Cada religião, cada filosofia de vida interpreta a realidade última do ser humano de maneiras diversas, entre elas: ancestralidade, reencarnação, ressurreição e nada.

- Ancestralidade: crença defendida por algumas tradições antigas de que a vida dos antepassados continua presente de alguma forma.

Em algumas tradições, os espíritos dos antepassados manifestam-se em elementos da natureza. Para a ancestralidade, os antepassados são presença constante através das gerações.

- Reencarnação: doutrina que afirma que o indivíduo possui um elemento independente de seu ser físico, que, após a morte, pode renascer em outro corpo, num processo de expiação, evolução e auto-redenção.

Essa crença está presente em diferentes religiões e filosofias de vida.

- Ressurreição: ação de voltar à vida. Tradições religiosas como o Judaísmo, o Cristianismo e o Islamismo apresentam interpretações diferenciadas sobre a doutrina da ressurreição dos mortos. Algumas tradições religiosas, por exemplo, acreditam que a ressurreição acontecerá no que chamam “dia do juízo final”, quando todos os seres humanos ressuscitarão para serem julgados e recompensados segundo as suas obras. Os justos ressuscitarão para a felicidade eterna, e os injustos, para serem punidos.

- Nada: é a negação da vida além-morte, que recebe diferentes interpretações conforme o grupo social. Por exemplo, para alguns, a morte consiste em uma dissolução completa daquilo que era e, para outros, essa dissolução é uma dispersão de partículas atômicas que retornam ao Universo.

A seguir, serão apresentados os objetivos, os conteúdos e os critérios de avaliação considerados básicos para a formação em Ensino Religioso no Ensino Fundamental.

Área de Ensino Religioso Ciclo I – Etapa Inicial, 1.^a e 2.^a etapas (1.º, 2.º e 3.º anos do Ensino Fundamental de nove anos)

Objetivos

1. Reconhecer o outro, refletindo e vivenciando o diálogo e o respeito às diferenças religiosas.
2. Reconhecer a diversidade religiosa presente na realidade próxima, construindo o seu referencial de entendimento das diferenças.
3. Identificar os símbolos religiosos, estabelecendo a relação de seus significados.
4. Conhecer alguns espaços sagrados existentes na comunidade, identificando a função desses espaços.

Conteúdos

- Alteridade: Eu e os outros somos nós. Cada pessoa tem o seu jeito de ser e de acreditar.
- As diferenças religiosas.
- A riqueza das diferenças religiosas.
- Tradições Religiosas: A religião na vida das pessoas. As tradições religiosas de nossa comunidade. As religiões e a prática do bem (caridade, solidariedade, etc.).
- Símbolos Religiosos: O que são símbolos religiosos. Símbolos religiosos na vida das pessoas. Principais símbolos de algumas religiões.
- Espaços Sagrados: O que são espaços sagrados. Espaços sagrados da comunidade.

Critérios de Avaliação

Verificar se o estudante:

- Respeita a si mesmo e ao outro nas diferenças religiosas.
- Reconhece a diversidade religiosa em situações do cotidiano, no contexto onde vive.
- Identifica os símbolos religiosos, estabelecendo seus significados a partir do contexto sócio-cultural.
- Reconhece os espaços sagrados e identifica a sua função na vida das pessoas.

Área de Ensino Religioso Ciclo II – 1.^a e 2.^a etapas (4.^o e 5.^o anos do Ensino Fundamental de nove anos)

Objetivos

1. Refletir sobre a alteridade e o respeito às diferenças, reconhecendo o direito à liberdade de expressão religiosa do outro.
2. Identificar as diferentes tradições religiosas, reconhecendo a importância da religião na vida das pessoas.
3. Conhecer os textos sagrados, percebendo-os como referenciais de ensinamentos sobre a fé e a prática das tradições religiosas.
4. Conhecer as principais espiritualidades de algumas tradições religiosas, identificando-as como métodos e práticas de relação com o sagrado.
5. Identificar ritos e rituais, reconhecendo a importância do seu significado cultural
6. Identificar espaços sagrados, analisando a sua função.

Conteúdos

- Alteridade: A valorização de si mesmo e do outro. As pessoas e suas diferentes crenças.
- A diversidade das opções religiosas. Valores que aproximam as pessoas de diferentes religiões.
- Tradições Religiosas: A religião no cotidiano. A pluralidade religiosa em nossa comunidade.
- A diversidade religiosa no Brasil. O diálogo inter-religioso.
- Textos Sagrados: O que são textos sagrados. Textos sagrados orais e escritos, entre outros.
- Mitos da criação do mundo e do homem.
- Espiritualidades: As práticas religiosas no cotidiano das pessoas.
- Espiritualidades das tradições religiosas.
- Ritos e Rituais: O significado dos ritos das tradições religiosas. Rituais de passagem, celebrativos e litúrgicos.
- Espaços Sagrados: Espaços sagrados da comunidade. Lugares de peregrinação do Brasil e do mundo.

Critérios de Avaliação

Verificar se o estudante:

- Reconhece o outro, vivenciando o respeito às diferenças religiosas no convívio social.
- Identifica a diversidade religiosa, demonstrando abertura ao diálogo com pessoas de outras crenças religiosas.
- Reconhece os textos sagrados, percebendo-os como referenciais de ensinamentos de fé e de prática das tradições religiosas.
- Conhece as espiritualidades de algumas tradições religiosas, analisando-as como métodos e práticas que permitem a relação com o sagrado.

- Identifica ritos e rituais de algumas tradições religiosas, reconhecendo a importância do seu significado na vida dos adeptos.
- Identifica os espaços sagrados, reconhecendo a sua função e significado.

ENSINO DA AFRICANIDADE

Conscientes que um dos objetivos nos PCN`s, para o ensino fundamental é: “* compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito.(PCN – Apresentação dos Temas Transversais e Ética, volume 8, p.7, Brasília, 1997)“, buscar-se-á, através do repasse da cultura afro-brasileira, resgatar junto aos alunos as questões inerentes que estes trouxeram ao desenvolvimento cultural e histórico para o Brasil.

Sabendo que a desigualdade racial em nossa sociedade, bem como na escola, tem se mostrado evidente, e para que possamos exercer de fato nosso papel, frente a educação, iremos implementar a Lei 10.639/03, seguindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, visando adaptar nossos educandos a realidade de nossa sociedade. Desta forma, desenvolveremos a questão étnico-racial de forma a participar da história, percebendo que somos uma miscigenação e nossa história está arraigada na cultura africana.

Queremos adaptar a instituição para a construção de uma proposta pedagógica multirracial e popular, para que a cultura africana seja reconhecida, respeitada e valorizada, sendo assim, integrada à cultura nacional. Historicamente, observa-se no Brasil, a não popularização da classificação racial, porém à um mal entendimento entre “brancos” e “negros” por igualdade de direitos, respeito mútuo e acesso aos bens socialmente produzidos. Isto ocorre pela desinformação sobre aspectos da cultura afro: religião, saúde, música e de nossa própria história, responsável pela identidade da nação brasileira.

Por tanto, o reconhecimento, a valorização da diversidade brasileira, a história vista dos dois lados, a trajetória histórica e a cultura do povo afro, são essenciais para a prática pedagógica em sala de aula e uma forma dinâmica da questão racial. Construir de forma objetiva “esta identidade” ajudará os alunos afros, que ao longo do tempo vem sido ensinado a negar a sua identidade racial.

HISTÓRIA

Fundamentos teórico-metodológicos para a área de História

As abordagens historiográficas apontam para uma multiplicidade de perspectivas da História, em razão dos diferentes contextos de produção do conhecimento histórico que procura desvelar as relações que se estabelecem entre as diferentes coletividades, nos diferentes tempos e espaços. O conhecimento histórico é aqui entendido como a compreensão dos processos históricos das formações sociais e a compreensão dos sujeitos históricos.

Privilegiar a compreensão dos processos das formações sociais e dos sujeitos históricos é superar um ensino de História que enfoca apenas a ação de personagens históricos; é perceber que a trama histórica não pode ser entendida a partir de ações individuais, mas concebida como construção com a participação de todos os agentes sociais: individuais e coletivos. Nessa perspectiva, volta-se o olhar para sujeitos sociais, tais como homens e mulheres: idosos, jovens, e crianças.

Assim, tomam-se como objeto do ensino de História as formações sociais, bem como as relações sociais que nelas se estabelecem. Formações sociais aqui compreendidas como as sociedades que se constroem historicamente, num processo dinâmico e contraditório. As relações sociais devem ser entendidas nas diferentes coletividades, percebidas as diferenças e semelhanças, conflitos e contradições, igualdades e desigualdades.

Para a “iniciação histórica”, é necessário que o professor propicie situações em que o estudante comece uma reflexão procurando explicar os **comos** e os **porquês** das

mudanças que ocorrem nas diferentes coletividades, percebendo as diversidades e as similitudes. Perceber essas diferenças e transformações é inerente ao trabalho do historiador.

No entanto, esse olhar voltado às diferenças e transformações que ocorrem em diferentes contextos deverá estar presente na ação pedagógica, possibilitando ao estudante o exercício do raciocínio histórico (CABRINI, 1994).

Para que o ensino de História não seja a “regurgitação do passado”, o professor deve estimular o pensamento crítico de seus estudantes adotando alguns procedimentos específicos, como investigar as idéias que eles já possuem, possibilitando que reflitam sobre diferentes hipóteses em História; exercitar com seus alunos a seleção das diferentes respostas historiográficas para aquele contexto histórico; estimulá-los a construir novas hipóteses investigativas, ou seja, novas questões de investigação (BARCA, 1998).

Para que o estudante compreenda a História, o professor deve não só falar de situações do passado, mas promover a interpretação desse passado, a partir de um trabalho com documentos históricos. O professor deve mostrar que os historiadores, ao escreverem a história, utilizam-se de questões sobre algum acontecimento que não conhecem, no entanto, existem “pequenos pormenores que fazem da História algo de lógico: as fontes diretas e o conhecimento do contexto que as enquadram” (LEE, apud BARCA, 2001, p. 14).

Essa metodologia ajuda o estudante a conhecer os conteúdos da História a partir de diferentes fontes; estimula-o na observação, auxilia-o na reflexão histórica, bem como lhe propicia o entendimento do sentido da História.

A ação pedagógica deve promover no estudante a compreensão sobre a interlocução entre o acontecido e o narrado, levando-o à percepção de que quem escreve a história lança diversos olhares sobre um mesmo acontecimento, bem como de que os diferentes registros são fontes de informação do passado. Os estudantes devem entender que o que estão estudando já foi estudado por alguém; também devem compreender que os historiadores não copiam os testemunhos, mas fazem inferências e interpretações, a partir das evidências históricas.

É necessário que o professor oportunize situações para que o estudante comece a pensar historicamente. Isso significa pensar temporalmente, compreendendo e explicitando os critérios da periodização em História, estabelecendo relações de acontecimentos no tempo, tendo como referência a anterioridade, a posterioridade, a simultaneidade, permanências, mudanças, continuidades, descontinuidades e rupturas; saber buscar informações em diferentes documentos históricos, textos didáticos, manifestações artísticas e folclóricas, depoimentos orais, entre outros, para ajudá-lo a refletir sobre o sentido da História; passar a usar os conceitos próprios dessa ciência; passar a construir narrativas explicativas.

Ensinar História envolve mudanças, tanto em relação ao objeto em si como em relação à ação pedagógica. O objeto em si, ou seja, o “fazer histórico”, é dinâmico, fruto de mudanças sociais, das descobertas arqueológicas, das novas documentações e dos debates metodológicos. A ação pedagógica modifica-se, tendo em vista que mudam os professores, os alunos, as legislações escolares, assim como as expectativas familiares (KARNAL, 2004).

O conhecimento histórico deve ser ensinado para que o estudante tenha “condições de participar do processo do fazer, do construir a História”, de acordo com SCHMIDT (apud BITTENCOURT, 2001, p. 59). Com isso, não se pretende transformar os estudantes em pequenos historiadores. Cabe ao professor auxiliá-los a compreender que a história está em constante transformação e que existem diferentes interpretações e explicações históricas. A escola deve iniciar um processo de reflexão para que os estudantes consigam perceber que as interpretações históricas são construídas a partir das evidências e que “está na natureza da História haver diversas versões do passado”, mas que, apesar disso, a História não é “apenas uma questão de opinião” (LEE, 2005, p. 1-2). Para a iniciação histórica no Ensino Fundamental, é necessário que o professor privilegie, em sua prática pedagógica, conteúdos que possam contribuir para o processo da construção do conhecimento histórico escolar.

Para tanto, propõem-se eixos articuladores dos conteúdos: **cultura, identidade e cidadania**. Eixos cujos conceitos são criados e datados, constituem-se historicamente em meio a mudanças e permanências, em diferentes tempos e em diferentes espaços, portanto, possuem uma história. O que possibilita ao estudante a análise, a

interpretação e a comparação entre diferentes acontecimentos históricos, bem como a construção de sua própria narrativa histórica, nas palavras de SCHMIDT (apud BITTENCOURT, 2001).

O conceito de **cultura** é aqui definido como um modo determinado de vida, um modo de pensar, de viver das pessoas. Mas cultura não é só isso, é também compartilhamento de significados, de sentidos, de valores, de comportamentos de determinado grupo social. A cultura é uma produção social e deve ser analisada em seu contexto histórico.

A “tradição seletiva”, vai se constituindo a memória cultural de um grupo, de um país, da humanidade. Uma parte passa a compor a cultura universal, a cultura da humanidade, outra parte é conservada em arquivos, como fonte documental, mas uma boa parte é rejeitada e ou esquecida, como afirma WILLIAMS (apud FORQUIN, 1993).

A cultura tem especificidades. Cada época, cada geração tem uma forma de expressá-la. Assim, ao privilegiar a cultura como eixo articulador dos conteúdos, propõem-se reflexões sobre cultura popular, cultura erudita, cultura hegemônica, cultura política, cultura dos negros, indígenas, imigrantes, minorias, indústria cultural, bem como as diversidades culturais, nos diferentes tempos e espaços.

O conceito de **identidade** é aqui tomado na relação com o conceito de diversidade cultural, para que se possam compreender os diferentes sujeitos sociais, até então negligenciados pela historiografia tradicional. Assim, estudos sobre negros, índios, populações migrantes passam a ter uma dimensão de grande relevância nas abordagens historiográficas recentes, bem como nas reflexões históricas escolares. O conceito de identidade está sendo aqui apropriado como “sentimento de identidade”. Sentimento de identidade, ou “sentido de imagem de si, para si e para os outros”, na perspectiva da consciência histórica, que é a “forma de nos sentirmos em outros que nos são próximos, outros que antecipam a nossa existência que, por sua vez, antecipará a de outros”. A consciência histórica contribui para a afirmação da identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que assegura o “sentimento de continuidade no tempo e na memória (e na memória do tempo)” (PAIS, 1999, p.1).

Esse conceito é eixo articulador dos conteúdos, considerando-se sua historicidade, e privilegia questões como da: identidade individual, coletiva e étnica, identidade de classe e de gênero, identidade nacional.

O conceito de **cidadania** é definido a partir da idéia de que as pessoas não são cidadãos só com o nascimento, mas se tornam cidadãos no processo de construção social. A formação da cidadania moderna caracterizou-se pela participação dos sujeitos na luta por garantias de direitos civis, políticos e sociais. O conceito de cidadania deve ser entendido em sua historicidade, ou seja, conceito que se constrói historicamente, apresentando mudanças e permanências em diferentes contextos históricos. O professor precisa, permanentemente complementar, pesquisar, propor outras reflexões, procurando enriquecer ao máximo as discussões em suas aulas.

É preciso considerar: que os direitos e deveres nem sempre foram os que hoje se apresentam; que o conceito de cidadania apresenta muitas mudanças em diferentes contextos; quem era o cidadão no Brasil Colônia, no Brasil Império e no Brasil República; quais eram os direitos das pessoas nesses diferentes contextos. Pode-se, ainda selecionar um item, como o voto, os direitos trabalhistas ou os direitos das mulheres, entre outros, e passar a fazer uma análise a partir das Constituições Brasileiras.

Área de História Ciclo I – Etapa Inicial, 1.ª e 2.ª etapas – (1.º, 2.º e 3.º anos do Ensino Fundamental de nove anos)

Objetivos

1. Reconhecer a si e ao outro nas relações que se estabelecem nos diferentes grupos sociais com os quais convive, percebendo as diferenças individuais.
2. Identificar as diferentes estruturas familiares existentes na sociedade hoje, percebendo a participação dos integrantes da família nos vários grupos sociais dos quais faz parte.

3. Reconhecer seus direitos e deveres, percebendo que estão presentes nas convenções sociais – familiares, escolares e comunitárias – e em documentos oficiais.
4. Reconhecer o ser humano como parte integrante da natureza, numa relação de interdependência, compreendendo a importância das questões sócio-ambientais para a sociedade atual.
5. Reconhecer as diferentes manifestações culturais como produção da humanidade nos diferentes tempos e nos diferentes espaços, relacionando-as com o contexto local.
6. Reconhecer, nas vivências cotidianas familiares, escolares e comunitárias, a influência da mídia no modo de viver das pessoas.
7. Identificar os meios de transporte e de comunicação, os instrumentos cotidianos, bem como as suas transformações e permanências em diferentes tempos e espaços.

Conteúdos

- Identidade da criança: crianças de hoje – quem é, o que faz, o seu cotidiano.
- Pessoas com as quais convive: familiares, amigos; grupos de convívio.
- Crianças de outros tempos: infância das pessoas com as quais convive.
- Cotidiano de crianças em outros tempos e lugares.
- As relações de parentesco: mudanças nos diferentes tempos e espaços.
- As diferentes estruturas familiares hoje, tais como: pai, mãe e filho; pai, mãe e filhos; pai e filho; pai e filhos; mãe e filho; mãe e filhos; avós e neto, avós e netos; tios e sobrinho, entre outros.
- Cotidiano das famílias hoje.
- Cotidiano das famílias de outros tempos e espaços: famílias indígenas, famílias afro-descendentes, famílias do Brasil colonial, outras famílias.
- Participação dos integrantes da família nos diferentes grupos sociais: família, escola, comunidade.
- Direito à cidadania

- Direito das crianças, hoje, a: saúde, alimentação, moradia, educação, lazer, assim como participação em atividades nos diferentes grupos sociais, como a família, a escola e a comunidade.
- Dever das crianças hoje: estudar.
- Crianças de outros tempos: infância das pessoas com as quais convive.
- Respeito à diversidade cultural, étnica, religiosa, de gênero, etária (criança, idoso); pessoas com necessidades especiais.
- Questões sócio-ambientais: o ambiente em que vive.
- Conhecimento e preservação do patrimônio natural e cultural.
- As diferentes manifestações culturais hoje: na comunidade e na cidade de Curitiba.
- Os diversos grupos étnicos e as manifestações artísticas na comunidade e na cidade de Curitiba.
- As diferentes manifestações culturais em outros tempos e espaços: na comunidade e cidade de Curitiba.
- Os diversos grupos étnicos e suas manifestações artísticas.
- Meios multimídia presentes no cotidiano das crianças hoje.
- Meios multimídia presentes no cotidiano das pessoas em outros tempos e espaços.
- Influência da mídia no modo de viver das pessoas hoje.
- Meios de transporte.
- Meios de comunicação.
- Instrumentos cotidianos.

Critérios de Avaliação

Verificar se o estudante:

- Demonstra, em suas produções escritas e orais, que reconhece a si e ao outro como partícipe de diferentes grupos sociais, familiares, escolares e comunitários,

percebendo as diferenças individuais, estabelecendo relações de anterioridade e posterioridade.

- Expressa, em suas atividades escolares orais e escritas, que identifica as diferentes estruturas familiares da sociedade hoje, percebendo a participação dos integrantes do grupo familiar nos diferentes grupos sociais dos quais faz parte, estabelecendo relações de anterioridade e posterioridade.
- Demonstra, em suas produções orais e escritas, que reconhece os direitos e os deveres das crianças, percebendo que eles estão presentes nas convenções sociais escolares e comunitárias e em documentos oficiais.
- Reconhece o ser humano como parte integrante da natureza, numa relação de interdependência, compreendendo a importância das questões sócio-ambientais para a sociedade atual.
- Consegue expressar, em suas atividades escolares individuais e em grupo, que reconhece a presença de diferentes manifestações culturais no seu cotidiano, estabelecendo relações de anterioridade, posterioridade e simultaneidade.
- Demonstra, em suas produções escritas e orais, o entendimento de que existe influência da mídia no modo de viver das pessoas hoje.
- Expressa, em suas atividades escolares orais e escritas, que reconhece os meios de transporte, comunicação, instrumentos cotidianos, bem como as transformações e permanências que ocorrem nos diferentes tempos e espaços.

Área de História Ciclo II – 1.^a e 2.^a etapas – (4.^o e 5.^o anos do Ensino Fundamental de nove anos)

Objetivos

1. Reconhecer como ocorreu a construção e ocupação do espaço paranaense no contexto brasileiro.

2. Compreender a construção da identidade cultural paranaense no contexto brasileiro, percebendo as diversidades culturais, étnicas e religiosas resultantes desse processo.
3. Compreender que o conceito de cidadania se constrói historicamente, percebendo as mudanças e permanências que ocorrem em diferentes contextos históricos nacionais.
4. Reconhecer a organização econômica, social e cultural do Paraná, estabelecendo relações com o contexto brasileiro, nos diferentes tempos e espaços.
5. Compreender como se constitui a organização política do Paraná e de Curitiba no contexto brasileiro, percebendo as mudanças e permanências que ocorrem nos diferentes momentos históricos.
6. Reconhecer movimentos políticos, sociais e culturais que ocorrem em diferentes momentos históricos nacionais, estabelecendo relações com Curitiba e Paraná nesse contexto.
7. Reconhecer o processo das transformações tecnológicas que ocorrem nos meios de transporte e de comunicação e nos instrumentos cotidianos, identificando os impactos por elas produzidos na sociedade brasileira, em diferentes tempos e espaços.
8. Refletir sobre o papel da mídia como um dos agentes modificadores dos padrões de conduta e do modo de viver das pessoas na sociedade.

Conteúdos

- Regiões habitadas pelos povos indígenas; caminhos indígenas.
- Primeiros núcleos de povoamento: dos espanhóis, como: Ontiveros, Ciudad Real Del Guayrá; dos portugueses, como: Paranaguá, Curitiba.
- Núcleos de povoamento imigratório.
- Povoamentos de migrações internas.
- Cotidiano: dos primeiros habitantes – as diferentes nações indígenas; dos europeus; dos povos trazidos do continente africano; dos imigrantes; dos migrantes.
- Diversidades culturais, étnicas, religiosas.

- Direitos e deveres constitucionais de homens e mulheres – crianças, jovens e idosos, na sociedade atual: Distância entre os direitos e deveres constitucionais e as vivências cotidianas: problemas com saúde, educação, desemprego, preconceitos étnicos e religiosos.
- Patrimônio histórico – cultural: valorização e preservação.
- Cidadania em diferentes contextos históricos: O cidadão no: Brasil Colônia; Brasil Império; Brasil República.
- As questões econômicas no Brasil, em diferentes contextos históricos, no Paraná e em Curitiba: chegada dos europeus; exploração do pau-brasil; agromanufatura da cana-de-açúcar; extração do ouro; pecuária: tropeirismo; extração da erva-mate e da madeira; agricultura; industrialização, hoje e em outros tempos;
- Questões de terras no Brasil, nos diferentes contextos históricos: ocupação; êxodo rural; conflitos sociais, hoje e em outros tempos.
- Questões ambientais no Brasil, nos diferentes contextos históricos, hoje e em outros tempos.
- Paraná no Brasil Colônia: Paranaguá elevada à categoria de Vila – 1648. Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba – 1693.
- Paraná no Brasil Império: Emancipação Política do Paraná – 1853: Curitiba – capital da Província do Paraná.
- Paraná no Brasil República: Estado do Paraná – 1889: Curitiba – capital do Paraná.
- Revolução Federalista (1893-1895): Lapa e Curitiba.
- O Contestado (1912-1916).
- Paranismo (final séc. XIX – início séc. XX).
- Transformações tecnológicas – ontem e hoje: meios de transporte; meios de comunicação; instrumentos cotidianos.
- Impactos produzidos pelas transformações tecnológicas na sociedade brasileira, em diferentes tempos e espaços.
- Indústria cultural.

- Os instrumentos midiáticos e os usos para manipulação de informações: a propaganda; a música; os programas de massa; jornais e revistas; os folders e panfletos, entre outros.
- Mídia como agente modificador de padrões de conduta, em diferentes tempos e espaços.

Critérios de Avaliação

Verificar se o estudante:

- Expressa, em suas atividades escolares, que reconhece como ocorreu a construção e a ocupação do espaço paranaense, estabelecendo relações de anterioridade, posterioridade e simultaneidade nesses diferentes contextos.
- Demonstra, em suas argumentações orais e escritas, que compreende como ocorre a construção da identidade paranaense no contexto brasileiro, percebendo as diversidades culturais, étnicas e religiosas.
- Demonstra, em suas produções orais e escritas, que reconhece o que é ser cidadão na sociedade brasileira atual, percebendo as mudanças e permanências que ocorrem em diferentes contextos históricos.
- Demonstra, em suas produções orais e escritas, que reconhece a organização econômica, social e cultural do Paraná, nos diferentes momentos históricos.
- Expressa, em suas produções escolares, que compreende como se constitui a organização política do Paraná e de Curitiba no contexto brasileiro, percebendo as mudanças e permanências que ocorrem nesses diferentes momentos históricos.
- Demonstra, em suas produções orais e escritas, que reconhece a ocorrência de movimentos sociais no contexto brasileiro, estabelecendo relações desses movimentos com Curitiba e Paraná.

- Reconhece as transformações tecnológicas ocorridas na sociedade brasileira, percebendo os impactos produzidos por essas transformações, em diferentes tempos e espaços.
- Demonstra, em suas produções escritas e orais, o entendimento de que existe influência da mídia nos padrões de conduta e no modo de viver das pessoas na sociedade atual.

LÍNGUA PORTUGUESA

Fundamentos teórico-metodológicos para área de Língua Portuguesa.

O domínio da língua portuguesa, falada e escrita, é condição para as aprendizagens escolares e para a sobrevivência digna dos cidadãos em uma sociedade letrada e informatizada.

Conforme SOARES (1995), há duas grandes dimensões no alfabetismo: a individual e a social. Na dimensão individual, compreende-se o alfabetismo como atributo pessoal, que se refere à posse individual de habilidades de leitura e de escrita.

Na dimensão social, o alfabetismo é um fenômeno cultural, que se refere a um conjunto de atividades sociais que envolvem e demandam o uso da língua escrita. Por conseguinte, analfabetismo é a incapacidade absoluta de ler e de escrever.

No Brasil, 6% dos cidadãos que vivem na área urbana e 14% dos que vivem na área rural são analfabetos. Na Região Sul, são 5%. No caso de Curitiba, o analfabetismo atinge aproximadamente 3% da população. Isso significa que em torno de quarenta mil pessoas não conseguem realizar tarefas simples que envolvem decodificação de palavras e frases.

Desde 2005, o Projeto Ler é um Direito integra o Programa Qualidade da Educação. Esse projeto tem como objetivos identificar, localizar e reencaminhar às escolas municipais de Curitiba todos os jovens e adultos que ainda não sabem ler e escrever para que tenham oportunidade de melhorar sua capacidade de agir na sociedade, em que a leitura e a escrita são condições básicas de sobrevivência. Alguns

resultados positivos já estão sendo observados e, em breve, ter-se-á, além de um novo panorama geográfico do alfabetismo em Curitiba, uma sensível diminuição do índice de analfabetismo da cidade. Com o empenho observado de todas as equipes escolares, é possível que o índice de analfabetismo se aproxime de zero, resultado que se pode esperar dos processos educativos de uma capital brasileira na atualidade.

O índice de analfabetismo de uma cidade está relacionado ao nível de qualidade da educação que ela oferece; da mesma forma, seu índice de alfabetismo funcional e as condições de letramento da população.

Questões fundamentais

O analfabetismo funcional brasileiro chega a 76% na área rural e a 65% na área urbana, isto é, mais da metade dos brasileiros têm dificuldades para compreender e interpretar textos. Esses brasileiros são pessoas que tiveram acesso à escola, mas os conhecimentos de leitura e de escrita adquiridos não foram suficientes para que pudessem exercer de maneira plena as práticas da cultura letrada; estão entre os que conseguem ler títulos ou frases, localizando uma informação bem explícita em um texto (alfabetizado de nível rudimentar) e os que conseguem ler um texto curto, localizando uma informação explícita ou que exija uma pequena inferência (INAF, 2005)8.

Uma pessoa é alfabetizada funcional quando é capaz de utilizar a leitura e a escrita de forma independente para resolver problemas de seu contexto social e usar suas habilidades para continuar aprendendo e se desenvolvendo ao longo da vida. Analfabetismo funcional, por outro lado e indiretamente, refere-se aos resultados dos processos de ensino da língua portuguesa, isto é, dos resultados dos processos escolares.

Analfabetos funcionais, em resumo, são pessoas que passaram pela escola, mas não construíram as habilidades de leitura e de produção textual suficientemente, isto é, de forma que possam realizar autonomamente as tarefas cotidianas que envolvem o uso de informações escritas. Tomando-se por base estudos brasileiros por

amostragem, os índices de analfabetismo funcional giram em torno de 67% por cento na Região Sul (INAF, 2005).

Hoje avança-se para o entendimento de que, além de ter como função primordial a sistematização da inserção dos estudantes no mundo letrado por meio dos processos de alfabetização, a escola é responsável pela consolidação dos processos iniciais de letramento de todos os cidadãos que a ela têm acesso. Sabe-se que esse processo é possibilitado aos estudantes quando as situações didáticas se dão pelo uso efetivo de diferentes linguagens, em diferentes práticas sociais.

Os resultados e as condições

As crianças são capazes de aprender muito mais do que os resultados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica estão a demonstrar (RIBEIRO, 2002) e que professores alfabetizadores são capazes de auxiliar efetivamente na melhoria substancial desses resultados.

Hoje, as crianças vivem num mundo onde os instrumentos culturais que estão disponíveis para os adultos também estão ao seu alcance e é comum o dito que crianças e jovens têm total desenvoltura no uso de novas tecnologias; que é mais fácil para eles usarem diferentes programas de computação do que para os adultos. Isso é um indicativo de que é preciso investir mais nas dinâmicas pedagógicas no sentido de elas se realizarem como verdadeiras práticas sociais, superando a falta de aprofundamento dos conteúdos escolares, fator limitador do desenvolvimento das competências e das habilidades necessárias à formação da cidadania.

Se as condições de letramento dos cidadãos implicam nas suas condições de atuação na sociedade e se a alfabetização é condição para os processos de letramento, a função do(a) professor(a) – alfabetizador(a) adquire importância fundamental na atualidade e, em especial, em nossas escolas, cujas equipes têm manifestado preocupação com o fato de que muitas crianças que já avançaram do primeiro ciclo de aprendizagem não têm domínio da leitura e da escrita.

É preciso que os/as alfabetizadores(as) se sintam responsáveis pelas decisões sobre os procedimentos metodológicos que norteiam o seu trabalho de sala de aula; que tenham o apoio técnico necessário para o desenvolvimento de dinâmicas didáticas adequadas à construção da aprendizagem da linguagem escrita e que tenham acesso a saberes científicos que sustentem ações pedagógicas efetivas.

Aprendizagem da língua materna e de outras linguagens

Nos últimos vinte anos, mudanças significativas têm ocorrido nas dinâmicas de sala de aula no que se refere à formação de leitores e de escritores. Elas advêm da incorporação escolar das novas linguagens, decorrentes do avanço tecnológico; das pesquisas sobre como crianças aprendem e sobre como são construídos histórica e individualmente os saberes lingüísticos.

A garantia do direito à educação plena a todos os cidadãos passa pela condição de todos saberem ler e escrever, e essa condição social precisa ser atendida nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Alfabetização e letramento

Entende-se alfabetização como o processo de aquisição da leitura e da escrita pela criança: é o “processo decifrativo do código na leitura e o processo composicional do código na escrita” (SOARES, 1998). E letramento como o “resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como conseqüência de ter-se apropriado da escrita” (SOARES, 2002).

Afirmar que uma pessoa está alfabetizada significa dizer que ela já se apropriou do funcionamento do sistema alfabético e de outros microaspectos da linguagem escrita. Estar ou não alfabetizado traz implicações para o processo de aprendizagem escolar e social; disso depende, em primeira instância, a condição de letramento de um cidadão, cujo processo não tem um fim definido, pois acontecerá durante toda a vida e está relacionado a diferentes áreas do conhecimento.

O início do processo de alfabetização de uma pessoa também não pode ser precisado, pois a aquisição da linguagem escrita pela criança inicia antes mesmo de sua vida escolar.

Um cidadão está alfabetizado, portanto, e em processo de letramento, quando tem domínio de práticas sociais da escrita e da leitura e é capaz de utilizá-las como meios para fazer análises da realidade e nela intervir.

Construção de escrita e de texto

Em qualquer sala de alfabetização, encontram-se crianças com diferentes compreensões do que seja a escrita; com diferentes entendimentos sobre o funcionamento do sistema alfabético; com diferentes construções conceituais sobre os micro e os macroaspectos textuais. Encontram-se também crianças com a consciência fonológica desenvolvida por conta de experiências anteriores com a sonoridade e a musicalidade verbal, e crianças que sequer foram levadas a constatar que a fala pode ser segmentada em sons de curta duração e diferentes entre si – sons que podem ser repetidos, parecidos ou confundidos se os ouvidos não estiverem *atentos voluntariamente*.

É nesse contexto de diversidade conceitual, externa e interna à sala de aula de alfabetização, que professores definem suas estratégias de ação. E estas só podem ser definidas em função das necessidades de aprendizagem que apresentam as crianças. Portanto, entende-se que está correto o procedimento docente que, baseado em uma avaliação rigorosa da condição de desenvolvimento e de aprendizagem das crianças, vale-se tanto da abordagem metodológica textual quanto da fônica, pauta-se na ênfase nos aspectos microtextuais sem descontextualizá-los da unidade de significado que é o texto. Mas descontextualizar é diferente de sistematizar.

Sistematização do trabalho docente

Se em um dado momento foi entendido que bastava a criança ter contato com a escrita para que viesse a aprender a ler e escrever, hoje tem-se clareza de que essa aprendizagem só ocorre se estiver inserida em práticas sociais relevantes a um

contexto espacial e temporal; se for dinamizada por interações verbais e escritas significativas; e se contemplar tanto o significado textual quanto as unidades menores da linguagem escrita que o compõem. Isso quer dizer que tanto padrões enunciativos quanto padrões silábicos precisam ser sistematicamente abordados; que tanto o uso e composição de diferentes gêneros textuais em sala quanto a análise da aplicação e do que representam as unidades menores da linguagem escrita nesses textos precisam ser efetivados.

Considerações sobre o ler e escrever

“Todo texto tem a leitura como horizonte” (BARRETO, 2004, p.8) logo é preciso que se resgate a importância desse enunciado considerando pelo menos quatro aspectos das relações entre leitores e sentidos de textos:

- 1 - a decodificação no sentido singular e explícito;
- 2 - a interpretação como desvelamento de sentidos;
- 3 - a compreensão dos sentidos historicamente possíveis;
- 4 - a possibilidade da livre atribuição de sentidos pelo sujeito-leitor.

Sabe-se que um texto não é uma sucessão de frases, que seu estudo deve superar o tratamento didático linear e mecânico, aquele que se caracteriza por se ater ao que está explícito na sua forma literal, que não se pode privilegiar a metalinguagem, mas os significados que se constroem por meio de diferentes leituras e que a abordagem didática de textos implica uma concepção de linguagem como fundamento.

Linguagens, discurso e texto

Produzir linguagens significa produzir discursos, ou seja, dizer algo para alguém, de uma determinada forma, num determinado contexto.

O texto como objeto de estudo

A principal manifestação de discursos acontece lingüisticamente por meio do texto, que é o objeto de estudo da atividade discursiva em seu todo significativo, ou seja, uma seqüência verbal constituída por um conjunto de relações que se estabelecem a partir da coesão e coerência. Dessa forma, um texto só é texto quando pode ser compreendido como unidade significativa global¹⁰, isto é, ao apresentar textualidade¹¹, caso contrário não passa de uma série de frases desconexas.

No ensino da língua materna, objetiva-se formar cidadãos capazes de compreender e emitir textos adequados aos diferentes contextos e práticas sociais. Para isso, durante a vida escolar, os estudantes devem operar, progressivamente, sobre diferentes *gêneros textuais*, visto que a produção humana se dá por intermédio de estruturas lingüísticas relativamente estáveis, compatíveis, em número, à variedade de atividades humanas (BAKHTIN, 1953;1979).

Leitura – Condição básica para a formação da cidadania

Por meio da leitura de diversos textos, constrói-se a compreensão de diferentes visões de mundo e de caminhos lingüísticos para a expressão de idéias, propósitos, sentimentos e fazeres. Quanto mais se lê, mais se desenvolve a capacidade interpretativa. Por essa razão, a prática de leitura na escola precisa ser priorizada diariamente.

Desde o processo de alfabetização, precisa-se desenvolver com os estudantes a noção de que ler não é apenas identificar sons, reconhecer palavras (decodificação) e ter domínio dos aspectos mecânicos da leitura: ritmo, fluência e entonação. Ler implica também perceber o que está explicitado, subentendido ou omitido em um texto e ainda processos de análise e de síntese, que levam à compreensão da intenção do autor e ao estabelecimento de relações entre diferentes formas expressivas e de visão de mundo.

Leitores autônomos e competentes são capazes de interagir com os textos: emitem opiniões, fazem questionamentos, revêem suas idéias e valores prévios, ampliam suas visões de mundo.

Formar bons leitores

Para formar bons leitores, precisa-se de bons textos orais e escritos, entre os que circulam socialmente. Bons textos são os que possuem significação, ou seja, intencionalidade, interlocução e linguagem apropriada para o interlocutor, e que acrescentam informações e subsídios lingüísticos. Um bom texto encanta os leitores de diferentes maneiras. No ensino da leitura, bons textos são os que encantam pela leitura em si.

Em sala de aula, o trabalho com a leitura deve oportunizar ao estudante/praticante da leitura a interação com o lido/ouvido, isto é, a tomada de consciência do sentido do texto em um dado momento e situação, o que ocorre também em função de suas experiências sociais e lingüísticas anteriores. É preciso que o estudante seja levado a testar e verificar suas hipóteses interpretativas, o que pode ocorrer por meio de leituras sucessivas, pela interação com seus pares e com adultos capazes de elaborar questionamentos instigantes, estimulantes e motivadores de busca por mais leituras. Portanto, a interferência do professor é necessária para que aprendizagem de leitura se efetive e se construa como prática social consciente.

Para aprimorar e ampliar as práticas de leitura na escola é preciso entender, em primeiro lugar, que o “contato” do cidadão com materiais escritos não é suficiente para que ele aprenda a ler ou adquira o hábito da leitura. São necessárias práticas efetivas de leitura, as quais se dão a partir de interações sociais e caminham para processos intra-pessoais autônomos.

A prática de leitura deve levar os estudantes a reconhecerem e a buscarem nela a informação, o divertimento, o estudo e o aprendizado.

É preciso:

- Disponibilizar coletâneas de textos com assuntos variados e retirados de várias fontes (textoteca).
- Oportunizar situações em que os estudantes selecionem e compartilhem leituras entre si.
- Promover a discussão sobre diferentes textos presentes em diferentes obras lidas e também sobre seus autores.

- Disponibilizar um acervo de livros, jornais e revistas para que os estudantes possam escolher entre vários os que desejam ler.
- Orientar registros sistemáticos sobre as obras lidas, tais como: nome do autor, título da obra, editora, data, comentários pessoais.
- Instigar a análise de diferentes linguagens interligadas em textos e hipertextos.
- Incentivar visitas a bibliotecas e explicitar suas formas de organização.
- Ler muito para e com os estudantes, diariamente.

Tais práticas colaboram para a formação de leitores reflexivos e proficientes, capazes de ler funcionalmente, ou seja, leitores que não apenas decodifiquem as letras e os sinais gráficos, mas que leiam com compreensão e atenção voluntária.

Cada situação de leitura tem seus motivos e objetivos, relacionados diretamente às práticas culturais, ao interesse pessoal do leitor e à diversidade de textos aos quais ele tem acesso. Em situações escolares, segundo MORAES, BRANCO e MARINHO (2004), observa-se que se lê para:

- obter uma informação precisa (ex.: consulta ao dicionário);
- seguir instruções (ex.: regras para um jogo);
- obter uma informação de caráter geral (ex.: leitura somente de manchetes, lides ou chamadas em um jornal);
- aprender (ex.: pesquisa ou estudo elaborando resumos);
- revisar um escrito próprio (ex.: auto-correção das produções escritas);
- comunicar um texto a um auditório (ex.: leitura de poesia em uma apresentação);
- praticar a leitura em voz alta (com a finalidade de incentivar os estudantes a lerem com clareza, rapidez, fluência);
- verificar o que se compreende (verificar a compreensão do texto, respondendo a perguntas de entendimento).

Tais práticas tornam-se mais eficientes se tiverem base em diferentes gêneros textuais, o que auxilia na formação de leitores capazes de escolher o suporte mais adequado para suas intenções sócio-comunicativas, orais ou escritas. E realizam-se em articulação com as práticas de oralidade e de escrita. Se as práticas decorrentes do trabalho com esses gêneros forem sistematicamente exercidas, podem formar leitores

competentes para realizar críticas e reflexões, que atribuam sentido ao que lêem e articulam as informações dos textos com as que já possuem.

Na escola, não se pode restringir apenas à leitura acadêmica, pois a leitura literária é imprescindível para a formação do leitor. Ela auxilia no reconhecimento e no desenvolvimento de diferentes percepções sobre o mundo real e na projeção e/ou imaginação sobre o viver humano em diferentes tempos e espaços culturais.

Literatura

Para que a inserção no mundo escrito ocorra de maneira agradável, uma estratégia bastante produtiva é propiciar ao estudante a possibilidade de adentrar nesse território por meio da leitura literária. É da competência de todos fazer da leitura uma atividade prazerosa, quer seja por meio da narrativa ficcional, quer seja pela poesia, gêneros literários que trazem, por sua natureza lúdica, estreita vinculação com o imaginário.

A narrativa ficcional compreende desde os contos clássicos – Chapeuzinho Vermelho, Cinderela, Branca de Neve – até prosas mais atuais, como as criadas por Ruth Rocha, Sylvia Orthof, João Carlos Marinho, Bartolomeu Campos de Queirós e outros autores contemporâneos.

Já a poesia segue, na atualidade, a premissa de leitura por prazer. Há especificidades temáticas e estruturais que conferem à poesia infantil um caráter lúdico e vivenciável, tratando de assuntos como o bichinho de estimação, a brincadeira com os amigos, as paixões da infância, o ser criança, entre outros. Hoje, a poesia utiliza os recursos lingüísticos tendo por foco a estética e a sensibilidade do texto, rompendo os limites fonológicos e apresentando rimas muito mais livres, marcação de ritmo bastante musicalizada, vocabulário acessível, frases sem inversões. Enfim, ela se estrutura atualmente de modo a se tornar muito mais agradável e próxima do leitor.

No trabalho com a literatura em sala de aula, tão importante quanto analisar o que a obra diz é perceber como ela o diz.

Práticas de oralidade

A maior parte da comunicação de nossa sociedade se dá pela oralidade, mesmo sendo uma sociedade letrada. É por meio da linguagem oral que o ser humano se desenvolve como participante de uma determinada cultura.

Ao ingressar na escola, porém, o estudante traz uma bagagem oral própria do grupo social no qual está inserido, que em momento algum deve ser ignorada.

Não cabe à escola questionar se o falar deste estudante está correto ou não, o que cabe é ensinar-lhe a modalidade oral padrão e ajudá-lo a perceber que a fala deve ser adequada à situação e ao interlocutor. Nesse trabalho, o professor deve ter cuidado para não reforçar o preconceito lingüístico, respeitando os diferentes modos de falar.

Para que os estudantes percebam os diferentes falares, é necessário que o professor oportunize em sala de aula atividades que ampliem sua forma de expressão, principalmente em momentos que estejam em grupos, nos quais devem ouvir e falar. Dessa maneira, eles podem (re)elaborar argumentos a partir de novas informações, construir conceitos, incorporar novas palavras e significados, compreender e avaliar o que ouvem e falam.

As atividades propostas para o trabalho com a oralidade não são exclusivamente para a disciplina de Língua Portuguesa, ao contrário, devem ser utilizadas em todas as áreas do conhecimento. Os estudantes devem ser levados a:

- Ordenar conteúdos para organizar falas.
- Participar de palestras e debates com apoio de roteiros.
- Elaborar esquemas, cartazes ou transparências para assegurar melhor controle da própria fala durante exposições.
- Conversar sobre assuntos alheios aos conteúdos escolares.
- Realizar auto-avaliações.
- Dramatizar textos ou situações do cotidiano.
- Participar de rodas de leitura.
- Discutir de maneira improvisada ou planejada sobre um tema polêmico.
- Entrevistar pessoas que possam ajudar a compreender determinados temas.
- Argumentar a favor ou contra determinadas posições.

- Expor trabalhos (escolares) em público.
- Representar textos teatrais ou adaptações de outros gêneros, explorando tom de voz, ritmo, aceleração e timbre.
- Falar, escutar e refletir sobre a linguagem oral, seus usos e suas diferentes formas de manifestação devem ser estratégias constantes em sala de aula, em todas as áreas do conhecimento, de forma a possibilitar ao estudante a utilização adequada da modalidade oral em qualquer situação.

Prática da escrita

Conceber a linguagem como sistema de interação entre os seres humanos e reconhecer que sua apreensão se dá por meio de práticas sociocomunicativas traz algumas implicações importantes a serem observadas pela escola.

Partindo do trabalho com a idéia de representação, por meio da observação e análise de símbolos, logotipos e logomarcas, chega-se ao texto como um todo significativo constituído na forma escrita, a qual depende, na Língua Portuguesa, do alfabeto como conjunto de símbolos convencionados socialmente. O trabalho com a idéia de representação é essencial para que a criança perceba que há convencionalidade nos símbolos como as cores e as formas, e que a organização do sistema gráfico é perpassada pela mesma lógica, pois grafemas são utilizados para que se possa ter o entendimento visual das palavras na língua escrita. É necessário que os estudantes percebam que a situação e o interlocutor

São elementos determinantes da produção e devem compor, primordialmente, o rol de conhecimentos necessários para a elaboração de seus textos. No entanto, tais encaminhamentos metodológicos não podem prescindir de sistematização com as unidades menores da língua especialmente no processo de alfabetização. Isso quer dizer que, nos primeiros anos escolares, a criança precisa ser levada a identificar as relações fonema-grafema padronizadas e empregá-las.

Este trabalho deve ser sistemático em sala de aula, envolvendo dinâmicas corporais, visuais, auditivas e enunciativas na resolução de problemas que compõem o construtor básico da cognição. Ainda, segundo SOARES (apud RIBEIRO, 2003, p. 91) "... alfabetização é o processo pelo qual se adquire o domínio de um código e das

habilidades de utilizá-lo para ler e escrever, ou seja: o domínio da tecnologia – do conjunto de técnicas – para exercer a arte e a ciência da escrita.

Ao exercício efetivo e competente da tecnologia da escrita denomina-se letramento”. O processo de letramento é gradativo e implica habilidades de ler ou escrever para atingir diferentes objetivos, como informar ou informar-se, interagir com os outros, imergir no imaginário, seduzir ou induzir, divertir-se, para orientar-se, apoiar a memória. O texto um portador de significado, partindo dele é que deverá iniciar-se um trabalho de análise da língua, pois ele possui todos os recursos gráficos significativos que devem ser analisados e sistematizados, começando pelo próprio código convencional da escrita.

A coesão, a coerência, as concordâncias e a consideração ao interlocutor e à situação são fundamentais para o processo de produção textual, porém não são apenas esses os aspectos que devem ser trabalhados, pois o código componente da linguagem verbal, na língua portuguesa, é alfabético e organizado em sílabas que compõem uma série de padrões.

Trabalhar intensivamente com os variados padrões silábicos que existem na língua portuguesa auxiliará a percepção de como se estrutura a palavra, a ortografia e a prosódia (som). Falar, ler, repetir enunciações, recompor palavras, identificar, escrever e compor frases que contemplem tais padrões são práticas diárias obrigatórias, além da leitura textual.

Esse trabalho deve ser sistematizado constantemente em sala de aula. Partindo-se do todo (texto), procede-se à análise das palavras, das sílabas e das letras, e faz-se o trabalho com as unidades menores da língua, por meio de troca, supressão e acréscimo de letras e sílabas nas palavras trabalhadas.

A reflexão acerca dos padrões silábicos e das possíveis relações entre letras e sons compõe atividade essencial de análise lingüística (reflexões sobre os elementos da língua utilizados no texto) no Ensino Fundamental. Portanto, os componentes da linguagem verbal escrita devem ser abordados por meio da análise lingüística, pois esta é uma estratégia para sistematização dos elementos que integram os diversos textos que circulam socialmente.

Análise Lingüística

A análise lingüística é o processo pelo qual se sistematizam normas gramaticais dentro de um contexto de uso referenciado. Por meio dela, os usuários da língua se apropriam da organização lingüística, sem necessariamente decorar regras isoladas da linguagem verbal, pois o processo prevê uma situação prévia de uso significativo dos elementos lingüísticos do texto analisado.

Com base nessa análise do texto, a utilização da linguagem faz sentido para o aprendiz, visto que relega a segundo plano a nomenclatura gramatical e traz à tona o aspecto mais importante de um idioma: seu uso efetivo em situações reais de interação.

É preciso que os textos dos quais advenham os usos que se pretende analisar e sistematizar considerem situação e interlocutor, além de possuírem significado para os leitores em questão, porque somente nessas condições a organização normativa da linguagem verbal (gramática – morfologia – sintaxe) fará algum sentido para o aprendiz.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa sugerem o eixo USO-REFLEXÃO-USO como articulador da aquisição da língua, considerando a análise lingüística como a REFLEXÃO a respeito dos mecanismos da linguagem, que, advinda de uma situação de uso significativo, deve culminar em outra situação, reelaborada, também de uso significativo.

É necessário tomar muito cuidado para que o texto não se torne um mero *pretexto* para a sistematização gramatical. É fundamental que os elementos analisados lingüisticamente para posterior sistematização sejam relevantes para a compreensão do texto como veiculador de significados¹⁵.

Um exemplo clássico seria a utilização da letra da música “Construção”, de Chico Buarque, para a sistematização das proparoxítonas, o que reduziria a mensagem e tornaria todas as demais articulações textuais irrelevantes, desconsiderando a especificidade musical da produção. Antes, é preciso levar o estudante a reflexões sobre o que levou o autor do texto a utilizar uma ou outra forma de expressão lingüística. Deve-se ressaltar o papel significativo que é inerente ao texto.

A respeito da nomenclatura gramatical, o professor deverá ser criterioso para selecionar o que é ou não relevante. Noções de número (plural, singular) e de gênero

(masculino, feminino), bem como algumas categorias clássicas (verbo, substantivo, adjetivo) e suas respectivas concordâncias devem ser sistematizadas sempre que forem significativas no contexto do qual foram extraídas.

A análise lingüística deve compor todos os níveis de ensino da linguagem, sendo mais necessária no Ensino Fundamental, quando os estudantes estão se apropriando do uso da língua portuguesa e sistematizando a utilização dos elementos lingüísticos componentes do texto.

Área de Língua Portuguesa Ciclo I – Etapa Inicial, 1.^a e 2.^a etapas – (1.^o, 2.^o e 3.^o anos do Ensino Fundamental de nove anos)

Objetivos

- Expressar sentimentos, opiniões e experiências pessoais em diversas situações comunicativas.
- Recontar fatos e histórias do cotidiano organizando suas idéias e seguindo uma seqüência lógica, ainda que com a mediação do professor.
- Utilizar argumentos coerentes em suas exposições orais em sala de aula.
- Ler textos (verbais e não-verbais) em diversos gêneros textuais, atribuindo-lhes significação, reconhecendo a intencionalidade e o processo de interlocução.
- Ler textos (verbais e não-verbais) de variados gêneros em voz alta, demonstrando capacidade de transposição fonografológica (relação fonema/grafema).
- Utilizar sistema gráfico da língua de forma adequada, reconhecendo sua organização alfabético-silábica e as possíveis relações fonema/grafema.
- Considerar o interlocutor¹⁶ e a situação em suas produções, respeitando as várias possibilidades estruturais dos gêneros trabalhados.
- Produzir textos (palavras, frases) coesos e coerentes, a partir dos conhecimentos e organização sintático¹⁸-morfológica da linguagem.

- Reconhecer a necessidade de acentuar e pontuar suas produções, percebendo a necessidade destes recursos e sua relação direta entre os recursos de acentuação e pontuação e a oralidade.
- Perceber a necessidade de melhorar seus textos por meio do aprimoramento da linguagem e do uso de elementos lingüísticos apropriados.
- Reconhecer que há diferentes formas de falar de acordo com a situação.
- Reconhecer a leitura fruição (prazer) do texto literário.

Conteúdos

- Idéia de representação.
- Escrita como sistema de representação.
- Alfabeto como conjunto de símbolos convencionais da escrita.
- Relação fonema/grafema.
- Direção da escrita.
- Espaçamento entre palavras.
- Unidade temática.
- Elementos de apresentação (título ou vocativo, data, autor).
- Unidade estrutural.
- Seqüência lógica.
- Paragrafação.
- Sinais de acentuação (grave, circunflexo, agudo).
- Sinais gráficos (til, trema, hífen, cedilha, apóstrofo).
- Elementos coesivos (pronomes, sinônimos).
- Argumentação.
- Ampliação vocabular.
- Concordância verbal (tempos presente, passado e futuro/número: singular e plural).
- Concordância nominal (número, gênero e grau).
- Uso de letras maiúsculas e minúsculas.

- Sinais de pontuação (ponto-final, interrogação, exclamação).
- Legibilidade (traçado correto das letras).
- Segmentação das palavras.
- Discurso direto e indireto.

Critérios de Avaliação

Verificar se o estudante:

- Participa de situações que envolvam usos da linguagem oral no cotidiano escolar, respeitando as opiniões do outro e considerando os diferentes modos de falar.
- Relata experiências do cotidiano estabelecendo relação entre os fatos e seguindo sua seqüência cronológica ainda que com ajuda.
- Reconta histórias ouvidas e/ou lidas, evidenciando seus elementos relevantes.
- Expressa sentimentos e opiniões, procurando adequar-se ao interlocutor e à situação.
- Utiliza adequadamente os símbolos próprios da escrita, respeitando a convenção ortográfica, ainda que não o faça com precisão.
- Demonstra reconhecimento do processo de interlocução e da função social da linguagem.
- Lê em voz alta demonstrando, gradativamente, ritmo, fluência e entonação.
- Faz uso de elementos coesivos (pronomes, sinônimos), com a maior adequação possível, mantendo clareza e coerência na veiculação escrita de suas idéias.
- Preocupa-se com os elementos de apresentação (título ou vocativo, autor, data, espaço para evidenciar parágrafos, margem) e legibilidade (traçado da letra) de seu texto.
- Utiliza os sinais de pontuação mais elementares (ponto-final, interrogação e exclamação).

- Faz uso dos mecanismos estruturais (organização do texto) caracterizadores dos gêneros trabalhados, ainda que com ajuda do professor.
- Reescreve seus textos adequando-os, da melhor maneira possível em aspectos de apresentação, legibilidade, concordância verbal e nominal, coesão e coerência, com auxílio do professor e colegas.

Todos os conteúdos devem ser trabalhados em textos de diferentes gêneros, na perspectiva do eixo USO–REFLEXÃO–USO, abordando as três práticas do ensino de língua portuguesa – oralidade, leitura e escrita –, conforme algumas estratégias listadas no quadro a seguir.

Práticas no Ensino-Aprendizagem de Língua Portuguesa

Oralidade

- Uso da oralidade, refletindo sobre a variedade lingüística em situações reais de sala de aula, tais como: relatórios orais de fatos ocorridos na escola ou não, hora do conto, cantinho da novidade, entre outras.

Leitura

- Identificação das idéias explícitas nos gêneros trabalhados, pois as diferentes maneiras de interagir com o texto são constituídas à medida que se lê e se reflete sobre sua estrutura e função.
- Leitura de textos para a compreensão das idéias principais e percepção da seqüência das idéias.
- A leitura deverá ser apontada, oral, individual, silenciosa, coletiva e jogralizada.
- Análise dos recursos lingüísticos utilizados nos textos, bem como do sistema alfabético.

Escrita

- Produção de textos com clareza e coerência, utilizando a convencionalidade do sistema alfabético.
- Introdução à análise das características formais dos gêneros trabalhados e dos recursos lingüísticos utilizados.
- A reescrita de textos é importante para que o estudante compreenda a organização do sistema convencional (alfabético-silábico) da escrita.

As três práticas de ensino-aprendizagem descritas acima devem estar pautadas no trabalho com os diferentes gêneros textuais, pois eles possibilitam a sistematização dos recursos lingüísticos (análise lingüística) e tornam claros os objetivos que se pretende atingir com a produção de determinado gênero.

Para esse trabalho, sugere-se que alguns gêneros textuais sejam priorizados em cada ciclo.

Objetivos e características de alguns gêneros

Gêneros

- Injuntivos (Instrução): receitas, instruções de jogos.
- Literários: narrativas ficcionais ou não, fábulas, poemas, quadrinhas, parlendas.
- Informativos: reportagens.
- Humorísticos: tiras, histórias em quadrinhos.
- Epistolares: cartas, bilhetes, avisos, cartões, convites, correspondências eletrônicas, (*emails, chats, blogs*, entre outros).

Objetivos

- Dizer como fazer.
- Requerer uma ação.

- Levar à realização de uma ação.
- Contar fatos e/ou acontecimentos, reais ou não.
- Fornecer informações sobre algum assunto, seja de cunho científico, técnico ou cultural.
- Divertir, descontraír.
- Comunicar-se com alguém, podendo a linguagem ser formal ou informal.

Características

Compõe-se de duas partes específicas:

1. O que é necessário para executar determinada tarefa.
2. Como executar a tarefa:
 - Seqüência, em ordem, das ações;
 - objetividade e clareza nos itens;
 - utilização de desenhos no auxílio das ações;
 - emprego de verbos em tempos específicos:
 - imperativo afirmativo ou negativo (faça/não faça);
 - infinitivo impessoal (fazer).
 - Garantir a ordem cronológica dos fatos (ordem dos acontecimentos).
 - Enredo (desenvolvimento dos fatos/idéias).
 - Participação do narrador (onisciente ou personagem).
 - Cenário (onde ocorre a história).
 - Personagens (principais, secundários, etc.).
 - Concisão de idéias.
 - Fidelidade aos fatos.
 - Ausência de impressões pessoais.
 - Quadrinhos apresentados em seqüência cronológica.
 - Fala dos personagens apresentadas em balões.
 - Escrita sucinta.

- Utilização de recursos tais como: balões, traços para indicar movimento, expressões corporais e faciais, símbolos usuais, representação gráfica para indicar sons e ruídos, cores de fundo para o cenário, personagens desenhados sempre em movimento.
- Presença de vocativo (para quem se dirige).
- Presença de assinatura (quem é o autor).
- Data.
- Mensagem específica.

Área de Língua Portuguesa Ciclo II – 1.^a e 2.^a etapas – (4.^o e 5.^o anos do Ensino Fundamental de nove anos)

Objetivos

- Utilizar a linguagem oral, começando a adequá-la às diferentes situações sócio-comunicativas.
- Preocupar-se com a postura e o vocabulário, evitando a utilização de vícios de linguagem tanto na escrita quanto na oralidade.
- Recontar fatos e histórias do cotidiano, seguindo a seqüência lógica das idéias e dos fatos, procurando adequar a linguagem ao interlocutor.
- Defender seu ponto de vista com argumentos consistentes de acordo com as situações apresentadas.
- Ler textos (verbais e não-verbais) de diversos gêneros textuais, atribuindo-lhes significação, reconhecendo a intencionalidade e o processo de interlocução.
- Estabelecer relações do texto lido/ouvido com experiências vividas e/ou com outros textos.
- Ler com autonomia diferentes gêneros textuais, identificando a idéia central neles contida.

- Utilizar o sistema gráfico da língua segundo a convenção, reconhecendo sua organização alfabético-silábica e as possíveis relações fonema/grafema.
- Considerar o interlocutor e a situação como elementos determinantes de atribuição de significado em suas produções, respeitando as várias possibilidades estruturais dos gêneros trabalhados.
- Produzir textos coesos e coerentes a partir de conhecimentos da organização sintático- morfológica da linguagem.
- Acentuar e pontuar suas produções textuais, reconhecendo a necessidade desses recursos e sua relação direta com a oralidade.
- Perceber a necessidade de melhorar seus textos por meio do aprimoramento da linguagem e do uso de elementos lingüísticos apropriados.
- Reconhecer que existem diferentes modos de falar de acordo com a região e o contexto social dos interlocutores.
- Reconhecer a leitura fruição (prazer) do texto literário.

Conteúdos

- Unidade temática.
- Relação oralidade/escrita.
- Idéia de representação.
- Sinais de acentuação (agudo, grave e circunflexo).
- Sinais gráficos (til, cedilha, trema, hífen e apóstrofo).
- Sinais de pontuação (ponto-final, ponto-de-interrogação, exclamação, vírgula, dois-pontos, reticências).
- Unidade estrutural.
- Seqüência lógica.
- Elementos de apresentação (título, vocativo, autor, data).
- Elementos coesivos (pronomes, conjunções, advérbios, preposições, sinônimos).
- Argumentação.

- Expansão de idéias.
- Ampliação vocabular.
- Concordância verbal (tempos: presente, passado e futuro; número: singular e plural).
- Concordância nominal (gênero, número e grau).
- Uso adequado de maiúsculas e minúsculas.
- Legibilidade (traçado correto das letras).
- Discurso direto e indireto.
- Segmentação das palavras.
- Paragrafação.
- Ortografia.

Critérios de Avaliação

Verificar se o estudante:

- Compreende que a linguagem oral a ser utilizada deverá estar de acordo com o interlocutor e a situação em que se encontra.
- Compreende a intencionalidade explícita do texto oral, especialmente do que é veiculado nos meios de comunicação.
- Identifica a intencionalidade do texto oral, respeitando a linguagem utilizada, mesmo não sendo a padrão.
- Defende seu ponto de vista com argumentos próprios, sendo flexível quando necessário.
- Identifica as diferentes funções da leitura (prazer, informação, estudo).
- Manifesta interesse em ler ou ouvir histórias para entretenimento e/ou informação própria ou do outro.
- Lê com autonomia textos verbais e não-verbais, fazendo inferências quando necessário.

- Lê com fluência, ritmo e entonação, respeitando as pausas pontuais e o tom de voz necessário para uma boa leitura.
- Preocupa-se com a postura adequada durante a leitura ao público.
- Interessa-se em compartilhar idéias a respeito dos livros lidos.
- Percebe a intenção inerente ao texto, bem como o caráter interlocutório da linguagem e sua função social.
- Compreende e faz uso dos símbolos convencionais da escrita de forma adequada, respeitando as principais convenções ortográficas.
- Demonstra considerar o interlocutor, a intencionalidade e as características dos gêneros trabalhados nas suas produções.
- Utiliza-se de dicionário ou outras fontes para resolver dúvidas ortográficas.
- Preocupa-se com a legibilidade (traçado da letra) e apresentação (título, vocativo ou manchete, data, autor, espaço para evidenciar parágrafos, margem) em suas produções.
- Organiza e seqüência suas idéias em parágrafos nas suas produções.
- Preocupa-se, ao redigir seu texto, em aproximar-se ao máximo da linguagem padrão.
- Faz uso dos elementos coesivos (pronomes, conjunções, advérbios, preposições, sinônimos) com a maior adequação possível, mantendo clareza e coerência na veiculação escrita de suas idéias.
- Utiliza os sinais de pontuação mais usuais (ponto-final, ponto-deinterrogação, ponto-de-exclamação, vírgula, dois-pontos, reticências) em maior similaridade possível com a norma padrão.
- Faz uso dos mecanismos estruturais (organização do texto) caracterizadores dos gêneros do discurso trabalhados, com determinada autonomia e segurança.
- Reescreve seus textos dando-lhes maior adequação possível, nos aspectos de apresentação, morfologia, sintaxe, coesão e coerência, com auxílio do professor e colegas.

Todos os conteúdos devem ser trabalhados em textos de diversos gêneros, na perspectiva do eixo USO–REFLEXÃO–USO, abordando as três práticas do ensino de língua portuguesa – oralidade, leitura e escrita – conforme algumas estratégias listadas

no quadro a seguir. As três práticas de ensino-aprendizagem acima descritas devem estar pautadas no trabalho com os diferentes gêneros textuais, pois eles possibilitam a sistematização dos recursos lingüísticos (análise lingüística) e tornam claros os objetivos que se pretende atingir com a produção de determinado gênero.

Para esse trabalho, sugere-se que alguns gêneros textuais sejam priorizados em cada ciclo.

Objetivos e características de alguns gêneros

Gêneros

- Injuntivos (Instrução): receitas, instruções de jogos, montagem de brinquedos (pipa, pião, etc.).
- Literários: narrativas ficcionais, fábulas, lendas, poemas.
- Informativos: notícias.
- Publicitários: propagandas, classificados.
- Humorísticos: tiras, histórias em quadrinhos, piadas.
- Epistolares: cartas, bilhetes, avisos, cartões, convites, correspondências eletrônicas (*emails, chats, blogs*, entre outros).

Objetivos

- Dizer como fazer.
- Requerer uma ação. Levar à realização de uma ação.
- Contar fatos e/ou acontecimentos, reais ou não.
- Fornecer informações sobre algum assunto, seja de cunho científico ou cultural.
- Divulgar informações e mensagens com objetivo de influenciar e/ou convencer o leitor a adquirir algum produto, adotar certas atitudes, aceitar idéias.

- Divertir, descontraír.
- Comunicar-se com alguém, podendo a linguagem ser formal ou informal.

Características

Compõe-se de duas partes específicas:

1. O que é necessário para se executar determinada tarefa.

2. Como executar a tarefa:

- Seqüência das ações;
- objetividade e clareza nos itens;
- utilização de desenhos no auxílio das ações;
- emprego de verbos em tempos específicos;
- imperativo afirmativo ou negativo (Ex.:pegue/não pegue);
- infinitivo impessoal (Ex.:pegar).
 - Garantia da ordem cronológica dos fatos (ordem dos acontecimentos).
 - Enredo (desenvolvimento dos fatos/idéias).
 - Participação do narrador (onisciente ou personagem);
 - Cenário (onde ocorre a história).
 - Personagens (principais, secundários, etc.).
 - Concisão de idéias.
 - Fidelidade aos fatos.
 - Ausência de impressões pessoais.
 - Linguagem apelativa.
 - Utilização de outros recursos além da escrita.
 - Diagramação específica.
 - Argumentos procedentes.
 - Originalidade.
 - Quadrinhos apresentados em seqüência cronológica.
 - Fala dos personagens apresentada em balões.

- Escrita sucinta.
- Utilização de recursos tais como: balões, traços para indicar movimento, expressões corporais e faciais, símbolos usuais, representação gráfica para indicar sons e ruídos, cores de fundo para o cenário, personagens desenhados sempre em movimento.
- Presença de vocativo (para quem se dirige).
- Presença de assinatura (quem é o autor).
- Data.
- Mensagem específica.

MATEMÁTICA

Fundamentos teórico-metodológicos para a área de Matemática. A realidade social, cada vez mais dinâmica e complexa, exige o desenvolvimento da autonomia intelectual de todos os cidadãos. Buscando desenvolver essa autonomia na compreensão e interpretação do mundo, a Educação Matemática tem por objeto de estudo “a compreensão, interpretação e descrição de fenômenos referentes ao ensino e à aprendizagem da matemática...” (PAIS, 2002, p. 10).

Esse ensino e essa aprendizagem da Matemática se evidenciam por seus aspectos intrínsecos (relativos à obtenção de pré-requisitos, como técnicas e conhecimentos necessários à continuidade do estudo dentro da própria Matemática); utilitários (na vida cotidiana e profissional); e formativos (representações feitas pelo indivíduo, relacionadas com o seu desenvolvimento intelectual) (RODRIGUES, 1993), aspectos que se complementam na formação de cidadãos letrados.

Letrar-se matematicamente significa aprender a utilizar com compreensão as diferentes linguagens²² matemáticas²³, estabelecendo relações significativas entre elas e mobilizando conhecimentos na solução de problemas relacionados ao mundo do trabalho, da ciência, da vida cotidiana e escolar.

São linguagens matemáticas a:

- Aritmética (estuda os números e as operações numéricas);

- Algébrica (generaliza a aritmética, introduzindo variáveis que representam os números);
- Geométrica (estuda o espaço e as figuras geométricas);
- Probabilística (estuda as hipóteses de ocorrência de acontecimentos – o previsível, o determinado e o que é impossível, possibilitando a descrição, a previsão, a contagem e a representação);
- Gráfica (é a representação de dados numéricos, por meio de gráficos, diagramas e tabelas);
- Lógica (é a ciência do raciocínio e da demonstração, que “...trata das formas de argumentação, das maneiras de encadear nosso raciocínio para justificar, a partir de fatos básicos, nossas conclusões” (MACHADO, 1994, p. 29)).

Essas linguagens matemáticas possibilitam fazer análises qualitativas²⁴ e/ou quantitativas. A construção do conhecimento lógico-matemático ocorre em situações que permitam ao aluno “...desenvolver ações, físicas ou mentais, e refletir sobre essas ações, descobrindo as propriedades lógico-matemáticas subjacentes à situação” (SCHLIEMANN et al., 1995, p. 115), as quais devem ser trabalhadas, inicialmente, por meio de materiais manipulativos. No entanto, não é a simples utilização do material que garantirá a abstração para a construção dos conceitos, mas a reflexão por parte do estudante sobre as situações com as quais se depara. Em termos pedagógicos, a aprendizagem será tão ou mais eficaz quanto mais autênticas forem as situações propostas.

Nesse processo, erros, dúvidas, impasses, lacunas de entendimento serão tão freqüentes quanto as descobertas, os acertos e o encontro de novas soluções. Levando-se em consideração a relação de ensino-aprendizagem, segundo PINTO (2000), deve-se destacar a necessidade de um olhar multidimensional (psicogenético, pedagógico, cognitivo, epistemológico, didático e sociológico) relativo ao erro do estudante. O erro deve ser considerado como parte do processo de construção do conhecimento e como possibilitador de reflexões sobre o processo de ensino-aprendizagem, e o professor, ao observá-lo, poderá fazer intervenções que levem o estudante à reconstrução de determinados conhecimentos.

Não basta que o erro seja apontado. Ele deve ser investigado, discutido e tratado como uma verificação das hipóteses construídas pelos estudantes. Assim sendo, o foco do ensino da Matemática fundamenta-se na Investigação Matemática, a qual pressupõe uma atitude de autonomia, pois instiga o estudante a levantar hipóteses, analisar, relacionar as observações feitas com a representação matemática adequada, argumentar, verificar e interpretar resultados comunicando suas idéias com segurança.

A ênfase deve ser dada às estratégias de pensamento do estudante. Parte-se do pressuposto de que é por meio da Investigação Matemática realizada em diferentes contextos – científicos, sociais, econômicos, ambientais, entre outros –, que algumas das metodologias de ensino devem ser abordadas. Essas metodologias podem ser tratadas de forma a permear todo o trabalho com a Matemática, uma vez que utilizamos a Resolução de Problemas dentro da Modelagem Matemática; a abordagem Etnomatemática permeando as relações estabelecidas entre os conteúdos e os conhecimentos prévios dos estudantes, sejam eles crianças ou adultos; e a História da Matemática para justificar a construção dos conceitos matemáticos e a evolução tecnológica. Incorporando-se diferentes metodologias, possibilita-se maior democratização do saber que vem sendo produzido historicamente.

Entretanto, cada metodologia tem suas especificidades. São elas:

Resolução de problemas: possibilita que o estudante seja instigado a pensar sobre situações desafiadoras, desconhecidas e principalmente significativas, levantando hipóteses e elaborando estratégias de resolução, por meio de um processo de investigação, valendo-se de suas experiências e conhecimentos. Na resolução de problemas a ênfase deve se dar sobre os procedimentos utilizados pelos estudantes, visando à construção dos conceitos matemáticos e não ao resultado final.

De acordo com BUTTS (1997), é possível classificar os problemas em cinco categorias:

- exercícios de reconhecimento: são aqueles que exigem somente que o estudante relembre ou reconheça fatos ou definições (o triângulo que possui um ângulo reto é chamado de...);
- exercícios algorítmicos: são aqueles que podem ser resolvidos por meio de um procedimento passo a passo (Resolva: $\frac{1}{4} + 6 - 15 =$);

- problemas de aplicação: são aqueles que requerem mudança na linguagem escrita para a linguagem matemática adequada, para que se possa resolvê-los utilizando os algoritmos apropriados (Qual o valor da prestação de um televisor de R\$ 569,00 que foi parcelado em 5 vezes?);
- problemas de pesquisa aberta: não contêm no enunciado pistas para a resolução (Quantos triângulos diferentes podem ser desenhados tendo os dois maiores lados de comprimento 5 cm e 7 cm?);
- situações-problema: são aquelas em que, primeiramente, é necessário identificar o problema presente na situação, cuja solução irá possibilitar a manipulação da situação original (Construa a planta da casa em que você gostaria de morar.).

Essas categorias devem ser contempladas sempre que possível, de forma a atingir os objetivos propostos, sejam eles: a construção de conceitos, a tradução dos enunciados para a linguagem matemática e o domínio da técnica operatória.

Modelagem Matemática: consiste na análise de situações reais e significativas, a partir das quais são formuladas questões problematizadoras que possibilitam aos alunos fazer uma abordagem sob vários enfoques.

Etnomatemática: etimologicamente, significa: “...arte ou técnica (techné = tica) de explicar, de entender, de se desempenhar na realidade (matema), dentro de um contexto cultural próprio (etno)” (D’AMBROSIO, 2002, p. 10). Visa explicar os processos de geração do conhecimento nos diferentes grupos culturais, partindo das relações sociais e dos significados produzidos dentro de uma determinada prática social. De acordo com D’AMBROSIO (apud: GIARDINETTO, 1999, p. 60), “A Etnomatemática lança mão dos diversos meios de que as culturas se utilizam para encontrar explicações para a sua realidade e vencer as dificuldades que surjam no seu dia-a-dia. Em todas as culturas, porém, nessa busca de entendimento, acaba-se tendo necessidade de quantificar, comparar, classificar, medir, o que faz surgir a Matemática, *espontaneamente*.”

A Etnomatemática valoriza as raízes históricas e culturais de forma a contextualizar a Matemática presente na cultura e no meio social dos estudantes, ou seja, a Matemática pertencente aos grupos étnicos presentes numa mesma sala de aula. “Não existe um modelo a ser seguido em Etnomatemática, pois os alunos e

professores são distintos e cada professor se vale de suas experiências e reflexões para orientar suas práticas pedagógicas” (DOMINGUES, 2003, p. 40).

Cabe ao professor conhecer a cultura da comunidade escolar na qual está inserido, com o objetivo de compreender as necessidades de seus estudantes para estabelecer relações significativas, levando-os “...a comparar e fazer analogias com o que já é conhecido em sua cultura e grupo social” (DOMINGUES, 2003, p. 38).

História da Matemática: parte do pressuposto de que a construção dos conceitos matemáticos deve se dar a partir do estudo da construção histórica da evolução do conhecimento matemático.

Dessa forma, a utilização da História da Matemática como metodologia não se resume na simples citação de dados, datas, nomes ou então na simples narração de alguns fatos. É imprescindível uma articulação entre os acontecimentos históricos de diferentes momentos e das diferentes culturas com o desenvolvimento da Matemática, percebendo-se que é resultado das necessidades humanas. Isso nos possibilita entender que, muitas vezes, as mesmas dificuldades que encontramos até a formalização de um conceito também ocorreram historicamente.

Jogos Matemáticos: visam tornar as aulas de Matemática mais atrativas, despertando no estudante o interesse por situações que exijam: cálculo mental, raciocínio lógico, respeito às regras, levantamento de hipóteses e autonomia. Tecnologias: constituem importantes ferramentas que o ser humano vem desenvolvendo no decorrer da história e que têm possibilitado, entre outras coisas, desde o registro dos primeiros códigos até a invenção do computador. Dessa forma, não podem estar desvinculadas do processo de ensino-aprendizagem, uma vez que permitem ao estudante participar de maneira ativa e crítica, desenvolvendo a criatividade e estendendo suas capacidades de pensamento e ação.

É necessário lembrar que as calculadoras e os computadores apenas executam procedimentos como cálculos e representações e “Liberados da execução de cálculos tediosos, os alunos, apoiados numa ação pedagógica apropriada, podem dedicar seus esforços para a busca de diferentes soluções, concentrando-se nos raciocínios que o problema exige, trocando idéias, discutindo e verificando outras possíveis soluções” (NOGUEIRA ; ANDRADE, 2004, p. 28).

Todas essas metodologias, que ampliam o número de estratégias, contribuem para o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando um desenvolvimento intelectual mais significativo e permitindo aos estudantes a construção do conhecimento matemático, o que favorecerá a sua inter-relação com o mundo que os cerca.

Área de Matemática Ciclo I – Etapa Inicial, 1.^a e 2.^a etapas – (1.^o, 2.^o e 3.^o anos do Ensino Fundamental de nove anos)

Objetivos

1. Construir o significado dos números naturais (classe das unidades simples: unidade, dezena e centena) em situações de contagem, medidas e códigos numéricos, em diferentes contextos, compreendendo os princípios de organização do Sistema de Numeração Decimal.
2. Utilizar-se da linguagem oral e da linguagem escrita para comunicar-se e produzir escritas matemáticas, na resolução de situações-problema de diferentes contextos.
3. Ler, construir e interpretar tabelas e gráficos como forma de comunicar e representar informações quantitativas e qualitativas.
4. Construir o significado dos sistemas de medidas e representar grandezas, utilizando medidas arbitrárias e convencionais, estimando e probabilizando resultados.
5. Orientar-se e deslocar-se no espaço, interpretando, comunicando e representando a localização e a movimentação de pessoas e objetos, a partir de pontos de referência.
6. Identificar formas tridimensionais e bidimensionais em diferentes contextos, percebendo semelhanças e diferenças entre os objetos do espaço e do plano fazendo descrições orais, construções e representações.

Conteúdos

- Seqüências.
- Ordenação.
- Classificação.
- Seriação.
- Conservação.
- Comparação.
- Agrupamentos (diferentes bases,menores que 10).
- Composição e decomposição.
- Antecessor e sucessor.
- Valor posicional.
- Pares e ímpares.
- Proporcionalidade (relação multiplicativa entre duas grandezas,dois números ou duas medidas, por exemplo, ao comprarmos pães, o preço varia de acordo com a quantidade comprada).
- História dos números (contagem, diferentes sistemas de numeração).
- Linguagens matemáticas.
- Estimativa.
- Cálculo mental.
- Adição.
- Subtração (idéia aditiva, subtrativa e comparativa).
- Multiplicação (como adição de parcelas iguais e proporção).
- Divisão (como idéia subtrativa e repartitiva).
- Combinatória (possibilitar ao estudante lidar com situações-problema que envolvam diferentes tipos de agrupamentos).
- Estatística: tabelas, pictogramas, gráficos de barras e colunas.
- Probabilidade.
- Medida de tempo: hora e meia hora, dia, semana, mês, ano.
- Medida de valor monetário: reais e centavos na composição das demais quantidades (2 reais, 5 reais,10 reais, 20 reais, 50 reais, 100 reais).
- Medida de massa: quilograma e grama.

- Medida de capacidade: litro e partes do litro (Para compor 1 litro, são necessários quantos copos de 200 ml ou 500 ml?).
- Comprimento: km, m, cm.
- Noções topológicas: envolvem relações num mesmo objeto ou entre um objeto e outros elementos do espaço (aberto/fechado, interior/exterior, longe/perto, separado/unido, contínuo/descontínuo, alto/baixo, vizinhança, fronteira).
- Noções de lateralidade: direita e esquerda.
- Representação do espaço (malhas quadriculadas, mapas, maquetes e outras).
- Formas tridimensionais: esfera, cone, cubo, paralelepípedo, pirâmide e outras.
- Formas bidimensionais: quadrado, retângulo, círculo, triângulo e outras.
- Planificação.
- Ampliação e redução.
- Simetria.
- Noções projetivas: envolvem relações entre a figura e o sujeito, estuda a transformação que sofrem os objetos ao serem representados.

Critérios de Avaliação

Verificar se o estudante:

- Reconhece os símbolos numéricos, estabelecendo relação com a quantidade.
- Compreende o valor posicional dos números (classe das unidades simples: unidade, dezena e centena).
- Realiza composição e decomposição de números.
- Organiza agrupamentos para facilitar a contagem.
- Percebe a regularidade numérica presente em determinadas situações (exemplo: nos números ímpares $\square\square 1, 3, 5, 7, \dots$).
- Percebe a importância da história dos números, compreendendo a construção das diferentes bases numéricas e suas propriedades internas, que compõem os sistemas de numeração.

- Utiliza raciocínio de proporcionalidade numérica para resolver as situações-problema.
- Encontra soluções adequadas para uma situação-problema.
- Resolve situações-problema, utilizando com compreensão a linguagem matemática.
- Reconhece e utiliza a linguagem matemática como forma de representação e comunicação.
- Utiliza a estimativa e o cálculo mental como estratégias de resolução de problemas e analisa a coerência dos resultados.
- Realiza cálculos aditivos e subtrativos corretamente.
- Utiliza as operações para resolver situações-problema.
- Utiliza o princípio multiplicativo da contagem (contagens de 2 em 2, 3 em 3, ...).
- Estabelece relações entre as operações, reconhecendo que estas podem solucionar diferentes problemas.
- Utiliza o raciocínio proporcional na realização de cálculos.
- Utiliza formas pessoais de registro para comunicar informações.
- Utiliza com compreensão a linguagem matemática, estabelecendo relações entre situações e quantidades.
- Representa diferentes situações por meio da linguagem gráfica.
- Lê, interpreta e constrói gráficos simples.
- Identifica resultados possíveis em uma situação aleatória, tais como: previsão de tempo, situações de jogos, entre outros.
- Utiliza medidas arbitrárias para realizar medições.
- Reconhece e utiliza as unidades padrão de medida para representar quantidades.
- Estabelece relações entre as unidades de medidas.
- Estima resultados em situações-problema.
- Faz relação entre grandezas: quantidade x preço, quantidade x tamanho, entre outras.
- Realiza cálculos proporcionais na relação entre as grandezas.

- Utiliza a linguagem matemática para se comunicar, descrever e orientar-se no espaço.
- Interpreta e comunica a localização em malhas quadriculadas, mapas e em outras formas de representação.
- Representa proporcionalmente (em malhas, mapas e maquetes) espaços e objetos.
- Identifica e representa figuras geométricas estabelecendo relações com objetos do espaço e do plano.
- Percebe relações simétricas nos objetos do espaço e do plano.
- Representa proporcionalmente objetos do espaço (em malhas, maquetes e outros).
- Realiza a planificação de formas como a do cubo e a do paralelepípedo, percebendo que suas faces e bases formam figuras bidimensionais conhecidas.

Área de Matemática Ciclo II – 1.^a e 2.^a etapas – (4.^o e 5.^o anos do Ensino Fundamental de nove anos)

Objetivos

1. Compreender os princípios de organização do Sistema de Numeração Decimal (classe dos milhões) e valer-se deste para registrar, elaborar e resolver situações-problema em diferentes contextos.
2. Utilizar-se da linguagem oral e da linguagem escrita para comunicar-se e produzir escritas matemáticas, na resolução de situações-problema de diferentes contextos.
3. Analisar, coletar e representar informações que são apresentadas em linguagem gráfica, percebendo a intencionalidade com que elas foram representadas e a frequência de acontecimentos previsíveis ou aleatórios, por meio de recursos estatísticos e probabilísticos.
4. Fazer uso dos sistemas de medidas, comparando e estabelecendo relações entre as grandezas, assim como fazendo estimativas e probabilizando resultados.

5. Ampliar o Sistema de Numeração Decimal dos números naturais para os racionais, reconhecendo as relações entre as operações e suas diferentes representações.
6. Orientar-se no espaço, interpretando e representando a localização e a movimentação de pessoas e objetos, a partir de pontos de referência, utilizando corretamente a linguagem matemática.
7. Identificar características das figuras geométricas por meio de descrições orais, construções e representações, percebendo semelhanças e diferenças entre os objetos do espaço e do plano.

Conteúdos

- Agrupamentos (diferentes bases).
- Valor posicional.
- Composição e decomposição.
- História dos números (princípio da contagem, diferentes sistemas de numeração).
- Proporcionalidade (relação multiplicativa entre duas grandezas, dois números ou duas medidas, por exemplo, ao contarmos a quantidade de rodas que há em um estacionamento de carros, a quantidade de rodas aumenta conforme o número de carros).
- Números decimais.
- Linguagens matemáticas.
- Operações.
- Estimativa.
- Cálculo mental.
- Proporcionalidade.
- Combinatória.
- Probabilidade.
- Estatística: tabelas, gráfico de barras, colunas, setores, linhas e outros.
- Probabilidade.

- Medida de tempo: hora, minutos, segundos.
- Medida de valor monetário: reais e centavos na composição das demais quantidades.
- Medida de massa: quilograma e grama.
- Medida de capacidade: litro, ml (Para compor 1 litro são necessários quantos copos de 200 ml ou 500 ml?).
- Comprimento: km, m, cm, mm, cálculo do perímetro.
- Medida de superfície: km², m², cálculo da área.
- Medida de volume: m³, cm³, cálculo do volume.
- Representação fracionária.
- Frações de unidade e de quantidade.
- Equivalência de frações.
- Representação decimal.
- Operações com números decimais.
- Porcentagem.
- Noções topológicas: envolvem relações num mesmo objeto ou entre um objeto e outros elementos do espaço (aberto/fechado, interior/exterior, longe/perto, separado/unido, contínuo/descontínuo, alto/baixo, vizinhança, fronteira).
- Lateralidade: direita e esquerda.
- Representação do espaço (mapas, malhas quadriculadas, maquetes e qualquer outro tipo de representação).
- Formas tridimensionais: poliedros e corpos redondos.
- Formas bidimensionais: polígonos e círculos.
- Noções projetivas: envolvem relações entre a figura e o sujeito, mantendo determinados elementos invariantes (noções de direita, esquerda, em cima, embaixo, na frente, atrás, etc.) numa projeção.
- Noções euclidianas: investigam o que ocorre com as figuras geométricas quando estas sofrem deslocamentos, mantendo suas características (forma, dimensão).
- Planificação.
- Ampliação e redução.
- Simetrias.

Critérios de Avaliação

Verificar se o estudante:

- Encontra soluções adequadas para uma situação-problema.
- Utiliza com compreensão e corretamente a linguagem matemática (aritmética, algébrica, geométrica, probabilística, gráfica, estatística, lógica) na resolução de situações-problema;
- Reconhece o valor posicional dos números.
- Realiza composição e decomposição de números.
- Percebe a importância dos fatos históricos da matemática, como estratégia para uma maior compreensão da evolução dos conceitos.
- Utiliza a regularidade numérica presente em determinadas situações na resolução de situações-problema.
- Estabelece relações entre as operações e as utiliza corretamente para resolver as situações-problema propostas.
- Representa e comunica com argumentação informações quantitativas.
- Elaborar estratégias pessoais de registro para solucionar problemas.
- Reconhece e utiliza a linguagem matemática como forma de representação e comunicação.
- Utiliza a estimativa e o cálculo mental como estratégias de resolução de problemas e analisa a coerência dos resultados.
- Justifica com argumentação os procedimentos e cálculos utilizados na resolução de problemas.
- Estabelece relações entre as operações de tal forma a reconhecer que elas podem solucionar diferentes problemas.
- Identifica possíveis maneiras de combinar elementos de uma coleção e de contabilizá-los, usando estratégias pessoais.
- Utiliza o raciocínio proporcional na realização de cálculos.

- Utiliza a idéia de probabilidade em situações-problema simples, identificando resultados possíveis ou impossíveis.
- Lê, interpreta e constrói gráficos.
- Analisa dados e informações apresentados em linguagem gráfica.
- Utiliza a linguagem gráfica para representar informações quantitativas e qualitativas.
- Identifica resultados possíveis em uma situação aleatória, faz inferências e prevê possíveis resultados.
- Utiliza medidas arbitrárias para realizar medições.
- Reconhece e utiliza as unidades padrão de medida para representar grandezas.
- Relaciona os múltiplos e submúltiplos das unidades de medidas mais utilizadas.
- Faz conversão e estabelece relações entre as unidades de medida (como, por exemplo, a transformação do metro cúbico para o litro, presentes nas contas de água).
- Realiza cálculos proporcionais na relação entre as grandezas: quantidade x preço, quantidade x tamanho, entre outras.
- Estima e probabiliza resultados de grandezas em situações-problema.
- Reconhece as relações entre as diferentes representações de um número e faz uso dessas representações (fracionárias, decimais e percentuais).
- Estabelece relações entre as operações e as utiliza corretamente para resolver as situações-problema propostas.
- Utiliza a equivalência de frações, com compreensão, na resolução de situações-problema.
- Estabelece relações entre o todo e suas partes e utiliza as operações para quantificá-las.
- Reconhece e faz uso do conceito de porcentagem, calculando-a em situações-problema.
- Utiliza o raciocínio proporcional na realização de cálculos.
- Verificar se o estudante: Utiliza a linguagem matemática para representar (em mapas, malhas, maquetes ou qualquer outro tipo de representação), comunicar,

descrever (itinerários, posição e movimentação de pessoas e objetos) e orientar-se no espaço.

- Representa utilizando a proporção, espaços e objetos.
- Identifica e faz uso das relações simétricas nas figuras geométricas.
- Representa proporcionalmente (no plano ou em maquetes) objetos do espaço.
- Realiza planificações, percebendo as relações entre as formas tridimensionais e bidimensionais.
- Identifica as características e representa figuras geométricas, estabelecendo relações com objetos do espaço e do plano.
- Realiza composições de figuras geométricas utilizando formas tridimensionais e bidimensionais.
- Percebe e utiliza as noções projetivas e euclidianas em representações.

OBJETIVOS GERAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (Educação Básica) REGULAR /EDUCAÇÃO ESPECIAL/ EJA

- Proporcionar ao aluno condições de adquirir conhecimentos tanto no campo da razão como no da emoção;
- Desenvolver hábitos e atitudes sociais, oportunizando a capacidade de criar criticar, questionar e aprender novas maneiras de viver e conviver.

Oportunizar ao aluno condições de desenvolver a capacidade de apresentar-se em público demonstrando segurança;

- Desenvolver a capacidade de aprender tendo como meio básico, o domínio da leitura e da escrita e do cálculo, possibilitando habilidades para o educando saber aplicá-los;

EDUCAÇÃO ESPECIAL

- Possibilitar o acesso e a permanência na escola de crianças e jovens com necessidades especiais, garantindo aos mesmos apropriação crítica do conhecimento científico;

- Possibilitar o desenvolvimento global das potencialidades do aluno atendendo aos princípios gerais da Lei de diretrizes e Bases da educação 9394/96 em consonância com as diretrizes pedagógicas da SME Curitiba;

EJA

- Proporcionar o acesso a aquisição da leitura e interpretação de textos; bem como os conhecimentos matemáticos ;
- Inserir o cidadão ao mundo letrado do conhecimento;
- Incentivar o seguimento dos estudos até completar seu ciclo ;

Educação Especial e Inclusiva

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Art. 58 e seguintes), “o atendimento educacional especializado será feito em classes, escolas, ou serviços especializados sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua interação nas classes comuns de ensino regular”. (Art. 59, § 2º)

A Educação Especial, tem como fundamentos básicos à igualdade e a diversidade. A igualdade de direitos na diversidade de condições necessárias ao desenvolvimento de todos os cidadãos. Em nossa escola, temos duas Classes Especiais, e procuramos integrar e incluir essas crianças em todas as atividades da escola juntamente com os outros alunos do regular.

A Equipe Pedagógica procura auxiliar juntamente à coordenadoria de atendimento às necessidades especiais (CANE), para que os professores tenham novas práticas, bem como fazer os encaminhamentos médicos necessários. Estabelecemos também junto ao professor, relação com os pais desses alunos.

O planejamento é feito nas permanências junto com os pedagogos, levando em conta o ciclo/etapa que o aluno se encontra, a graduação das atividades, metodologia, critérios de avaliação. Adaptação curricular individualizada e específica estabelecida pela SME. A Classe Especial, oferece atendimento de caráter transitório, valorizando o potencial e favorecendo o desenvolvimento da autonomia e independência de cada estudante.

De acordo com a legislação vigente – LDB de Educação Nacional nº 9394/96 – deliberação nº 09/2001 - o estudante retorna à classe comum do Ensino Regular após Exame Classificatório, que indica o desenvolvimento apresentado e as condições para o atendimento inclusivo. Todo este processo é acompanhado pela Educação Especial, escola, família, onde lavramos em ata e arquivamos todo o processo de avaliação do aluno.

Acreditamos que o primeiro passo para incluir sem medo é buscar conhecer as potencialidades de cada aluno, considerando as múltiplas inteligências e que cada um tem diferentes maneiras de aprender. Temos que trabalhar o respeito, a solidariedade, a cooperação, sabendo que as diferenças existem sim, porém devemos ter outros olhos, aceitá-las, compreendê-las, visando sempre à totalidade da formação do aluno.

“Mais do que ensinar a ler e escrever, explicar matemática e outras matérias, é preciso ouvir os apelos silenciosos que ecoam na alma do educando”.

“A partir dos movimentos internacionais, tornou-se necessário à implantação de uma política de inclusão para alunos com necessidades especiais no sistema regular de ensino”.

A pedagogia da exclusão tem origens remotas, condizentes com o modo como foram construídas as condições de existência da humanidade em determinado momento histórico. Os indivíduos com deficiências, vistas como “doentes” e incapazes, sempre estiveram em maior desvantagem, ocupando no imaginário coletivo, a posição de alvos da caridade popular e da assistência social e não de sujeito de direitos sociais, entre os quais se inclui o direito à educação”.

“As raízes históricas e culturais acerca do fenômeno deficiência, sempre foram marcadas por forte rejeição, discriminação e preconceito”.

“Segundo ELDER (2000) *sob o aspecto político, o principal efeito da exclusão está na perda da qualidade da cidadania e da participação dos excluídos na vida do país*”.

O plano Nacional de Educação (2001) inclui alguns pressupostos para que os alunos não sejam excluídos e com isso possam ser impedidos de ter acesso ao saber e ao saber fazer, para que possam exercer sua própria cidadania:

- cada aluno é um único diferenciando-se dos demais por suas particularidades, habilidades, interesses e necessidades ;
- aos alunos com necessidades educacionais especiais devem ser oferecidas oportunidades de aprendizagem respeitadas suas diferenças específicas;
- os sistemas educacionais devem ser reestruturados implicando na revisão de teorias e práticas, com o objetivo de re-significar a diversidade, características e necessidades individuais;
- as escolas regulares devem evoluir para uma orientação inclusiva combatendo atitudes discriminatórias e segregacionistas.

Esses pressupostos são da maior importância para a educação desses alunos que têm sido prejudicados principalmente quanto à qualidade do ensino, bem como quanto à sua inserção na rede regular de ensino.

Procuramos compreender em nossa escola e trabalhar para que a inclusão seja vista com compromisso por parte dos professores, desenvolvendo seu potencial máximo. Procuramos fazer com que o aluno se sinta inserido realmente ao grupo em sala de aula e fora dela. Adaptamos currículos, para que tenha um significado prático dos conteúdos básicos, metodologia, processo de avaliação. Esses alunos bem como os de Classe Especial e regular são encaminhados à serviços focados em conteúdos humanistas, no valor de cada pessoa enquanto ser humano e a história de vida de cada um, sempre tendo como regra principal o respeito ao outro.

O professor deve lançar mão de todas as práticas pedagógicas, a fim de diminuir preconceitos, estigmas e estereótipos que levem à discriminação, garantindo assim o direito de todos, principalmente daqueles com necessidades educacionais especiais. Acreditamos que todos podem aprender se forem valorizados os diferentes estilos de aprendizagem.

A inclusão exige de nós um ensino dialógico e interativo e que o aluno seja visto a partir de suas relações e interações com o outro.

Temos a responsabilidade por esse aluno, todos nós não apenas a professora. A equipe pedagógica também exerce papel fundamental nesse processo de inclusão e

nas Classes Especiais, por participarem de avaliações processuais, necessidades de encaminhamentos, estabelecendo relações com pais e comunidade escolar.

*“Todas as pessoas são especiais.
Todas foram especialmente geradas
Pelo amor do criador do Universo,
Que enfeita o céu com as estrelas e
Coloca, na intimidade de cada ser,
Uma centelha de luz.
Compete a cada pessoa brilhar
Sua própria luz.*

AUTOR DESCONHECIDO

ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA

PLANEJAMENTO:

Planejar é uma atividade intrínseca do ser humano, nas coisas mínimas do dia a dia. Tem que ser visto o sentido e acreditar no que se está fazendo.

O planejamento deve ser participativo, valorizando o diálogo, a formação da consciência crítica a partir da reflexão sobre a prática transformadora, buscando soluções para possíveis obstáculos encontrados no dia a dia.

É próprio do ser humano uma unidade e não uma separação, entre o pensar e o fazer, o analisar e o decidir, o construir e o usufruir por isso acreditamos e fazemos o planejamento participativo. Vivemos numa sociedade dividida em classes sociais antagônicas onde “os ricos estão cada vez mais ricos, às custas dos pobres cada vez mais pobres” não há espaço para neutralidade. Cabe-nos então, a questão: que tipo de planejamento estamos favorecendo? Que tipo de sociedade está subjacente à nossa prática de planejar?

O planejamento antes de ser uma questão meramente técnica, é uma questão política, pois envolve-se posicionamentos, opções, jogo de poder, compromisso com a

transformação... Hoje em nossa Escola entendemos realmente a necessidade de que planejar é possível e necessário. “É evidente, com efeito, que a atualização de uma ação ou de uma idéia pressupõe que antes de tudo elas tenham sido tornadas possíveis...” Como afirma Saviani, *é preferível um poder limitado, mas real, que um poder ilimitado (seja pessoal ou das estruturas), mas ilusório*.

“Dir-se-á que o que cada indivíduo pode modificar é muito pouco com relação às suas forças. Isto é verdade apenas até certo ponto, já que o indivíduo pode associar-se com todos os que querem a mesma modificação”. A. GRAMSCI

Então, para planejar partimos do pressuposto que o que planejamos é possível acontecer; de que podemos em certa medida, interferir na realidade e de que planejar contribui para que venha a se realizar (relação Teoria-Prática). O empenho no ato de planejar depende do quanto o julgamos importante, relevante, complexo e passível de planejamento.

Enfim entendemos e acreditamos que planejamos para transformar nosso trabalho, a relação com os alunos, sua pessoa, a Escola, sua comunidade e a sociedade.

Em nossa Escola o planejamento é feito nas permanências com os professores regentes, co-regentes, complexo II e pedagogo (a) do Ciclo. Uma vez por mês reunião à noite interagindo complexo I e II, manhã, tarde e noite, pois trabalhamos com metodologia de Projetos e a necessidade da troca de experiências e relatos é fundamental.

“O planejamento escolar deve ter necessariamente, um caráter coletivo. Este princípio parte do pressuposto que as tomadas de decisão na escola não dependem apenas de parâmetros técnicos administrativos.”

METODOLOGIA:

Existem diferentes formas de se organizar o processo de construção do conhecimento em sala de aula. Estas formas justificam-se a partir de concepções

diferentes sobre o processo de conhecer, que por sua vez, são decorrentes de determinada visão de homem de mundo.

A pedagogia tradicional tinha o objetivo de formar o homem de acordo com um modelo ideal e então procurava afastar dos “perigos do mundo” a criança, que era concebida como de natureza essencialmente corruptível:

“... a criança é de tal modo fraca e o mal para ela, de tal modo atraente, que qualquer encontro, por breve que seja, com a tentação pode vir a ter efeito catastrófico”.

G. SNYDERS

Boa escola era aquela que se separava do mundo e que estabelecia uma vigilância constante sobre a criança. Não se tratava de ignorar que a criança tinha interesses e necessidades. Tratava-se sim, de reprimir estes interesses, considerados perigosos para sua formação. *A concepção de conhecimento que está presente na metodologia expositiva é aquela que o aluno é uma “tabula rasa” (conforme ARISTÓTELES, LOCKE), quando menos perceber o aluno já terá aprendido, pois o professor transferiu seu saber para o seu cérebro (do aluno).* O homem é concebido como um ser passivo. A teoria do conhecimento da época estava baseada na convicção de que a melhor forma de aprender era pela memorização.

Há nisso tudo um peso histórico de que toda a formação do professor se deu também nesses moldes. A metodologia expositiva tem inspiração teórica na chamada “concepção tradicional” de educação. Precisamos lembrar que até o século VXII, a criança era considerada um adulto em miniatura, não havendo uma pedagogia adaptada a sua idade; apenas era alguém que sabia menos que o adulto.

Com ROUSSEAU, é que temos de forma especial uma preocupação com o modo de ser criança: *“a criança tem maneiras de ver, de pensar e de sentir que lhe são próprias.”*

Do ponto de vista político, o grande problema nesta metodologia é a formação do homem passivo, não crítico. Apenas determinados segmentos sociais se beneficiam com seu uso pela escola (em especial a classe dominante, acostumada ao tipo de discurso levado pela escola, assim como ao pensamento mais abstrato). Trata-se assim, de uma atividade mecânica, desprovida de sentido, já que o significado de conhecimento, sua vinculação com a realidade, não é trabalhada.

No Centro de Educação Érico Veríssimo, fundamenta-se a prática metodológica organizada em Ciclos de Aprendizagem, sendo assim, não podemos cair na “velha” crítica do tipo: “nem tanto ao mar, nem tanto a terra”: um pouco de exposição, um pouco de outras técnicas. Não é a variação pela variação, só para tornar a aula mais “agradável”. O que buscamos e buscaremos é um caminho que os alunos (cada um e todos) se apropriem efetivamente do conhecimento e se desenvolvam plenamente como seres humanos. Para que a construção do conhecimento seja propiciada o professor problematiza o que levará o aluno a pensar, refletir, elaborar hipóteses. É claro que esse aluno muitas vezes terá necessidade de alguma “exposição” que pode até ser um livro, texto, filme e também a fala do professor.

O professor tendo uma nova postura metodológica vai compreender que não é ele que “coloca” o conhecimento na cabeça do aluno e também que não é deixando ele sozinho que o conhecimento brotará ou acontecerá de forma espontânea. E o professor em nossa escola terá que ter tudo isso bem elaborado, pois trabalhos por Projetos é necessário uma renovação metodológica, assim como o trabalho por Ciclos de Aprendizagem.

No trabalho escolar através da metodologia de projetos, o aluno tem a oportunidade de construir relações desde a mais elementar para poder chegar no conhecimento mais elaborado. Não podemos pensar que o aluno já é alguém capaz de resolver, organizar, pesquisar, concluir, etc.. Ele está em formação precisando contar com a formação com a mediação qualificada do professor. O trabalho por projeto requer do professor muito envolvimento com a turma e o tema escolhido. Queremos que o nosso professor tenha clareza daquilo que apresenta aos alunos. Não queremos que o nosso aluno receba a informação já elaborada, mas que ele a construa, para que ele possa fazer relação com o conhecimento que tinha. O aluno precisa ser questionado para que se obrigue a pensar. Queremos que os professores no CEI Érico Veríssimo dediquem tempo para dialogar seriamente com os alunos a respeito das idéias deles como idéias deles (DOI). A intervenção do professor só ganha possibilidade de ser significativa se estiver efetivamente ouvindo o outro, pois desta forma poderá tanto localizar as necessidades, quanto acompanhar a construção e, assim qualificar sua intervenção. Temos que considerar a grande complexidade do processo de construção

do conhecimento, e a diversidade dos alunos (ritmo, cognitivo, múltiplas inteligências, condições de vida, conhecimentos prévios, etc.), deixar de ouvi-los é fadar-se ao fracasso. Queremos um processo interativo, cada passo dado considerado. O nosso professor precisa saber o que o aluno sabe/pensa para poder interagir.

“Para que uma aula se processe a partir do diálogo, é necessário que o aluno tenha o que debater, isto é dialogar, com o professor; este é o ponto nevrálgico de uma metodologia de ensino dialógica ou problematizante” (BENINCÁ, 1983:51). E para isso o aluno precisa estar familiarizado com o conteúdo, através de leituras, vivências, pesquisas individuais ou em grupos, exposição do professor, dependendo de cada Ciclo e Etapa. Temos que sempre lembrar que o aluno já traz um cabedal de vivências e experiências. Esta mudança de metodologia do professor também vai implicar numa nova postura do aluno. O aluno também precisa valorizar a participação do colega, para também aprender com ele.

Queremos e precisamos mudar nossa prática para trabalhar com Ciclos de Aprendizagem e Projetos, e estamos prontos para esta mudança, com certeza faremos o melhor de nós, temos o desejo de acertar. Não é negar tudo o que foi feito até agora, mas queremos provocar, interagir. Queremos ousar, vamos buscar a melhor forma de intervenção pedagógica. Precisamos saber que o aluno vai às aulas para aprender, mas não é um desconhecedor absoluto. O trabalho do professor no entanto deve dar continuidade desta experiência já trazida pelo aluno (senso comum) para levá-lo a uma visão mais elaborada do saber. (o saber cientificamente elaborado).

Queremos que nossos professores realmente acreditem que são pastores da alegria e que “sua responsabilidade primeira é definida por um rosto que lhe faz um pedido:” Por favor, me ajude a ser feliz.””

CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO

O Conselho de Classe é um espaço muito importante tendo em vista o encontro dos vários segmentos: direção, equipe pedagógica, professores do complexo I e II, co-regentes, professores de área e alunos.

O Conselho é um momento para se pensar na prática do professor e do todo o processo, assim temos uma melhor compreensão da atividade pedagógica. *“A prática de pensar a prática é a melhor maneira de pensar certo.”* PAULO FREIRE

O Conselho de Classe, é o momento e o espaço que temos para uma avaliação diagnóstica da ação pedagógico-educativa da escola, feita pelos professores e pelos alunos. Queremos que o professor e aluno se situem conscientemente no processo que juntos desenvolvem. Não é apenas um espaço burocrático, devemos ter em vista o que vamos fazer e o que pretendemos e, não apenas olhar o que foi feito.

Entendemos que o Conselho é um espaço de avaliação do professor e do Setor Pedagógico, sobre seu próprio trabalho, e busca de alternativas. Queremos que o grupo: se conheça como grupo; avalie sua ação como grupo que interage com os alunos; descubra meios mais eficazes para que os alunos cresçam como pessoas, estudantes, pessoal e coletivamente. “Em educação não há estrada asfaltada... O caminho se faz, caminhando.”

Esta nova escola que queremos ser, ainda não somos. A tarefa é grande e difícil, ouvimos muitas vezes professores dizendo que nada vai mudar, as mudanças são difíceis, mas não impossíveis, sobretudo quando há uma coletividade organizada. Será a partir daquilo que somos, que iremos avançar crítica e coletivamente. Queremos um Conselho focado na busca da qualidade, na concepção de escola e sua relação com a sociedade.

O Conselho no CEI Érico Veríssimo, se divide em quatro momentos:

No primeiro momento os professores por ciclo e etapa, se reúnem para fazerem a autocrítica de seu trabalho, como por exemplo:

- como colocou em prática as linhas de ação comuns propostas no bimestre anterior, etc...
- em que avançou, que dificuldades teve;
- que inovações na metodologia ou avaliação conseguiu por em prática;
- a que causa atribuiu o sucesso ou a falha nas tentativas que fez.

O que o professor coloca na autocrítica, serve para a Equipe pedagógica, ajudá-lo a superar as dificuldades apresentadas e buscar também no coletivo sugestão

de superação. Ficando claro para a EPA, que esta avaliação não é para classificar o professor e sim ajudá-lo a desempenhar melhor o seu trabalho.

No segundo momento:

Análise Diagnóstica das turmas também é feita, em seguida é discutida ali a atitude das turmas a partir da experiência que já tiveram com elas. Essa análise torna-se muito rica, pois o professor entende melhor a reação dos alunos, que uns precisam de maior paciência, respeitar seu ritmo, outro precisa de limite, para uns há que ter mais tolerância, outros, mais firmeza; mas todos devem ser amados. Neste momento também o Setor Pedagógico relata fatos, ajuda o grupo a pensar no aluno como um todo, propondo soluções aplicáveis (registrando em livro ata). O contexto do aluno, não é só a situação afetivo emocional em que vive na família, mas também relações com os professores; com a turma, com os amigos da escola. Não se pode ter uma atitude comum a todos. “Há que se ter dois pesos e duas medidas sim, porque cada aluno é uma individualidade e não se pode tratar a todos da mesma forma. Padronizar atitudes pode ser mais fácil, mas nem sempre é eficaz em educação. Saber discernir as atitudes mais adequadas para os casos mais complexos é tarefa que requer reflexão do coletivo.

No terceiro momento:

Análise dos casos mais significativos para acompanhamento especial, dificuldade de aprendizagem onde o professor já registrou em folha própria (anexo) e onde se registra neste momento apenas o que podemos fazer para o aluno aprender.

No quarto momento:

Na outra semana a Equipe Pedagógica, faz o Conselho participativo por turma onde os alunos colocam suas críticas e questionamentos (elogios, incentivos, apoios) sobre o trabalho dos professores; EPA e funcionários. Às vezes por escrito, à vezes oralmente. Após ouvir, refletir e ponderar com os alunos levamos para os professores nas permanências, se há algum problema relevante encaminhamos para o professor resolver com a turma. Queremos valorizar as idéias e a participação dos alunos.

Neste momento também em sala com os alunos o Setor Pedagógico retorna para a turma sobre o que foi falado em Conselho, procurando ajudar a solucionar alguns problemas.

Desta forma seremos a escola que queremos ser!

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A organização curricular para a Educação de Jovens e Adultos – Fase I está estruturada por disciplina/unidades temáticas que correspondem às disciplinas da Base Nacional Comum exigidas para oferta de Educação de Jovens e Adultos. As Unidades Temáticas, organizadas por disciplinas de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, Currículo Básico e Diretrizes Curriculares da Secretaria Municipal da Educação com abordagens que atendem às características específicas da Educação de Jovens e Adultos, recebendo a classificação de I a IV para as áreas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais e Arte e de I a III para as áreas de História, Geografia e Educação Física I e II .

A carga horária total para o curso de Educação de Jovens e Adultos é de 1.200 horas distribuídas em dois períodos sendo: 600 horas para o 1º período (correspondente ao Ciclo I ou 1ª e 2ª séries do Ensino Fundamental) e 600 horas para o 2º período (correspondente ao Ciclo II ou 3ª e 4ª séries do Ensino Fundamental).

As aulas são ofertadas no período noturno, no horário das 18 h às 22 horas. As turmas são organizadas com um mínimo de 15 alunos freqüentando e, quando houver uma freqüência de 30 alunos, a escola poderá abrir nova turma. Há a possibilidade de abrir quantas turmas forem necessárias sempre respeitando-se uma diferença de 15 alunos.

O processo ensino-aprendizagem dar-se-á em momentos de produções coletivas, em momentos de produção individual, em sala de aula, sob a orientação dos profissionais do Magistério da Rede Municipal de Ensino.

Todo o encaminhamento metodológico segue as Diretrizes Curriculares da SME bem como a questão documental (Matriz curricular) da EJA que estão regulamentadas segundo as normativas dos Conselhos pertinentes.

4.4. ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

Nossa escola está organizada em CICLOS DE APRENDIZAGEM e será adequada a partir de 2007 para o ensino fundamental de 9 anos, mantendo a essência do seu trabalho em Ciclos.

A Escola Municipal CEI Érico Veríssimo atende a educação básica nas etapas da Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental com as seguintes especificações:

- Educação Infantil com oferta do Pré - Escolar para crianças na faixa etária de 4 a 5 anos;

- Ensino Fundamental com oferta de 5 anos iniciais organizados em dois Ciclos, 1º ao 5º ano, com implantação gradativa da nova nomenclatura do Ensino Fundamental, atendendo a Resolução nº 03/05 – CNE e adequação da idade de ingresso, a partir de 2007, conforme:

a) Ciclo I organizado em três em três anos – 1º, 2º e 3º ano – destinado aos educandos de seis anos completos ou a completar até 1º de março do ano letivo em curso.

b) Ciclo II organizado em dois anos – 4º e 5º ano – destinado aos educandos que concluíram o Ciclo I ou classificados ou reclassificados para o mesmo.

A oferta de cinco anos do primeiro segmento do Ensino Fundamental organizados em Ciclos, vigente desde 1999, terá cessação gradativa a partir da Etapa Inicial em 2007, conforme quadro a seguir:

ORGANIZAÇÃO	EM CICLOS	- ANOS	INICIAIS	
ORGANIZAÇÃO	ATUAL - 2006	NOVA	ORGANIZAÇÃO - 2007	
CICLO I	ETAPA INICIAL*	ANOS INICIAIS	CICLO I	1º ANO**
	1ª ETAPA**		2º ANO***	
	2ª ETAPA**		3º ANO***	
CICLO II	1ª ETAPA**		CICLO II	4º ANO***
	2ª ETAPA**			5º ANO***

* Será extinta em 2007.

** Serão cessadas gradativamente ano a ano.

** Será implantado em 2007.

*** Serão implantados gradativamente ano a ano.

5. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

- Discutir através de reuniões e estudos a importância de uma linha única de trabalho no estabelecimento de ensino;
- Troca de experiência entre os professores do mesmo ciclo e dos outros;
- Convocação da família para os encaminhamentos necessários;
- Solicitação de estudos de caso junto ao Núcleo de Educação responsável por esta escola;
- Encaminhamento para Equipe Multidisciplinar;
- Realização de reuniões com pais para acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem;
- Planejar, discutir e levantar problemas sobre o desenvolvimento da turma, encontrando alternativas para solucionar os problemas;
- Dar atendimento direcionado ao aluno do período integral com objetivo de desenvolver atividades alternativas;
- Adquirir material didático para apoio pedagógico e entretenimento;
- Dinamizar e contextualizar as práticas educacionais, propiciando ao aluno uma nova compreensão da realidade que está inserido.

ORGANIZAÇÃO DA FORMA DE ATENDIMENTO NAS PERMANÊNCIAS.

As permanências são cobertas com Literatura, Africanidades, Artes e Educação Física.

O atendimento nas permanências com um horário para africanidades vem para atender os dispostos da LEI 10639/03 .

Nos horários vagos na grade escolar, os professores fazem apoio pedagógico, aos alunos com dificuldades de aprendizagem e no caso de faltas substituem.

Caso haja falta de professores nesta unidade escolar a substituição dar-se-á da seguinte maneira:

- 1º) auxiliares que cobrem a permanência;
- 2º) regentes com horário vago na grade;
- 3º) co-regente;
- 4º) educação física (MD);
- 5º) coordenadora, vice-diretora, diretora e pedagogos; conforme normatização.

Já a permanência da EJA acontece diariamente no período das 18h às 19h ,conforme instrução 001.

ATENDIMENTO AOS PAIS/FAMÍLIA.

- São chamados através de bilhetes e pelo telefone, pelo Setor Pedagógico e sempre que o responsável pelo aluno sentir necessidade em procurar a escola em horário agendado, a não ser em casos urgentes e especiais.
- Nas permanências os pais/responsáveis conversam com as professoras.

FORMA DE ACOMPANHAMENTO DOS ALUNOS E PROFESSORES NO APOIO PEDAGÓGICO.

Este atendimento é dado pelos pedagogos nas permanências juntamente com os professores, fazendo levantamento das dificuldades dos alunos e encaminhamentos

que se fizerem necessários para a melhoria da qualidade da aprendizagem.(anexo).São organizadas atividades diferentes e significativas para que esse aluno encontre diferentes formas de aprender, respeitando seu ritmo, contemplando suas potencialidades e não apenas suas dificuldades.

Apoio individual regente, co–regente e contra-turno.

Reforço pedagógico, uma vez na semana, onde os professores regentes ficam com os alunos que apresentam alguma dificuldade de aprendizagem e o co-regente trabalha com um outro grupo uma atividade diferenciada.

ESCOLHA DE FUNÇÃO

Esta escolha acontecerá no final do ano letivo em reunião própria com funções descritas no quadro de giz, onde a ordem de escolha será 1ª opção regência,2ª opção oficina e 3ª opção auxiliar; dando preferência para a professora acompanhar a turma com aval da Equipe Pedagógica e todas as escolhas também serão validadas por este setor, seguindo as orientações da Portaria 09/01.

NOSSA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL HOJE

A escola de tempo integral atende, no contraturno, uma parcela dos estudantes matriculados no ensino regular, composta por aqueles cujas famílias optam por essa organização, preenchendo as vagas ofertadas.

O ensino regular com extensão da carga horária de quatro horas diárias é que caracteriza a escola integral, nas quais prevê o desenvolvimento de atividades de caráter educativo que contribuam para a formação integral do estudante, organizadas em oficinas de práticas diferenciadas.

Esse tempo ampliado passa a ser organizado em no mínimo dois momentos: um deles destinado às atividades cotidianas (acolhimento do grupo, acompanhamento da frequência e de estudos); e o outro à ida dos estudantes para diferentes espaços escolares de contraturno onde são desenvolvidas as seguintes atividades: Práticas de Movimento e de Iniciação Desportiva, Práticas Artísticas, Ciências e Tecnologias de Informação e Comunicação, Práticas de Educação Ambiental e de Tempo Livre.

Essas atividades, planejadas coletiva e intencionalmente, são práticas que integram a busca pelo desenvolvimento intelectual e emocional dos estudantes e o seu bem-estar com relação à alimentação, higiene, segurança e proteção.

Todas as atividades propostas para esse tempo ampliado deverão apresentar desafios, possibilitando a reflexão, o exercício da autonomia, da capacidade investigativa, inventiva e criadora, assim como o desenvolvimento de funções como a memória, a atenção, a concentração, a coordenação motora, o raciocínio lógico, o domínio da leitura, enfim habilidades que contribuirão para o desempenho escolar e para a formação integral.

Face isto, nossa escola estará organizada com o espaço de contraturno atendendo no horário das 8h às 12h e das 13h às 17h.

Com as seguintes oficinas:

- Teatro;
- Jornal;
- Psicomotricidade;
- Xadrez;
- Brinquedos Cantados;
- Educação Ambiental;

Neste horário será contemplado o almoço pedagógico, visando orientar nossos educandos na prática da boa alimentação e dos bons modos à mesa.

6. AÇÕES EDUCATIVAS COMPLEMENTARES

Atendemos no período noturno além, da EJA a Educação Permanente e cedemos algumas salas para uso do Estado para atender estudos supletivos noturnos.

Neste ano estamos atendendo duas turmas de Ensino Médio e uma de Ensino Fundamental pelo CEEBJA (APED); já na Educação Permanente estamos oferecendo:

- Espanhol- 2ª e 4ª feira das 20h às 21h30min;
- Futebol – 2ª e 4ª feira das 18h45min às 20h;
- Capoeira – 4ª e 6ª feira das 17h às 18h10min;
- Dança e Teatro – 4ª feira das 17h20min às 19h20min;
- Escola Universidade (ler item 8);
- Coral.

Apesar de atendermos em contraturno ,queremos garantir um profissional a mais na escola em cada período para trabalhar com a recuperação se for necessário.

7.PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO ALUNO

O Ensino Fundamental com duração mínima de nove anos LEI 10.172/2001 parecer nº 06/2005, implantado pela Secretaria Municipal de Curitiba é obrigatório e gratuito e terá como objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

- o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e tolerância recíproca em que se assenta a vida social. LDB 9394/96. Temos a necessidade de uma nova escola, uma escola comprometida com a cidadania e caminhando para uma real inclusão do aluno. Queremos transformações significativas na estrutura da escola, na reorganização dos tempos e dos espaços escolares, nas formas de ensinar, aprender e Avaliar. A avaliação deverá ser

permanente, diagnóstica prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A implantação dos ciclos de aprendizagem e a metodologia por projetos em nossa escola exige uma nova forma de ver o processo avaliativo. A avaliação deve ser repensada em função da totalidade do processo educativo e como instrumento desse processo, e não como instrumento de medição quantitativa de informações repassadas aos alunos. Não queremos uma escola com uma visão de avaliação estagnada, fragmentada, de mão única. Pois na medida em que nós propomos um trabalho que começa na articulação da experiência do aluno, a relação se altera, pois o processo educativo é todo um intercâmbio entre os agentes da educação. Por isso a avaliação tem de ser dimensionada, como um processo coletivo no interior da escola.

Partindo do pressuposto fundamental da tarefa da escola, que do ponto de vista do ensino, é o de possibilitar ao aluno o acesso ao saber universal sistematizado, cremos então que a escola, nós do CEI Érico Veríssimo, temos que realizar um trabalho, que garanta o sucesso desse aluno nas avaliações. O que propomos para isso é um novo modo de se trabalhar os conteúdos requeridos para a viabilização do processo educativo proposto. Já demos um passo – O trabalho por projetos. Queremos pensar a avaliação criticamente, e “poder fazer avançar a humanização”.

A avaliação é um recurso importante pois, permite ao professor localizar as necessidades do aluno e pensar na sua superação, repensar sua prática, é o outro ponto positivo da avaliação.

Não queremos a escola do “papel” queremos plantar as sementes e vê-las dar frutos, há que se cuidar dos frutos, e, para isso precisamos verificar as condições para a concretização, que o professor assuma um novo discurso e o concretize. Sabemos que precisamos estudar muito e nos aprofundar, refletir a partir do nosso contexto concreto de atuação e a equipe pedagógica tem um papel muito importante nesse “olhar com outras lentes”.

Queremos uma avaliação bem feita, para que nos aponte onde está o problema (necessidade, limite, dificuldade). Desejamos ver além. O que hoje constatamos através do SAEB é que nossos alunos não estão aprendendo efetivamente. Já reconhecemos isso. E agora? Nada de acusação, de contra-ataques, é hora de repensar a

metodologia e a avaliação. Temos que investigar o que está acontecendo. Vamos usar as armas da autocrítica. Como diz MORIN “*qualquer um de nós, onde quer que esteja, está na luta inteira.*” (1998, p14). Como diz CELSO VASCONCELOS, “*o grande desafio presente é a criação do vínculo pedagógico, o aluno estar interessado na aprendizagem escolar.*” (2002, p. 177). Entendendo que precisamos mudar nossa metodologia de trabalho. Como tarefa urgente queremos desatar o “nó”. Se percebemos que o problema está na condição da família, vamos lembrar da construção social da realidade. A avaliação nos ajudará (uma boa avaliação) a perceber o problema na sua totalidade e desta forma encará-lo.

Como afirma PRIGOGINE (conforme 2001,p17),

“precisamos de novas metáforas para pensar a realidade, para desbloquear o pensamento já limitado por imagens e idéias inibidoras do tipo: “Pau que nasce torto, morre torto”. “É de pequenino que se torce o pepino”. “Se não torceu depois não tem mais jeito”. “Eu avalio porque me exigem, mas já sabia antes como o aluno ia se sair”. “Bom professor é aquele que, logo no começo do ano, dando uma olhada na turma, já é capaz de dizer quem vai ser reprovado”. “Tem aluno que aprende de primeira, outros de segunda; mas tem aluno que não vai nem a “pau””. “Eu até posso dar uma chance; mas já sei de antemão que não vai adiantar...”. “Este aluno não vai; eu lembro; do irmão dele: era a mesma coisa”. Etc.

Queremos com este questionamento é visar novas formas de encarar a prática avaliativa. Queremos aqui nesta escola, buscar fundamentação para o esforço de interpretação da produção do aluno (e do contexto), queremos o nosso olhar sobre o nosso aluno, queremos ter a certeza da importância do diálogo, de ouvir o outro. O professor com certeza tem algo a transmitir, a ensinar, mas isto só se torna relevante a partir do momento em que é tomado como um desafio, um problema para um aluno. Daí a necessidade de interação permanente.

Na direção de trabalho que até aqui apresentamos e queremos fazer acontecer, cabe-nos ressaltar que não podemos conceber a avaliação, senão como processual, contínua, participativa, diagnóstica e investigativa, que as informações expressas na

avaliação propiciem o redimensionamento da ação pedagógica, reorganizando as próximas ações do aluno, da turma, do professor, do coletivo, do Ciclo e mesmo da escola no sentido de avançar no entendimento e desenvolvimento do processo de aprendizagem.

Essa abordagem leva-nos a pensar a avaliação não centrada apenas no aluno e no seu desempenho cognitivo, mas que seja um olhar sobre o conjunto da escola, pois as situações de aprendizagem e produção do conhecimento não são responsabilidades de apenas um dos segmentos da comunidade escolar. Por isso é importante atender as questões “com quem e para quem se avaliar”. Isso aponta para a necessidade de compreender a avaliação como uma ação humana concreta inserida, contextualizada no cotidiano da escola. Daí a necessidade do cotidiano ser vivenciado intensamente, dinamizá-lo, de problematizá-lo; a necessidade também da participação efetiva de todos os segmentos nas atividades escolares, estabelecendo como já foi citado, o diálogo.

“Isso tudo implica na organização consciente desse cotidiano, com princípios claros de aprendizagem construídos e apropriados em cada Ciclo / Etapa e na escola, pois é necessário constituir elementos para que a prática pedagógica possa ser discutida e aprofundada, captando a direção do que ocorre e do que se deseja na escola”.

Os critérios de avaliação do aproveitamento escolar do aluno (parecer parcial) em fichas de acompanhamento individual do aluno, com critérios estabelecidos pelas Diretrizes curriculares e disponibilizada e assinado pelos pais ou responsáveis em datas definidas. Os resultados parciais para transferência, será feito em parecer descritivo, onde será anexado a Ficha de acompanhamento individual do aluno, bem como o parecer final ao término de cada Ciclo, também descritivo e anexado a Ficha de acompanhamento individual do aluno. (anexo)

A recuperação de estudos é parte integrante do processo de aprendizagem acontecendo paralelamente ao período letivo, proporcionando ao aluno avanços no processo de aprendizagem.

Nos Ciclos de aprendizagem, a progressão do aluno de um Ciclo a outro, depende da frequência mínima de 75% exigida por lei, este permanecerá retido no final do Ciclo.

A retenção do aluno se dará em casos especiais com a avaliação da Equipe Multidisciplinar depois dos encaminhamentos feitos pelos pedagogos para médicos e especialistas (anexo).

As formas de progressão nos Ciclos ocorrerão na forma de:

- Progressão simples para o aluno que prosseguirá normalmente seus estudos de um ciclo para outro (PS);
- Progressão com necessidade de apoio pedagógico (PA), o aluno com alguma dificuldade progride para o Ciclo seguinte mediante elaboração e acompanhamento de plano didático de apoio (anexo).

A iniciativa de eliminar a reprovação a Prefeitura Municipal de Curitiba já teve, agora cabe a nós da EPA, lutar para que os professores se comprometam com a aprendizagem efetiva de todos. Temos que acabar com a reprovação em nossas cabeças, aí sim fica mais fácil olhar o aluno com a convicção de que todo ser humano pode aprender e se não está aprendendo tem que ser ajudado, não excluído. Nos Ciclos, leva-se em consideração que o aluno já traz de casa uma bagagem cultural, não aprende só na escola, nem só no tempo de aula, nem só com o professor. No ensino por Ciclos há necessidade das trocas de experiências encontrando as formas mais adequadas com determinados alunos (além de estudo, avaliação...).

O que também pode ajudar nesta continuidade de intervenção e conhecimento do aluno é o professor acompanhar a turma no ano seguinte. Para isso, é preciso uma análise da EPA, uma vez que esta prática deve corresponder a uma aspiração tanto do professor quanto dos alunos.

Temos que assegurar a aprendizagem de nossos alunos. Pensar, estudar e refletir sobre o estímulo às inteligências múltiplas.

“Eliminar a reprovação, tirar a avaliação tradicional como entulho ajuda, porém, precisa haver um efetivo compromisso com a aprendizagem de todos”. (conforme CELSO VASCONCELOS, 2002)

A EPA se compromete a:

- abertura de espaços e debate para que os professores tenham oportunidade de refletir sobre a Avaliação nos Ciclos de Aprendizagem, desmontando mitos e preconceitos;
- horário de trabalho coletivo: que possibilite a reflexão conjunta sobre a prática, formas para superar as dificuldades;
- atendimento ao aluno com dificuldades prioritariamente em sala de aula pelo regente e co-regente e também contra-turno (APOIO PEDAGÓGICO).
- Faremos a avaliação bimestral por etapa. Esta avaliação servirá para obter informação relativa ao rendimento dos alunos, a efetividade dos programas e métodos. Seu resultado servirá para aperfeiçoamento e ver onde e com quem terá necessidade de fazer um acompanhamento individualizado ou retomar os conteúdos para que todos se apropriem do conhecimento.

Com relação aos processos de promoção, classificação, adaptação, reclassificação e procedimentos para alunos recebidos com progressão parcial seguimos a deliberação 09/01.

... Há que se cuidar do broto para que a vida nos dê flor e fruto.

M. NASCIMENTO E W. TISO

“ O ser humano é naturalmente um ser da intervenção no mundo á razão de que faz a história. Nela, por isso mesmo, deve deixar suas marcas de sujeito e não pegadas de objetos”

Paulo Freire (p. 119)

8. PROCESSO DE APRIMORAMENTO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA E ADMINISTRATIVA

REUNIÕES PEDAGÓGICAS

Estamos concebendo as reuniões pedagógicas como espaço de reflexão crítica, coletiva e constante sobre a prática de sala de aula e da escola.

Queremos esmiuçar, conhecer melhor a realidade e nossos professores (conhecer é estabelecer-relações) às vezes achamos que já sabemos como as coisas são, mas na realidade é outra, temos que passar um olhar sobre o real. Precisamos nos apropriar da teoria.

Precisamos trabalhar com a dialética:

- Partir de onde o grupo está (e não de onde consideramos que 'deveria estar'); e com isso dar um salto qualitativo e não ficar onde está. Queremos que nas reuniões e permanências possamos saber o que está acontecendo com determinado professor o que naquele momento está condicionando sua prática, e assim poder mudar. Trata-se de um respeito dialético: máximo respeito e máxima exigência (cf. Macarenko). Ser 'colo' quando necessário, ms também ser firme se a situação assim o exigir. É difícil, pois não se pode perder o respeito. Admitir que o outro pode crescer.

Queremos nas permanências e reuniões pedagógicas, fazer o novo mas construído no real, articulado numa nova direção. Isso significa um esforço de construção.

Queremos enquanto setor pedagógico, nos colocar em 'efetiva atitude de escuta', de diálogo, sabemos que muitas vezes o que precisam é de alguém para ouvi-los, pois ao falarem vão organizando as idéias e podendo chegar à conclusões.

O pedagogo tem uma certa visão geral do trabalho e com isso pode sem dúvida dar direcionamentos para a prática do professor. O diálogo será franco, inclusive quando o professor se encontrar desmotivado para o trabalho, porém sabemos que nós pedagogos não os 'portadores da sabedoria'. Queremos fazer uso do Projeto Político Pedagógico sempre.

Todo nosso esforço com certeza irá na ajuda ao professor, ajuda-lo a construir um sentido para o seu trabalho, e dessa forma ajudar o aluno a também elaborar um sentido para o estudo.

Nós, enquanto pedagogos temos um papel muito importante no sentido de 'resgatar o valor e o sentido do ensino como espaço de transformação'. Porém, para sustentamos esse processo de mudança, precisamos ser o que realmente somos

Pedagogos, trabalhar apenas com o pedagógico deixando de ser assistencialistas, coordenador disciplinar, substituto de faltas...

Não queremos que nossas tentativas de mudanças a qual estamos empenhados 'nafraguem'.

Sabemos que essa equipe que queremos ser, que desejamos ser, ainda não está pronta, mas está a caminho, se fazendo ('O PÃO ESTÁ NO FORNO, JÁ CRESCEU').

ACREDITAMOS QUE COM O TRABALHO DA ESCOLA COMO UM TODO É QUE VAMOS CONSEGUIR NOS APROXIMAR DOS QUATRO PILARES DO CONHECIMENTO SUGERIDO PELA UNESCO:

- APRENDER A CONHECER
- APRENDER A SER
- APRENDER A FAZER
- APRENDER A CONVIVER

A formação continuada é feita através de cursos ofertados pela mantenedora nas diversas áreas do conhecimento e de atuação em vários horários e dias de acordo com a permanência de cada professor. Além destes cursos a SME promove Semana de Estudos Pedagógicos com assuntos que contribuam para qualificação de seu profissional.

Já o ESCOLA & UNIVERSIDADE é um projeto que classifica trabalhos de professores e fornece uma bolsa para sua aplicabilidade.

9. GESTÃO ESCOLAR

CONSELHO DE ESCOLA

Com a busca da gestão democrática a escola passou a ter o cargo de diretor através de eleição ou concurso público como em outros estados até os Conselhos de Escola, que representam uma das mais avançadas formas de participação efetiva na instituição escolar, uma vez que congregam representantes dos vários segmentos

(comunidade, alunos, funcionários, professores e equipe de direção que é o órgão máximo de decisão na escola).

Não podemos ver o conselho como uma “ameaça” ,por limitar ou controlar o poder da direção ou do coletivo da escola.Gestão participativa não significa que todos vão fazer tudo.Cabe ao diretor o papel de gestão,coordenação geral da execução da programação,de acompanhar as decisões do conselho,tendo uma visão ampla e articulando as dimensões Administrativas,Pedagógica e Comunitária.Só que temos que temos que ouvir a comunidade em temas tão relevantes para a organização da escola como por exemplo: o currículo e a prática pedagógica. *O conselho não pode ser reduzido a momentos de recados ou ameaças* (conforme FREIRE, 1991:16), *não podemos pensar que a “melhor defesa é o ataque”*. O Conselho deve e será em nossa escola um espaço para o diálogo, do poder de decisão, de resgate da condição sujeita histórico de transformação, na busca do bem comum.

A direção tem, pois um duplo papel: em relação a si (“superar o fantasma da perda do poder”) e aos professores (“exorcizar o fantasma da invasão de privacidade”), CELSO DOS S. VASCONCELLOS.

No CEI Érico Veríssimo, o Conselho de Escola é um fórum permanente de debates, de articulação entre vários setores da escola, tendo em vista o atendimento das necessidades comuns e os encaminhamentos necessários à solução de problemas administrativo-pedagógicos que possam interferir no funcionamento da mesma, tendo Estatuto próprio aprovado em seis de julho de dois mil e quatro. As reuniões de Conselho têm sede no município de Curitiba, estado do Paraná, na rua da Campina da Lagoa, nº 36, bairro Alto-Boqueirão e são feitas reuniões a cada dois meses, a não ser em casos extraordinários convocados pela direção, ou por cinquenta por cento dos membros do Conselho, com prazo de vinte e quatro horas. Cada membro do Conselho tem seu livro ata ou caderno próprio organizado para repasse aos seus pares.

O Conselho Escolar terá como natureza consultiva, deliberativa, fiscalizadora,constituindo-se no órgão máximo da escola.

Cumprimos rigorosamente o Estatuto do Conselho aprovado como já foi citado.

“Conselho Escolar é o respeito e a valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade.”

APPF

A APPF é o órgão jurídico da escola ,por qual passa os recursos financeiros vindos da mantenedora e do governo federal através do Programa de Descentralização de Recursos Financeiros e do PDDE.Também pode captar recursos através de eventos promovidos com a comunidade escolar.Este órgão é regido por um estatuto próprio com eleição direta e composta professores e funcionários da escola , pais de alunos.

COMUNIDADE ESCOLA

Estamos na espera para sermos contempladas com este projeto que abre os portões da escola nos finais de semana como extensão das casas de nossa comunidade ,oferecendo um espaço de atividades e tornado-os mais responsáveis e cuidadosos com o espaço da escola.

REDE DE PROTEÇÃO E FICA

Existe uma organização de vários órgãos como:Conselho Tutelar, Posto de Saúde,Agentes Comunitários, SOS Criança que em conjunto com a escola protegem crianças que sofrem maus tratos , outros tipos de abusos e negligências através de seu monitoramento e reunião mensal nas quais discutem ,incluem e colocam novos casos em questão.

Já o FICA é um programa que monitora as famílias de crianças com problemas na freqüência escolar.

RECURSOS HUMANOS/MATERIAIS

Recebemos funcionários concursados para as áreas do Magistério, Apoio escolar e Apoio administrativo; nos setores de limpeza e alimentação os serviços são terceirizados.

Os recursos materiais são adquiridos com recursos de descentralização e algumas vezes são fornecidos pela mantenedora.

10. REGIME ESCOLAR

Nosso calendário é organizado em conjunto com o coletivo, levando em conta as normativas enviadas todos os anos pela mantenedora (SME) e seguidas para organização do mesmo.(ver calendário anexo).

A escola atende atualmente aproximadamente 1000 alunos, divididos em: parciais, integrais e EJA. Ainda temos no período noturno o CEEBEJA (Ensino Fundamental de 5ª a 8ª séries e Ensino Médio) e Educação permanente (capoeira, futebol, espanhol).

Atualmente oferta-se no:

Período da manhã:

- 03 turmas de etapa inicial,
- 02 turmas de 1ª etapa do ciclo I,
- 02 turmas de 2ª etapa do ciclo I,
- 01 turma de 1ª etapa do ciclo II,
- 02 turmas de 2ª etapa do ciclo II,
- 02 turmas de Classe Especial,
- 06 oficinas no Complexo II, sendo elas:
 - Literatura, Produção de texto, Brinquedoteca, Artesanato, Mídia, Cotidiano e Laboratório de Aprendizagem para cobrir permanências.

Período da tarde:

- 02 turmas de etapa inicial,
- 03 turmas de 1ª etapa do ciclo I,
- 03 turmas de 2ª etapa do ciclo I,
- 03 turma de 1ª etapa do ciclo II,
- 02 turmas de 2ª etapa do ciclo II,
- 06 oficinas no Complexo II, sendo elas:
 - Literatura, Produção de texto, Brinquedoteca, Artesanato, Mídia, Cotidiano e Laboratório de Aprendizagem para cobrir permanências.

O início das aulas no turno da manhã é das 8h às 12h para o regular, das 8h às 16h e das 9h às 17h e para o integral e no turno da tarde das 13h às 17h para o regular. O recreio é dividido em dois horários; 1º horário para os alunos do Ciclo I, incluindo os alunos das etapas referidas do complexo II.

2º horário para os alunos do Ciclo II, Classe Especial e os alunos das referidas etapas do complexo II.

O horário do almoço é atendido por inspetores, professores e sempre que possível pela direção.

Uma vez na semana, quartas-feiras, para os alunos e sextas-feiras para os professores acontece o repasse de informações onde é registrado para os professores em livro ata. O momento cívico é feito após o repasse das quartas-feiras com os alunos.

A escola tem dois almoxarifados, sendo um para material didático e outro com materiais escolares que é atendido pela equipe administrativa das 8h e 30 mim. às 9h e 30 mim. e das 13h e 15mim às 14h e 15mim.

Para o ano de 2007 a escola passará ter horário único de atendimento que é das 8h às 17h integralmente e para o horário regular das 8h as 12h no período da manhã e das 13h às 17h no período da tarde.

11. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL:

A avaliação é parte de todo o processo ensino-aprendizagem, e não apenas uma etapa que constitua o processo. A avaliação tem o objetivo de diagnosticar, a partir da realidade na qual a escola está inserida, todas as etapas do processo pedagógico, desde o planejamento, metodologia utilizada, bem como a prática docente, aproveitamento, etc.

No que diz respeito à Avaliação Institucional, também se entende como um processo contínuo de aperfeiçoamento para a qualidade do ensino, trazendo à tona quais os principais objetivos da Escola como um todo. A escola deve ser chamada a assumir institucionalmente suas responsabilidades pela não aprendizagem dos alunos, de forma a estimular a melhoria do desempenho, tendo como preocupação precípua a finalidade das ações educativas da escola, sendo um processo no qual os setores da escola, pedagógicos e administrativos, reflatam sobre seus modos de atuação e os resultados de suas atividades em busca da melhoria da escola como um todo.

Isto reafirma o estabelecido na LDB relativo à necessidade da avaliação interna e externa de instituições de ensino e de sistemas: "A avaliação institucional, interna e externa, dever ser instituída em caráter permanente e deve se constituir valioso instrumento para a constante melhoria do ensino no regime de progressão continuada em ciclo único no ensino fundamental.". Ainda afirma: " O processo de avaliação em sala de aula deve receber cuidados específicos por parte dos professores, diretores, coordenadores pedagógicos e supervisores de ensino, pois esta avaliação contínua em processo é o eixo que sustenta a eficácia da progressão continuada nas escolas. A equipe escolar deverá ter claros os padrões mínimos de aprendizagem esperada para os seus alunos. Além disso, a proposta deverá também prever e assegurar participação das famílias no acompanhamento do aluno, dentro do regime de progressão continuada, fornecendo-lhes informações sistemáticas sobre sua freqüência e aproveitamento, conforme determina os incisos VI e VII do artigo 12 da LDB."

Para a escola desempenhar o papel que a sociedade espera dela, enfatizam-se, hoje, os **princípios da autonomia**. A autonomia permite que escola assuma sua própria gestão com liberdade para encontrar a melhor sintonia com a comunidade que

atende de modo a desenvolver a relevância social e econômica da educação que oferece. De outro lado, a autonomia das escolas liberou os órgãos educacionais de suas antigas funções administrativas, substituindo-as pelas funções de avaliação da qualidade e de assessoramento às redes de ensino.

Tendo em vista a descentralização dos procedimentos e a tomada de decisão colegiada inerente aos princípios da autonomia da escola, uma avaliação institucional das atividades da escola deve ser desenvolvida tendo em vista alguns princípios básicos:

- Conscientização da necessidade da avaliação por todos os segmentos envolvidos, dos executores aos beneficiários;
- reconhecimento da legitimidade e pertinência dos critérios a serem adotados;
- envolvimento direto de todos os segmentos da comunidade escolar _ interna e externa _ na execução e na implementação de melhoria do desempenho escolar, tanto administrativo (gestão), quanto pedagógico (ensino).

A avaliação institucional da escola tem como objetivo principal **rever e aperfeiçoar o Projeto Político - Pedagógico da escola, promovendo a melhoria da qualidade, pertinência e relevância das atividades desenvolvidas na área pedagógica e na administrativa.**

Para atingir os objetivos visados, a avaliação institucional deve se caracterizar por:

- levar em consideração os diversos aspectos inter-relacionados das atividades-fim (pedagógicas) e das atividades de apoio (técnico-administrativas);
- buscar a participação dos membros das comunidades interna e externa da escola; participação esta que deve abranger a implementação das medidas voltadas ao aperfeiçoamento da escola;
- inspirar uma atitude permanente de observação, reflexão, crítica e aperfeiçoamento dos objetivos e prioridades da escola.

É fundamental entender que a avaliação institucional não deve estar vinculada a mecanismos de punição ou premiação. Ao contrário, a avaliação institucional deve

prestar-se para auxiliar na identificação e na formulação de políticas, ações e medidas institucionais que impliquem atendimento específico ou subsídios adicionais para aperfeiçoamento de insuficiências encontradas. A avaliação interna consiste em um momento de reflexão e debate interno da escola sobre suas diversas dimensões, em um processo de auto-avaliação. A perspectiva é que, considerando um conjunto de indicadores e inferências, a escola possa analisar os vários dados, gerando relatórios que reflitam como a escola percebe a si mesma. Nesta etapa, a participação de professores, alunos e funcionários é fundamental.

Na avaliação interna, considerar-se-ão os seguintes indicadores:

- a) Avaliação das Etapas e dos Ciclos;*
- b) Avaliação da Disciplina;*
- c) Avaliação do desempenho docente;*
- d) Avaliação do aluno;*
- e) Avaliação de pessoal técnico-administrativo;*
- f) Avaliação da gestão escolar.*

A avaliação externa tem o papel de complementar e validar a avaliação interna. Seu ponto de partida é o relatório da auto-avaliação e ela contempla os mesmos aspectos da avaliação interna, sempre em uma perspectiva complementar.

12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

TÉCNICAS

Lei Federal Nº 9394/96 – LDBEN

Lei Federal Nº 8.069/90 _ ECA

Resoluções do CNE que tratam das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Para o Ensino Fundamental e sobre a ampliação do Ensino Fundamental de 9 anos.

Resoluções do CNE que tratam das Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens E Adultos.

Resolução do CNE que trata das Diretrizes Nacionais para a educação Especial.

Resolução do CNE que trata da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Deliberação Nº 004/99CEE – Indicadores para a elaboração da proposta pedagógica dos estabelecimentos de ensino da Educação básica em suas diferentes modalidades.

Deliberação Nº 007/99 – CEE – Trata sobre Normas Gerais para a Avaliação do Aproveitamento Escolar, Recuperação de Estudos e Promoção de Alunos do Sistema Estadual de Ensino.

Deliberação Nº 09/01 – CEE – que trata sobre matrícula e demais procedimentos quanto à regularização
De vida escolar.

Deliberação Nº 02/05 – CEE – Normas e princípios para a Educação Infantil no Sistema de Ensino do
Paraná

Deliberação Nº 0306 – CEE – Normas para a implantação do Ensino Fundamental de 9 anos de duração
no Sistema de Ensino do Estado do Paraná.

Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba – 2006 .

BIBLIOGRÁFICAS

VASCONCELOS, Celso dos S., Coordenação do Trabalho Pedagógico;São Paulo,Libertad,2002

VASCONCELOS, Celso dos S., Planejamento: Plano de Ensino Aprendizagem e Projeto Educativo – Elementos Metodológicos;São Paulo,1993.

VASCONCELOS, Celso dos S., Construção do Conhecimento em Sala de Aula;São Paulo,Vozes,1993

RODRIGUES, Neidson, Por Uma Nova Escola;São Paulo,Cortez Editora ;2000

RODRIGUES, Neidson, Lições do Príncipe;São Paulo ;Cortez Editora;1999

SAVIANI, Dermeval, Pedagogia Histórico Crítica; Editora Cortez, São Paulo, 1991.

SAVIANI, Dermeval, Teorias da Educação; Editora Cortez, São Paulo, 1991.

VORRABER, Marisa, O Currículo nos Limiares do Contemporâneo; Rio de Janeiro; DP & A Editora, 1998

ALVES, Rubem, A Alegria de Ensinar; São Paulo ; Papyrus; 1998

CADERNO, Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares;

REVISTA, da Educação, Prof. Carlos Henrique Carrilho Cruz, Conselho de Classe e Participação;

ANTUNES, Celso, As Inteligências Múltiplas e seus Estímulos; Campinas; Papyrus; 2003

AZANHÁ , J.M. PIRES Proposta Pedagógica e Autonomia da Escola; Planejamento; São Paulo; 2000

CADERNO, Construindo Novos Caminhos;

CADERNO, O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular;

CADERNO, Estratégias e Orientações para a Educação de Alunos com Dificuldades Acentuadas de Aprendizagem Associadas às Condutas Típicas;

LUCK, H., Pedagogia Interdisciplinar, Fundamentos Teóricos Metodológicos; Editora Vozes; Petrópolis ,RJ; 1998

PERRENOUD, P., Pedagogia Diferenciada: das intenções à ação;Porto Alegre,Editora Artemed,2000

LIMA, E.S., Desenvolvimento e aprendizagem na escola, aspectos culturais, neurológicos e psicológicos;São Paulo:Série Separatas,GEDH,1997.

LIMA, E.S., Ciclos de formação: uma reorganização do tempo escolar;São Paulo,Sobradinho 107 Editora,2000.

ARROYO, M., Construindo a escola pública;Brasília,1996.

GOODMAN, YITTO, Como as crianças constroem a leitura e a escrita prospectiva, piagetianas, Artes médicas;São Paulo;1997.

SACRISTÁN, J. GIMENO,O Currículo uma reflexão sobre a Prática;Porto Alegre;Editora Artemed,2000

MELLO, G. N. Educação Escolar Brasileira: o que trouxemos do século XX? Porto Alegre: 2004

GADOTTI, M. Dimensão Política do Projeto Pedagógico da Escola.São Paulo,Editora Cortez,1999

GADOTTI, M. Reflexão sobre o novo paradigma curricular.São Paulo,Editora Cortez,1998

13. ANEXOS

